

Empresário preso por sonegação tem passagem por formação de quadrilha

IRECÊ Um proprietário de empresas do ramo de supermercados em Irecê foi preso ontem durante a Operação Marca-Passo. O comerciante é acusado de sonegar cerca de R\$ 12 milhões em impostos. Na casa dele, foram encontradas quatro armas sem registros, diversas munições e documentos. O empresário já acumula passagens na polícia por furto qualificado, formação de quadrilha e receptação – pelo qual cumpriu pena em regime fechado por oito meses. A delegada Nayara Brito, do Núcleo Fiscal da Dececap, conta como o crime se baseava: “O investigado principal utilizou a estratégia de criar de forma sucessiva empresas com razões sociais diferentes em nome de terceiros, ‘laranjas’, mas com nomes fantasias e endereços similares, para manter a mesma clientela, o mesmo fundo de comércio, crédito com fornecedores, valor da marca e ponto comercial”.

PREJUÍZO

12 MI

de reais em impostos é o valor sonegado pelas empresas do setor de supermercados, em Irecê, que eram do mesmo dono – detido pela polícia. Ele já acumula passagens por furto qualificado, formação de quadrilha e receptação – pelo qual cumpriu pena em regime fechado por oito meses

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 30/04/2021	Página: 02

Tribuna

Operação

Uma operação conjunta da Polícia Civil, Ministério Público Estadual (MP-BA) e Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) cumpriu ontem mandados de prisão e busca e apreensão contra empresas do setor supermercadista de Irecê, norte da Bahia, suspeito de sonegação de R\$ 12 milhões. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), a Operação Marca-Passo visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal. Ainda de acordo com a SSP-BA, os investigados criaram empresas em nome de "laranjas", com o intuito de reduzir ou suprimir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.

Veículo: G1	
Data: 29/04/21	



Empresário preso em operação contra sonegação tem passagens por furto, formação de quadrilha e receptação, diz polícia

Segundo a SSP, foram apreendidos na residência dele quatro armas sem registros, diversas munições e documentos. Além da prisão, operação em Irecê cumpriu cinco mandados de busca e apreensão.

Por G1 BA

29/04/2021 11h48 Atualizado há 22 horas



Armas e outros materiais apreendidos em endereços do empresário —
Foto: Divulgação/SSP-BA

O empresário preso na manhã desta quinta-feira (29), em Irecê, norte da Bahia, durante **operação contra empresas do setor supermercadista**

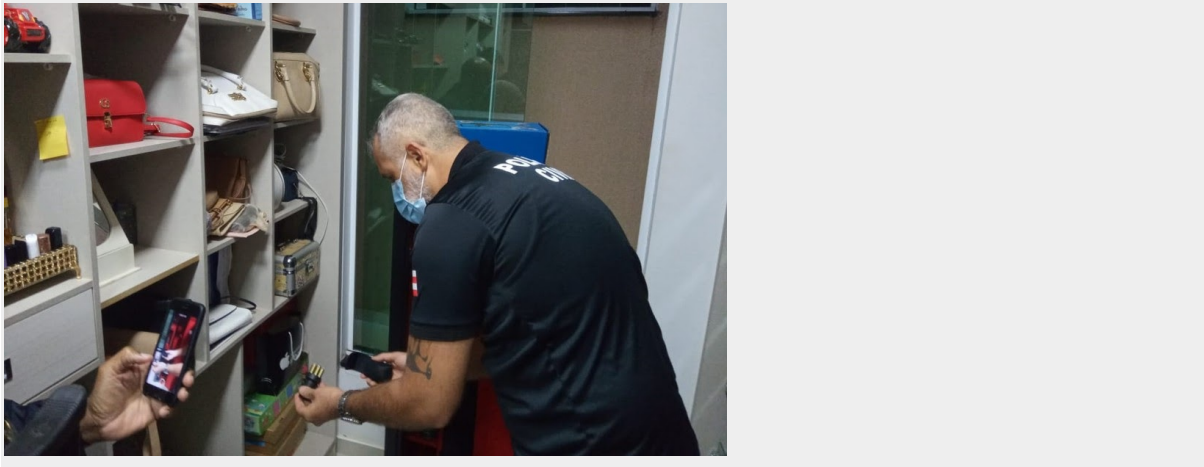
suspeitas de sonegar de R\$ 12 milhões em impostos, já tinha passagens pela polícia por furto qualificado, formação de quadrilha e receptação.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), que deflagrou a operação em conjunto com o Ministério Público Estadual (MP-BA) e **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, durante as buscas, foram encontrados na residência do empresário quatro armas sem registros, diversas munições e documentos.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), a Operação Marca-Passo visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal. O investigado principal utilizou a estratégia de criar de forma sucessivas empresas, com razões sociais diferentes, em nome de "laranjas", mas com nomes fantasias e endereços similares, para manter a mesma clientela, o mesmo fundo de comércio, crédito com fornecedores, valor da marca e ponto comercial. Isso, com o intuito de reduzir ou suprimir o valor do ICMS devido.

Ainda segundo a SSP, o investigado principal e a esposa passaram a ser registrados como empregados dos estabelecimentos, sendo que são os verdadeiros proprietários.

Os cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pela comarca de Irecê, foram cumpridos nos estabelecimentos comerciais do proprietário. "O resultado da busca foi muito exitosa: conseguimos encontrar documentos que permitirão aprofundar a investigação. Além do mais, foi possível a localização de um importante armamento, sem o registro devido, razão pela qual o investigado será autuado em flagrante por posse ilegal dessas armas", relatou o diretor do Draco, delegado José Alves Bezerra Júnior.



Ao todo, foram cumpridos um mandado de prisão e cinco de busca e apreensão — Foto: Natália Verena/Polícia Civil

Através de nota, o MP-BA informou que, a ação também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, com a finalidade de assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos.

Ainda segundo o MP-BA, as investigações foram iniciadas pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), do qual faz parte, junto com a Sefaz e SSP-BA, em Barreiras, oeste da Bahia. Na região, foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial em nome da filha do líder do esquema criminoso.

Veículo: Metro1	
Data: 29/04/21	



METROPOLE

Bahia

Dono de empresas supermercadistas é preso em operação contra sonegação

Empresário de Irecê teria sonegado cerca de R\$ 12 milhões em impostos; polícia encontrou armas, munições e documentos na residência dele



Foto: Natália Verena / PC

Por: **Juliana Rodrigues** no dia 29 de abril de 2021 às 11:51

Um proprietário de empresas supermercadistas em Irecê foi preso na manhã desta quinta-feira (29), acusado de sonegar cerca de R\$ 12 milhões em impostos. Ele foi alvo da **Operação Marca-Passo, deflagrada pelo Ministério Público Estadual (MP-BA) e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, com apoio da Polícia Civil.** Nas buscas, foram encontrados na residência dele quatro armas sem registros, diversas munições e documentos.

O empresário já acumula passagens na polícia pelos crimes de furto qualificado, formação de quadrilha e receptação - pelo qual cumpriu pena em regime fechado por oito meses.

Os cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pela comarca de Irecê, foram cumpridos nos estabelecimentos comerciais do proprietário. Segundo o MP-BA, o investigado utilizou a estratégia de criar de forma sucessiva empresas com razões sociais diferentes em nome de terceiros, 'laranjas', mas com nomes fantasias e endereços similares.

Preso empresário suspeito de desviar R\$ 12 milhões do fisco em Irecê



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O proprietário de empresas supermercadistas do município de Irecê, a 480 km de Salvador, foi preso na manhã desta quinta-feira (29/4), durante a operação "Marca-Passo". A Força-Tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária cumpriu ainda cinco mandados de busca e apreensão nos estabelecimentos comerciais do empresário.

O homem, que não teve a identidade divulgada por conta da Lei de Abuso de Autoridade, é acusado de sonegar cerca de R\$ 12 milhões em impostos. Além disso, ele possui passagens na polícia pelos crimes de **furto** qualificado, formação de quadrilha e receptação - pelo qual cumpriu pena em regime fechado por oito meses.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), durante as buscas foram encontrados na residência do suspeito quatro armas sem registros, diversas munições e documentos.

"O resultado foi muito exitoso: conseguimos encontrar documentos que permitirão aprofundar a investigação. Além do mais, foi possível a localização de um importante armamento, sem o registro devido, razão pela qual o investigado será autuado em flagrante por posse ilegal dessas armas", relatou o diretor do **Draco**, José Alves Bezerra Júnior.

Já a delegada Nayara Brito, Núcleo Fiscal da Dececap, conta como o crime se baseava. "O investigado principal utilizou a estratégia de criar de forma sucessiva empresas com razões sociais diferentes em nome de terceiros, 'laranjas', mas com nomes fantasias e endereços similares, para manter a mesma clientela, o mesmo fundo de comércio, crédito com fornecedores, valor da marca e ponto comercial. Inclusive, o investigado principal e a esposa passaram a ser registrados como empregados dos estabelecimentos, sendo que são os verdadeiros proprietários".

LEIA MAIS: Operação cumpre mandados contra sonegação de R\$ 12 milhões em supermercados na Bahia

Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

?Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no www.aratuon.com.br/aovivo. Nos mande uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Furto, Draco | SEFAZ - Secretaria

da Fazenda - FISCO

EMPRESAS DO SETOR SUPERMERCADISTA DE IRECÊ SÃO ALVO DE OPERAÇÃO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma operação deflagrada na manhã dessa quinta-feira (29) pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária cumpriu um mandado de prisão e cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela Vara Criminal da comarca de Irecê em empresas do setor supermercadista acusadas de sonegarem mais de R\$ 12 milhões aos cofres públicos. Denominada 'Operação Marca-Passo', a ação cumpriu um mandado de prisão do 'proprietário oculto' do Hiper Mercado Coração e também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. O trabalho é resultado das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), do qual fazem parte o Ministério Público estadual e as secretarias de Segurança Pública e da Fazenda.

O objetivo da operação é coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente na tática de criar empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o **ICMS**

devido. As investigações foram iniciadas pelo Cira em Barreiras, onde foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial, em nome da filha do líder do esquema criminoso.

As empresas envolvidas estão sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017. Já foram remetidas ao MP três notícias-crime relativas ao grupo. Participam da operação três promotores de Justiça, dois policiais militares, cinco delegados de Polícia, 17 policiais civis do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**, oito policiais da Companhia Independente de Polícia Fazendária (Cipfaz) e nove servidores do **Fisco** Estadual.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz); e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/**Draco**) da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sefaz).

Cira

A operação é parte das ações do Cira que reúne, além do MP, da Sefaz e da SSP, a Secretaria Estadual de Administração, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e a **Procuradoria Geral do Estado**. Além de operações especiais como a 'Marca-Passo', as estratégias do Cira para a recuperação dos créditos sonegados envolvem a

realização de reuniões com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Fazendários, ICMS

Operação cumpre mandados contra empresas do setor supermercadista suspeitas de sonegar R\$ 12 milhões em Irecê



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Operação contra empresas do setor supermercadista é deflagrada em Irecê - Foto: Natália Verena/**Polícia** Civil

Uma operação conjunta da **Polícia** Civil, Ministério Público Estadual (MP-BA) e Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) cumpriu, na manhã desta quinta-feira (29), mandados de prisão e busca e apreensão contra empresas do setor supermercadista de Irecê, norte da Bahia, **suspeito** de sonegação de R\$ 12 milhões.

De acordo com a Secretaria de **Segurança** Pública (**SSP**-BA), a Operação Marca-Passo visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal. Ainda de acordo com a **SSP**-BA, os investigados criaram empresas em nome de 'laranjas', com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

'As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que, desde então, foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

Através de nota, o MP-BA informou que, ao todo, a operação cumpriu um mandado de prisão contra o "proprietário oculto" de um hipermercado, e cinco mandados de busca.

A ação também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, com a finalidade de assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. O trabalho é resultado das ações do

Ainda segundo o MP-BA, as investigações foram iniciadas pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), do qual faz parte, junto com a Sefaz e **SSP**-BA, em Barreiras, oeste da Bahia. Na região, foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial em nome da filha do líder do esquema criminoso.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Segurança, Polícia, Suspeito, Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS

Bahia: operação cumpre mandados contra sonegação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Operação Marca-Passo, deflagrada na manhã desta quinta-feira (29), cumpre mandados de busca contra a sonegação de R\$ 12 milhões em empresas no setor supermercadista, em Irecê. A ação faz parte da Força-Tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, composta pela Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD/Dececap) do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**, do Ministério Público Estadual e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

A ação visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente primordialmente na tática de criar empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS

Operação cumpre mandados contra sonegação de R\$ 12 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Operação Marca-Passo, deflagrada na manhã desta quinta-feira (29), cumpre mandados de busca contra a sonegação de R\$ 12 milhões em empresas no setor supermercadista, em Irecê. A ação faz parte da Força-Tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, composta pela Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD/Dececap) do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**, do Ministério Público Estadual e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

A ação visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente primordialmente na tática de criar empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS

#Chapada: Operação cumpre mandados contra sonegação de R\$12 milhões por setor supermercadista em Irecê



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jornal da Chapada

Uma operação conjunta da **Polícia** Civil, Ministério Público Estadual (MP-BA) e Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), intitulada de Operação Marca-Passo, cumpriu, na manhã desta quinta-feira (29), mandados de prisão e busca e apreensão contra empresas do setor supermercadista do município de Irecê, na Chapada Velha, suspeitas de sonegação de R\$12 milhões.

A Operação 'Marca-Passo' visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), prática consiste, primordialmente, na tática de criar empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

'As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior. De acordo com o MP-BA a operação cumpriu um mandado de prisão contra o 'proprietário oculto' de um hipermercado e cinco mandados de busca e apreensão.

O MP-BA explicou que 'as investigações foram iniciadas pelo Cira em Barreiras | FOTO: Natália Verena/Divulgação/**Polícia** Civil |

A ação 'também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos', informa o MP-BA, em nota divulgada por assessoria.

O MP-BA explicou que 'as investigações foram iniciadas pelo Cira em Barreiras, onde foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial, em nome da filha do líder do esquema criminoso', pontua a nota.

Além disso, as empresas envolvidas estão sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017. Já foram remetidas ao MP três notícias-crime relativas ao grupo. Jornal da Chapada com informações de SSP-BA e MP-BA.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da
Segurança Pública - Polícia, Draco | SEFAZ - Secretaria
da Fazenda - Fazendários, ICMS

Empresas do setor supermercadista de Irecê são alvo de operação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma operação deflagrada na manhã dessa quinta-feira (29) pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária cumpriu um mandado de prisão e cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela Vara Criminal da comarca de Irecê em empresas do setor supermercadista acusadas de sonegarem mais de R\$ 12 milhões aos cofres públicos.

Denominada Operação Marca-Passo, a ação cumpriu um mandado de prisão do 'proprietário oculto' do Hiper Mercado Coração e também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. O trabalho é resultado das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), do qual fazem parte o Ministério Público estadual e as secretarias de Segurança Pública e da Fazenda.

O objetivo da operação é coletar provas para instruir

investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente na tática de criar empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o **ICMS** devido. As investigações foram iniciadas pelo Cira em Barreiras, onde foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial, em nome da filha do líder do esquema criminoso.

As empresas envolvidas estão sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017. Já foram remetidas ao MP três notícias-crime relativas ao grupo. Participam da operação três promotores de Justiça, dois policiais militares, cinco delegados de Polícia, 17 policiais civis do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**, oito policiais da Companhia Independente de Polícia Fazendária (Cipfaz) e nove servidores do **Fisco** Estadual.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz); e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/**Draco**) da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sefaz).

Cira

A operação é parte das ações do Cira que reúne, além do MP, da Sefaz e da SSP, a Secretaria Estadual de Administração, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

e a **Procuradoria Geral do Estado**. Além de operações especiais como a 'Marca-Passo', as estratégias do Cira para a recuperação dos créditos sonegados envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador. (Bahia de Valor)

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Fazendários, ICMS

Operação cumpre mandados contra empresas do setor supermercadista suspeitas de sonegar R\$ 12 milhões em Irecê



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma operação conjunta da **Polícia** Civil, Ministério Público Estadual (MP-BA) e Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) cumpriu, na manhã desta quinta-feira (29), mandados de prisão e busca e apreensão contra empresas do setor supermercadista de Irecê, norte da Bahia, **suspeito** de sonegação de R\$ 12 milhões.

De acordo com a Secretaria de **Segurança** Pública (**SSP**-BA), a Operação Marca-Passo visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal. Ainda de acordo com a **SSP**-BA, os investigados criaram empresas em nome de 'laranjas', com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

'As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo

que, desde então, foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

Ao todo, foram cumpridos um mandado de prisão e cinco de busca e apreensão - Foto: Natália Verena/**Polícia** Civil

Através de nota, o MP-BA informou que, ao todo, a operação cumpriu um mandado de prisão contra o 'proprietário oculto' de um hipermercado, e cinco mandados de busca.

A ação também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, com a finalidade de assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. O trabalho é resultado das ações do

Ainda segundo o MP-BA, as investigações foram iniciadas pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), do qual faz parte, junto com a Sefaz e **SSP**-BA, em Barreiras, oeste da Bahia. Na região, foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial em nome da filha do líder do esquema criminoso.

*G1

PF cumpre mandados em Salvador, Dias D'Ávila e mais duas cidades da Bahia em combate ao **tráfico** internacional de drogas

Operação da PF contra fraudes a benefícios previdenciários cumpre mandados em Dias D'Ávila

Mulher samba ao fraudar saque de auxílio emergencial e acaba presa

Foragido vai fazer carteira de identidade e é preso

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Segurança, Polícia, Suspeito, Tráfico, Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS

Homem é preso por sonegar R\$ 12 milhões

Marcos Vinícius Rebelo Gomes teve a prisão preventiva decretada promotores e **policiais** da Bahia pegaram hoje um sonegador que deixou de pagar mais de doze milhões de reais em impostos era um dono de um supermercado Júlia Sarmiento.

Mas supermercados investigados ficam na cidade e direções e a quatrocentos e setenta quilômetros de Salvador.

Na casa do acusado o dono de uma das lojas foram encontradas quatro armas sem registros munição e documentos.

O empresário preso hoje durante a operação já tinha passagens pela polícia pelos crimes de **furto** qualificado formação de quadrilha e receptação era ele que abrir a diversas empresas.

Em nome de laranjas ou perderam a vida ela percebeu que a declaração das empresas não tinham a alimentação.

E aí a gente é iniciou inteiro dois mil e sete o objetivo da criação das empresas era de evitar pagar o **ICMS**.

O **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços** o patrimônio e o dinheiro das empresas investigadas foram bloqueados incluindo imóveis veículos e contas bancárias.

A polícia do Rio deve concluir na semana que vem o inquérito sobre a morte do menino Henry.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Policiais, Furto | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Operação Marca-passo em Irecê

Foram cumpridos um mandado de prisão cinco de busca e apreensão hoje durante uma megaoperação contra a sonegação fiscal hein.

De doze milhões de reais por parte de empresas do setor de supermercados.

Na cidade de ir e se as empresas envolvidas vinham segundo as apurações sendo monitoradas pelos órgãos fazendeiros desde o ano de dois mil e dezessete.

Na ação foram coletadas provas para ver índios e instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal com a **abertura de empresas** em nome de laranjas.

Com o intuito de reduzir.

Ou suprimir o imposto sobre circulação de mercadorias.

Serviços devido.

Esta operação faz parte da força tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária.

Composta pela coordenação especializada de combate à corrupção e lavagem de dinheiro do departamento de

repressão.

E combate ao crime organizado **Draco** também do ministério público do estado da Bahia e secretaria da fazenda do estado.

Aí uma mega operação atenção ir e ser delegado responsável pelas apurações delegada falou aí com nossa equipe.

A gente vem monitorando o ex empresário desde o ano de dois mil e dezessete.

Ele fazia era empresária aqui pra região da beira e se ele atua no setor de supermercados.

Ele fazia diversas empresas em nome de terceiros e fazia a situação de sua negação dos impostos é estaduais ele usa várias outras pessoas.

Hoje a despeito do cumprimento de mandados de prisão dele que seria o principal alvo na alteração.

Ele acaba é colocando pessoas terceiras pessoas nesse nesse esquema de de sonegação.

Que seriam coincide com o gato vulgarmente pelo nome

de laranjas da agência no esquema que vem desde dois mil e dezessete é totalizando lança negação de cerca de doze milhões.

É nós temos uma uma já vasta documentação é hoje a gente o prius cinco uma grade de buscas pra cor de arrecadar a o restante dos documentos.

Estava faltando.

Também demos cumprimenta o mandado de prisão temporária e no decorrer das peças de diligências aconteceu em flagrante é na casa do principal alvo foram encontradas quatro armas.

Tendo uma pistola trezentos e oitenta um revólver e dois e dois calabresa.

Ele já foi preso há um tempo atrás é por receptação de carga e agora ele está sendo também ao quadro flagrante.

É o maior de água fogo e além do cumprimento do dessa prisão temporária.

Representante do ministério público da Bahia destacou a prática criminosa que estaria acontecendo desde dois mil e quatro com a sonegação de tributos além do uso de laranjas para **abertura de empresas**.

Achada acompanhe.

É um esquema que ele.

E em como poderei te ver em três dimensões da prática criminosa.

A primeira dimensão.

É através da sonegação de tributos.

O missão é de do registro de entrada e saída da mercadoria ou então registrar menor dessa forma sonegar tributos.

A segunda fases de alimentação é através da sucessão das empresas por interpostas pessoas.

É verdade.

É o principal.

Integrante a conta desse desse grupo.

Ele fecha as empresas deixam com débito perguntaram grande e abre novas empresas fazendo associação.

É desenhando portanto a atuação do piso.

É utilizando se de interposta pessoa seja lá o que.

Ele o ministério público força tarefa para já.

Comumente chamados laranjas não é.

É pleito e o amiguinho de sequestro de bens.

É dessa porra da continuidade da atividade empresarial utilizando o mesmo praticamente o mesmo nome fantasia é o mesmo ponto comercial a mesma atividade.

É a medida que visa.

Exercendo em nome dessas pessoas sendo portanto responder pelo débito tributário de deixar.

É justamente preservar e buscar alcançar esse esse ressarcimento.

E a terceira fase.

Ao **fisco** são valores que podem ser convertidos.

É a terceira parte do selo Dimenstein é justamente a sua nega a lavagem de capitais.

Em hospitais em escolas principalmente no momento é de grande.

É a blindagem do peso da blindagem patrimonial.

É calamidade que a gente enfrenta o baú eles poderiam ser destinada por qualquer enfrentamento.

É utilizando assim.

É da nossa situação inclusive o deixasse dançar com.

Que também outras pessoas para o registro é oficial dos bens patrimoniais ou mesmo é empresas holdings patrimoniais utilizado para brindar esse patrimônio auferir não posso alegação tributária.

Como foi dito aí pelo menos doze milhões de reais em impostos.

Prezados já acumula passagens pela **polícia** pelos crimes de **furto** qualificado formação de quadrilha e receptação pelo qual cumpriu pena em regime fechado por oito meses diz aí a s s p Bahia.

Aqui também.

É a **polícia** encontrou nessa operação aí.

Algumas armas nas buscas foram encontrados na residência dele.

É é.

Com documentos.

Diversas munições.

Quatro armas sem registro.

A **polícia** investiga o assassinato de um homem no Arraial do retiro é capital baiana a **vítima** estava dentro de um carro quando foi surpreendida por homens que chegaram em uma moto enche a tela volta no ar.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Abertura de Empresas | SSP - Secretaria da Segurança Pública - Polícia,Vítima,Furto,Draco | SJDHDS - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - Indígenas | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO

Operação Marca-passo em Irecê

Agentes do ministério público da Bahia e **polícia** civil cumpriram hoje mandados de prisão e de busca e apreensão contra donos de supermercados da cidade de ir a você por suspeita de sonegação.

De acordo com a secretaria de segurança pública os empresários são suspeitos de sonegar doze milhões de reais.

Os investigados eram monitorados desde dois mil e dezessete pelos órgãos fazem andares.

Ainda de acordo com a s s p eles criaram empresas em nome de laranjas para reduzir o valor do **ICMS** devido.

Segundo o ministério público estadual foram cumpridos o mandado de prisão contra o proprietário de um hipermercado.

Cinco mandados de busca e apreensão na cidade ainda de acordo com o MP os investigados da região criaram a prática de lavagem de capitais.

Como a formação de uma empresa patrimonial em nome da filha do líder do esquema criminoso a ação judicial obteve o sequestro de ativos das empresas e dos sócios incluindo imóveis veículos e contas bancárias.

Para restituir os valores devidos aos cofres públicos.

Veja a seguir os números da convide dezenove aqui no estado e um dado preocupante número de mortes por corona vírus em quatro meses de dois mil e vinte um supera o total registrado no ano passado aqui na Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Polícia, Polícia Civil | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Operação contra sonegação de impostos em Irecê

Por que o local também que apresenta trânsito carregado até a avenida general San Martim prefiro descer pela via expressa agora são três horas e trinta e sete minutos e mais de doze milhões de reais.

Foram são negados por empresas do setor de supermercados investigadas.

Pela operação marca passo realizada na manhã de hoje na região de direção no centro norte da Bahia.

Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão e o proprietário do hipermercado coração que tinham estabelecimento registrado em nome de laranjas foi preso além disso foram sequestrados bens das empresas e de sócios e laranjas incluindo imóveis.

Veículos e contas bancárias para assegurar a restituição dos valores devidos o promotor do grupo especial de combate à sonegação fiscal do ministério público da Bahia Hugo Cassiano explica como funcionava o esquema **criminoso**.

Essas empresas operando no setor supermercadistas e conforme elas deram sendo desativado ou débitos elevados não há no first love as empresas eram criadas mas continuavam funcionando no mesmo endereço e feito em nome de laranjas e o que a investigação conseguiu detectar também é que o produto dessa sonegação fiscal era de veado pra empresas em nome de terceiros como road e patrimoniais pra que pudesse.

Fazia lavagem de capitais as investigações foram iniciadas em dois mil e dezessete em barreiras no oeste baiano.

Após indícios de prática de lavagem de dinheiro conforme apurações iniciais foi criada uma holding de empresas em nome da filha do líder do esquema **criminoso** o promotor afirma que o padrão de vida dos sócios confirmou as suspeitas.

Foi percebida por sócios não tinham capacidade econômica pra figurar como titular e dessas empresas conforme de detector isso nós quebramos o sigilo bancário e fiscal dos investigados afastando também o sigilo telefônico que foi possível detectar que disse.

Para se tratava de uma fraude.

O objetivo da operação é coletar provas para verificar a existência dessas empresas criadas em nome de terceiros.

Com o objetivo de reduzir ou se livrar do pagamento do **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços** foram detectadas outras empresas que não tinham aparecido ainda na nossa investigação que serão também objeto de investigação.

Já já foram remetidos ao ministério público três notícias crime relativas ao grupo as ações são da do comitê

inteiro institucional de recuperação de ativos do qual ministério público estadual faz parte.

Com a participação da secretaria estadual da fazenda e da secretaria de segurança pública.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da
Segurança Pública - SSP, Criminoso | SEFAZ -
Secretaria da Fazenda - ICMS

Operação Marca-passo em Irecê

Regulou para substituir o outro que de um probleminha lá na fiação doze loja saiu daqui correndo sobre o rancho pois isso era no Rio em só deu no filho lá no cabo ah não cara a operação marca passo.

Investigue empresa do setor de supermercados mercadinho estado de atuam na região direção a operação marca passo deflagrada hoje pela manhã.

Cumpra mandados de busca contra a sonegação de doze milhões de reais.

Em empresas do setor do ramo de supermercados na região de descer a ação faz parte da força tarefa de combate aos crimes contra ordem tributária composta pela coordenação especializada de combate à corrupção.

E lavagem de dinheiro que a senhora.

L d.

De ser capa do **departamento de repressão e combate ao crime organizado Draco** do ministério público estadual e pela secretaria da fazenda do estado da Bahia quando eu vinha pra cá de uma viatura.

Da secretaria da fazenda você faz não é este e vários policiais e não eu não entendo é como é que para ser

faz quem dirige o carro os sons são policiais militares.

Ela estava numa ação aqui na verdade Deni o falcão deve vir alguma novidade ainda hoje aqui fechando a agenda você faz é é você faz não é visitando supermercado.

O auditor contudo esta operação está sendo a região de vencer será que está também com ramificação pra cá isso ficou para o lado de cá também oração inclusive dessa operação visa coletar provas para instruir.

Investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente primordialmente na tática de criar empresas em nome de laranjas.

Com o intuito de reduzir ou suprimir o **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços** o ICMS devido as empresas entre aspas envolvidas vinham sendo o motor monitoradas pelos órgãos fazendeiros desde o ano de dois mil e dezessete.

Sendo que desde então foram remetidos às três notícias crime relativas ao grupo foi o que informou o diretor do **Draco** o delegado José.

Alves Bezerra jogou doze onze e várias pessoas presas já viu quase vinte nessa operação já tem gente.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da
Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - ICMS

Veículo: G1	
Data: 30/04/21	



Termina prazo para pagamento de IPVA com desconto de 5% para placa final 4; especialista avalia se vale à pena pagar à vista

Raphael Carneiro, planejador financeiro, avalia se vale à pena ou não pagar o tributo à vista.

Por G1 BA

30/04/2021 06h00 Atualizado há 4 horas

Os proprietários de veículos com placa final 4 têm até esta sexta-feira para pagar o valor integral do IPVA com 5% de desconto. O abatimento concedido pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)** é uma forma de incentivar o pagamento imediato, o que ajuda nas contas estaduais.

O benefício segue calendário divulgado previamente pelo órgão. Os proprietários de carro com placa 1, 2 e 3 têm agora apenas a possibilidade de pagamento parcelado, sem o desconto.

O pagamento deve ser feito, conforme orientação da Sefaz, em agência, caixa eletrônico ou aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob

com o preenchimento do Renavam. Caso não queira pagar à vista, com o desconto dos 5%, pode fazer de forma parcelada. As datas para pagamento são as seguintes:

Pagamento do IPVA para 2021 poderá ser efetuado de forma antecipada em cota única com desconto de 10% até o dia 10/02/2021					
CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

Calendário do pagamento do IPVA de 2021, na Bahia — Foto: Foto: Divulgação/Sefaz

Diante do calendário de pagamentos, é possível fazer um planejamento para optar por quitar a dívida à vista ou não. Mas, nesse ponto, é que surge a dúvida: vale à pena fazer esse pagamento de uma vez para ter o desconto?

Avaliar situação

Segundo o planejador financeiro, Raphael Carneiro, antes de definir se vai ou não pagar o IPVA, ou qualquer outro tipo de imposto, à vista, é preciso ter conhecimento da própria situação financeira.

"Esse conhecimento prévio é o que vai permitir que a decisão seja tomada com melhor efetividade. E, nesse caso, cada um pode estar em três situações: dívidas, finanças equilibradas ou investimento com folga", alerta Carneiro.

De acordo com o planejador, no primeiro caso, são as pessoas que estão com dívidas acumuladas. Não se encaixam aquelas que têm prestações dentro do orçamento mensal. "Se for o seu caso, não há mágica a fazer. Para evitar maior descontrole no orçamento, o melhor é fazer o pagamento parcelado e, ao longo do ano, buscar o equilíbrio do orçamento, que pode vir através de uma renda extra", orienta.

No caso de estar com as finanças equilibradas, é importante avaliar a reserva financeira. "O que não pode acontecer é de o pagamento do IPVA acabar com essa reserva, por exemplo. Se a reserva for superior ao valor à vista, quite imediatamente. Caso contrário, não vale à pena eliminar a reserva e ficar desprotegido no restante do ano", alerta.

Por outro lado, Raphael Carneiro explica que o terceiro ponto é o mais tranquilo dos três. "Com o orçamento controlado e possibilidade de até investir todo mês, não há cenário melhor do que aproveitar o desconto e pagar o IPVA à vista", afirma.

Vale à pena?

O valor dos impostos, como o IPVA é, normalmente é divulgado com um valor parcelado e um desconto à vista. No caso do IPVA atual, o desconto é de 5%. Mas quem pagou o tributo em janeiro, também em cota única, teve um desconto de 10% do valor total. O IPTU de Salvador, por sua vez, concedeu desconto de 7% a quem quitou o imposto no começo do ano.

Raphael explica que, nesses casos, o valor real daquele imposto é o que é apresentado com o desconto. "O valor final, aquele pago parcelado, tem juros embutido. Então, ao possuir o montante necessário para o pagamento à vista, só não faz sentido aproveitar o desconto se tiver uma rentabilidade maior nos investimentos", destaca o planejador.

Segundo ele, caso seu IPVA seja no valor de R\$ 1 mil, o desconto de 5% dará a possibilidade de pagar R\$ 950.

"Para que o parcelamento faça sentido, sendo que ele é feito em três meses, é preciso que tenha um investimento com retorno acima de 1,72% ao mês, o que é equivalente a 22,77% ao ano. Vale lembrar que a Taxa Selic, que orienta os juros no Brasil, está em 2,75% ao ano", alerta.

Planejamento para 2022

Pode ser que o cenário atual não permita fazer o pagamento à vista do IPVA neste ano. Mas, tem tempo suficiente para fazer um planejamento e aproveitar os descontos no próximo anos.

"O orçamento mensal pode ser mais apertado do que você desejaria, por isso, nem sempre será possível separar um valor para quitar os impostos", diz Raphael.

Segundo o planejador, o que pode ser feito nesse sentido é tentar, ao longo do ano, separar os valores necessários, mês após mês, para o pagamento no começo do ano seguinte.

"Outra opção é utilizar uma parte do 13º salário, caso já não esteja comprometido, para isso. Ter esse costume vai fazer com que seja criado o hábito de poupar, o que pode facilitar em diversas outras áreas da sua vida financeira", conclui.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 29/04/2021	



Compras até 30 de abril concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada

29 abril 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de abril para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio de maio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de abril. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de abril para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir do sorteio da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados serão conhecidos no dia 20 de maio e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 596 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Compras até 30 de abril concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 30 de abril para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio de maio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de abril. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de abril para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir do sorteio da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados serão conhecidos no dia 20 de maio e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais:

Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia,
Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 596 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Site do SindSefaz	
Data: 30/04/2021	Caderno: Boletim Eletrônico



Dieese mostra impactos da ADI 4233 na arrecadação de ICMS



OS EFEITOS DO JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE 4233 SOBRE A ADMINISTRAÇÃO
TRIBUTÁRIA

SINDSEFAZ - BA



Boletim 2389 - Salvador, 15 de abril de 2021

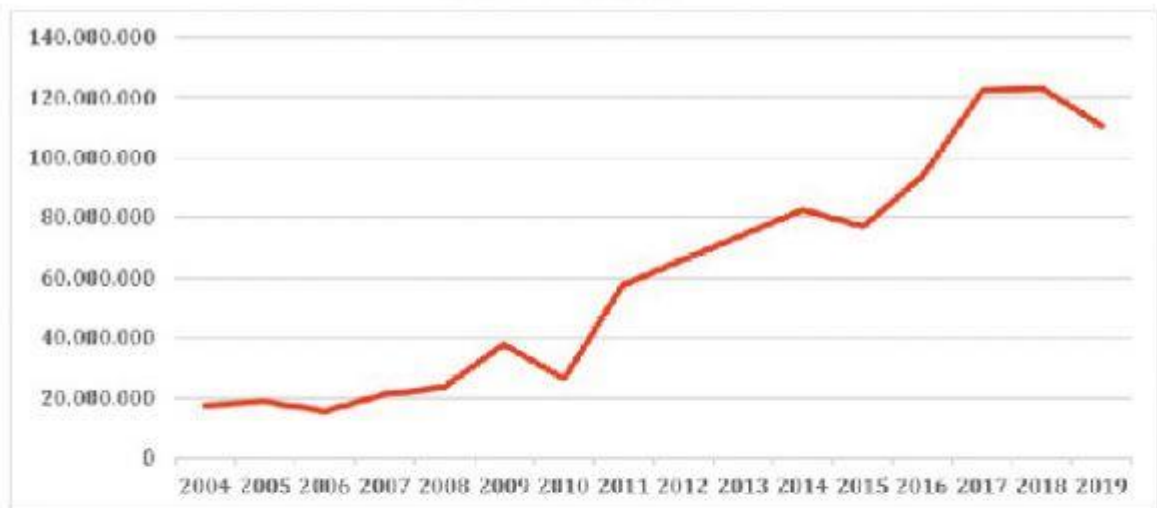
A pedido do Sindsefaz o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) preparou um **estudo que mostra os impactos da ADI 4233 sobre a Fazenda baiana**. O resultado na arrecadação pode ser desastroso. Veja.

[CLIQUE NA IMAGEM PARA ACESSAR O ESTUDO NA ÍNTEGRA](#)



OS EFEITOS DO JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4233 SOBRE A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Fiscalização de ICMS no Trânsito de Mercadorias – Valor do imposto lançado de ofício
Bahia 2004 a 2019**



Fonte: Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT - Sefaz/BA

Tais resultados se deram mesmo num quadro de redução do número de Agentes de Tributos Estaduais (ATEs). Quando a Lei 11.470 foi aprovada em 2009 a Bahia possuía aproximadamente 1.200 ocupantes nesse cargo em seu quadro ativo. Após 11 anos, o efetivo encontra-se em 711, porém, mesmo assim, o grau de eficiência, experiência e melhor planejamento da fiscalização no Trânsito de Mercadorias vem garantindo expressivos resultados.

Veículo: bahia.ba	
Data: 30/04/2021	Caderno: Economia



Queremos uma posição técnica e boa vontade da Anvisa, diz Rui ao cobrar testes da Sputnik V

Governador quer que a própria agência investigue se de fato o imunizante russo possui adenovírus replicante

Alexandre Santos

Rui Costa (PT), governador da Bahia, em entrevista à GloboNews

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), pediu na manhã desta sexta-feira (30) que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) analise “com boa vontade” as suspeitas sobre a presença de adenovírus replicante em lotes da vacina Sputnik V, desenvolvida pelo Instituto russo Gamaleya em parceria com a farmacêutica brasileira União Química. Na última segunda (26), a agência rejeitou, por unanimidade, a importação e o uso do fármaco russo pelo Brasil. Um dos técnicos do órgão apontou “falta de documentação” e possíveis riscos do imunizante à saúde, dentre os quais a presença ou não de adenovírus com capacidade de replicação no corpo dos pacientes que receberem doses da vacina.

“O que nós queremos é um pouco de boa vontade da Anvisa e de determinação para fazer a pesquisa. Sobre esse debate [da presença do adenovírus], eu não sou cientista biológico. Eu assisti recentemente ao CTNBio, que é o órgão brasileiro para cuidar da biossegurança, um vídeo longo, de mais de 30 minutos, em que ele ratifica que não tem o vírus replicante e autoriza e legitima o uso da vacina. É um órgão federal responsável por biossegurança no Brasil”, declarou Rui Costa em entrevista à GloboNews.

Ao mencionar a CTNBio, o governador refere-se à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, que recentemente aprovou requisitos de biossegurança da Sputnik V. Embora o

aval da CTNBio seja condição para a inserção de qualquer organismo geneticamente modificado no mercado brasileiro, a exemplo da vacina russa, o uso do imunizante dependerá de aprovação também da Anvisa.

Por isso, avalia Rui Costa, o ideal é que a própria agência realize os testes. “Recentemente, depois do contraponto do Instituto Gamaleya, ela [a Anvisa] disse que não testou a vacina. Então, ao invés de ficar com polêmicas, o que nós esperamos da Anvisa é que ela pegue um lote de vacinas e faça o teste. Ou ela própria ou encomende um laboratório isento que faça os testes pra saber se tem ou não esse vírus replicante, ao invés de ficar num debate sem sentido. Quem está precisando da vacina urgentemente somos nós, os brasileiros. Nós queremos uma posição técnica da Anvisa, com boa vontade de analisar e dizer ao povo brasileiro ‘está aqui, peguei um lote de vacina aleatório, testei e tem ou não tem o vírus replicante’”, afirmou.

O governador disse não acreditar que a vacina da Sputnik possa causar eventos graves em que recebê-la. “Aqui, na Argentina, eles já vacinaram milhares de pessoas. Aqui, no México, já vacinaram milhares. São 62 países que estão aplicando essa vacina. Mais de 20 milhões de pessoas já tomaram essa vacina. Então alguém haveria de reportar se algum fato relevante tivesse ocorrido. É preciso que a Anvisa ajude a alertar a humanidade do risco que está se correndo com essa vacina.”

Diante do impasse, Rui Costa diz ter cobrado da agência cópias dos documentos que balizaram o parecer sobre sua negativa. “Nós protocolamos dois pedidos essa semana à Anvisa. Primeiro: que ela nos dê cópia dos documentos que ela utilizou para dar o parecer. Segundo: nós anexamos toda a resposta que recebemos essa semana do Instituto Gamaleya, pois queremos que a Anvisa se posicione sobre esse documento denso”, explicou.

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@grupoparade.com.br

COVID-19 Bahia registra 93 mortes por em 24h; estado já acumula 18.391 óbitos

[coronavirus.atarde.com.br](https://www.coronavirus.atarde.com.br)

COVID-19 Determinação foi da ministra Rosa Webber, do STF, ao julgar ação ajuizada pelo Estado

União deve garantir medicamentos do kit intubação para a Bahia

RODRIGO AGUIAR

O governo federal terá de apresentar em até 10 dias um planejamento detalhado das ações em curso e das que pretende adotar para assegurar o suprimento dos insumos do chamado kit intubação, determinou a ministra Rosa Webber, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar ação ajuizada pelo Estado da Bahia.

Pelo menos 20 municípios baianos sinalizaram o risco de falta do kit intubação em hospitais e centros de saúde em pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) na última semana. O número equivale a 27,8% das 72 cidades baianas envolvidas no levantamento semanal da CNM, respondido pelas prefeituras. A entidade não divulga a lista dos participantes.

Os medicamentos do kit, como sedativos, analgésicos e bloqueadores neuromusculares, são considerados imprescindíveis para pacientes com Covid-19 intubados. Em março, autoridades de Feira de Santana já alertavam para a escassez de oxigênio e dos medicamentos do kit intubação.

Segundo a decisão da ministra, o plano a ser apresentado pela União deverá informar, no mínimo, o nível atual dos estoques de medicamentos, a forma e a periodicidade do seu monitoramento, a previsão de compra de novos medicamentos, os cronogramas de execução, os recursos financeiros para a aquisição e distribuição dos insumos, os critérios de distribuição e a forma pela qual serão publicizados o planejamento e a execução das ações.

Rosa Weber pontua que, apesar das iniciativas informadas pela União, há neces-


Ministério da Saúde informou que 864 mil medicamentos do kit intubação serão distribuídos no Brasil

Pelo menos 20 municípios baianos sinalizaram o risco de falta do kit intubação

sidade de ajustes para gerenciar a disponibilidade dos insumos e dar segurança e previsibilidade a estados e municípios. "As ações adotadas e informadas nos autos, embora relevantes, se dão em

contextos pontuais, sem o caráter preventivo exigido em tema de saúde pública", apontou a ministra.

Ressuprimento

Ao comentar a decisão liminar da ministra, o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, afirmou que a pasta tem estoque de medicamentos do kit intubação para manter a sua rede própria, mas destacou que "não se sabe como será o futuro se não houver ressuprimento". "O problema são os hospitais dos municípios que estão sem conseguir comprar", apontou o titular da Sesab. Procurada após a decisão

de quatro dias, enquanto os neurobloqueadores seriam suficientes para dez dias. De acordo com a Sesab, os produtos foram enviados com rótulos e bulas em mandarim, mas acompanhados de "pequeno manual de orientações sobre administração e diluição em português".

O Ministério da Saúde informou ontem que 864 mil unidades de medicamentos do kit intubação serão distribuídas em todo o Brasil nas próximas 48 horas. De acordo com a pasta, os remédios foram adquiridos por meio de pregões e compras via Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

de quatro dias, enquanto os neurobloqueadores seriam suficientes para dez dias. De acordo com a Sesab, os produtos foram enviados com rótulos e bulas em mandarim, mas acompanhados de "pequeno manual de orientações sobre administração e diluição em português".

O Ministério da Saúde informou ontem que 864 mil unidades de medicamentos do kit intubação serão distribuídas em todo o Brasil nas próximas 48 horas. De acordo com a pasta, os remédios foram adquiridos por meio de pregões e compras via Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Bruno Reis culpa o Ministério da Saúde por falta da Coronavac

CÁSSIO SANTANA

O prefeito Bruno Reis (DEM) afirmou ontem que o baixo estoque e, conseqüentemente, a restrição da aplicação da 2ª dose da vacina Coronavac em Salvador aconteceu porque a prefeitura seguiu recomendação do Ministério da Saúde, a quem o democrata atribuiu responsabilidade pela falta de imunizantes.

Em março deste ano, o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, orientou que estados e municípios usassem

todo o estoque das vacinas para a primeira dose a fim de acelerar o ritmo da vacinação. No dia 6 de abril, o atual titular da pasta, Marcelo Queiroga, reforçou essa indicação.

Na última segunda-feira, no entanto, Queiroga explicou que a orientação agora é guardar parte do estoque para a segunda aplicação, uma vez que a pasta admitiu dificuldades em adquirir novas doses da Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan.

"O Ministério da Saúde orientou que os municípios fizessem a aplicação de to-

das as doses enviadas pelo governo, nos garantindo o envio de novas remessas para a 2ª dose. Isso não ocorreu e houve a diminuição do quantitativo de doses enviadas pelo governo federal", escreveu Bruno Reis em sua conta no Twitter.

"Estamos fazendo todos os esforços possíveis para acelerar o recebimento do imunizante, mas esse desabastecimento está ocorrendo em todo o país", completou o prefeito.

O intervalo para a aplicação da segunda dose da Co-



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Bahia recebe mais de 336 mil doses da vacina contra a Covid

REDAÇÃO E TÁCIO CALDAS*

A Bahia recebeu na manhã de ontem mais uma remessa de vacinas contra a Covid-19. Ao todo, serão 336.300 doses que desembarcarão no Aeroporto Internacional de Salvador. Entre o montante, estão 329.500 mil da Fiocruz/As-trazeneca/Oxford e 6.800 mil doses da Coronavac, produzida pelo Butantan.

A remessa será enviada para os 417 municípios do estado em aeronaves do Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer) e da Casa Militar do Governador (CMG-BA), após conferência da equipe da Coordenação de Imunização do Estado.

Novos grupos

A campanha municipal de vacinação contra a Covid-19 incluiu, a partir de hoje, três novos grupos no cronograma. Os trabalhadores do ensino superior das redes pública e privada de Salvador tenham a partir de 55 anos, estudantes e imunossuprimidos já podem buscar os postos para receber a primeira dose.

Os profissionais da educação devem estar em pleno exercício de suas funções, lotados na capital e terem seus respectivos nomes listados no site da SMS, onde também podem conferir os documentos necessários. Sete postos foram destinados para esses trabalhadores, que podem ser verificados no site do Filômetro. As pessoas imunossuprimidas e autistas devem observar os respectivos locais destinados para se vacinar no site filometro.saude.salvador.ba.gov.br, onde também pode ser observado se há ou não filas e aglomerações no posto escolhido.

SOBA A SUPERVISÃO DO EDITOR
RAFAEL TIAGO NUNES

Prefeituras foram orientadas a utilizar todo estoque de doses

ronavac é de 14 a 28 dias.

Embora seja o Butantan o responsável pela produção do imunizante no país, cabe ao Ministério da Saúde planejar e coordenar a campanha de vacinação, incluindo a distribuição das vacinas.

De acordo com comunicado do instituto, na última segunda-feira, já foram entregues cerca de 41 milhões de doses da Coronavac ao Programa Nacional de Imunização, e que um novo lote com mais cinco milhões será entregue a partir da semana que vem.

PARQUE EÓLICO VENTOS DE SÃO JANUÁRIO 03 S.A. CNPJ:31.818.977/0001-44		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM R\$, EXCETO QUANDO MENCIONADO EM CONTRÁRIO)	
Relatório da Administração: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as DF's do exercício encerrado em 31/12/20. O Parque Eólico Ventos de São Janeiro 03 S.A é uma S.A. de capital fechado, regularmente constituída em 19/10/18, regida pelas normas da Lei das S.A. (Lei 6.404/76), na Fazenda Morros, s/nº, Estrada Vicinal que liga a BA-220 à BA-144, Zona Rural, Município de Campo Formoso, Estado da Bahia, CEP: 44790-000. A Cia. tem por objeto social o desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada Parque Eólico Ventos de São Janeiro 03, para fins de produção e comercialização de energia elétrica.			
Balanco Patrimonial em 31/12/20 e 2019	2020	2019	
Ativo	155.945.682	30.331.232	
Circulante	23.525.678	1.506.043	
Caixa e equivalentes de caixa	84.721	21.004	
Aplicações financeiras	19.648.542	1.483.274	
Despesas antecipadas	282	-	
Contas a receber - clientes	3.670.255	-	
Contas a receber - partes relacionadas	68.305	-	
Adiantamento a fornecedores	10.107	-	
Impostos a recuperar	43.406	1.765	
Não circulante	132.420.004	28.825.189	
Contas a receber - partes relacionadas	-	551.153	
Imobilizado	131.575.106	27.442.589	
Intangível	844.898	331.447	
Passivo	155.945.682	30.331.232	
Circulante	61.695.208	3.356.849	
Tributos a pagar	245.114	152.312	
Contas a pagar	21.857.667	3.354.537	
Adiantamentos de cliente	3.244	-	
Provisão de IRPJ e CSLL correntes	74.447	-	
Contas a pagar - partes relacionadas	181.959	-	
Emprestimos e financiamentos - partes relacionadas	41.717.663	-	
Emprestimos e financiamentos	1.618.114	-	
Capital a pagar	59.947.394	2.985.915	
Emprestimos e financiamentos - partes relacionadas	-	696.140	
Provisão de IRPJ e CSLL diferido	112.792	-	
Emprestimos e financiamentos	59.834.602	-	
Patrimônio líquido	30.300.081	23.858.468	
Capital a integralizar	27.556.737	3.581.399	
Adiantamentos p/ futuro aumento de capital	3.982.263	-	
Prejuízos acumulados	(1.238.919)	(116.870)	
Assinaturas: Diretor Presidente Paulo Alexandre Coelho Abranches, Diretor Alessandro da Costa Nunes e Contador Fábio Luis de Sousa- CRC SP 237605/01			
Relatório dos auditores			
As DF's individuais e consolidadas acima referidas apresentaram adequadamente, exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, KPMG Auditores Independentes - CRC SP-0144280-6 F-RJ;			
Contadora CRC RJ-1009830-7			

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE	
C.N.P.J. 13.796.289/0001-49	
AVISO DE LICITAÇÃO	
PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2021	
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Jaguaribe torna público, a quem possa interessar, a PUBLICAÇÃO do Procedimento Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 026/2021, do tipo Menor Preço por Lote, mediante condições estabelecidas no Edital e seus anexos, na Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, e subsidiariamente, na Lei Federal nº. 8666/03 e suas respectivas alterações e Decreto Municipal 011/2020. Acolhimento de propostas: às 08:00 horas, da dia 18/05/2021, abertura das propostas: às 11:00 horas do dia 20/05/2021, data e a hora da disputa: às 09:00 horas do dia 21/05/2021. Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br. PA Nº 166/2021, Nº da Licitação:869913, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS DE USO PERMANENTE PARA ABASTECIMENTO DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL DAS LOCALIDADES E DISTRITOS:CAMASSANDI, PALMILHA D'AJUDA, SÃO BERNARDO, CAÇÕES, MUTA, BARREIRAS,PIRAJUIA E SEDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE. O EDITAL completo poderá ser adquirido no endereço eletrônico https://www.jaguaripe.ba.gov.br/site/licitacoes ou solicitando através do e-mail licitajaguaripe@gmail.com, inclusive. Informações (75) 3642-2112. David Casais de Carvalho - Pregoeiro. Jaguaribe - BA, 29/04/2021.	
AFundação Chest de Assistência e Segurança Social - Faches, Operadora de Planos de Autogestão de Assistência à Saúde, devidamente registrada na ANS sob o nº 31723-3, inscrita no CNPJ sob o nº 42.160.192/0001-43, com estabelecimento na Rua do Faisanito, 58 - Boa Vista - Recife - PE, por intermédio desta publicação do Edital de Notificação, considera que ficam notificados os beneficiários abaixo, clientes na referida operadora contratada, conforme informações a seguir: M. A. A. S., inscrita no CPF sob o nº 549503925, no plano Faches Saúde Padrão, registrado na ANS sob o nº 436.221/01-7, e registrado no plano sob o nº 03 222739 00 00, no valor atualizado de R\$ 3.628,90, referente às mensalidades de 01/2021 a 03/2021, configurando 71 dias de inadimplência; T. C. C., inscrito no CPF sob o nº 016869205, e registrado no plano sob o nº 09 180491 00 00, no valor atualizado de R\$ 2.002,63, referente às mensalidades de 01/2021 a 03/2021 da sua dependente E. C. M. P., inscrita no CPF sob o nº 071338145, e registrada no plano sob o nº 09 180491 00 00, configurando 71 dias de inadimplência; S. T. S. I., inscrito no CPF sob o nº 066202485, e registrado no plano sob o nº 09 047120 00 00, no valor atualizado de R\$ 2.657,95, referente às mensalidades de 12/2020 a 03/2021 do seu dependente R. T. S., inscrito no CPF sob o nº 074141845, e registrado no plano sob o nº 09 047120 00 00, no valor atualizado de R\$ 2.657,95, referente às mensalidades de 12/2020 a 03/2021, configurando 105 dias de inadimplência. Esse Edital de Notificação tem como efeito informar que será realizada a rescisão unilateral do contrato dos beneficiários supracitados, na forma do art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei nº. 8.666/00, caso não seja quitado o débito existente com o plano, no prazo de 10 dias corridos contados a partir da respectiva publicação, cuja forma de pagamento poderá ser esclarecida por meio do telefone 0800.281.7533.	

MP 1.034 Representantes da indústria baiana e parlamentares participaram de audiência online

Articulação visa barrar fim da desoneração para setor químico

Tiago Caldas / Ag. A TARDE / 10.10.2018

DA REDAÇÃO

A ameaça de extinção do Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que põe fim à desoneração do setor químico nas alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas, por meio da Medida Provisória nº 1.034/2021, do governo federal, mobilizou representantes da indústria baiana e parlamentares em audiência online realizada ontem pela Assembleia Legislativa. Em pauta, a definição de articulações de forma suprapartidária e nacional para buscar barrar a iniciativa, que compromete a competitividade e os empregos da indústria química no estado e no país.

O presidente da Alba, Adolfo Menezes (PSD), que abriu o evento, disse ver risco imediato para o Polo Industrial da Bahia, com o possível fechamento de plantas e demissão de milhares de trabalhadores. “Com o Reiq, as alíquotas de PIS e Cofins são de 3,65%; sem o regime diferenciado, passarão a 9,75%, seria catastrófico”, apontou.

Receita e empregos

Um dos proponentes do debate, o líder do PT na Casa, Osni Cardoso (PT), destacou ser o segmento industrial importante gerador de empregos, renda, pesquisa e tributos. Para ele, além de afetar a indústria química baiana, a iniciativa federal coloca em risco também a receita estadual e o emprego de muitas famílias.

Considerando que medidas provisórias têm vigência imediata e calendário reduzido de tramitação no Congresso (máximo de 120 dias), o senador Jaques Wagner (PT-BA) sugeriu que deputados e senadores com maior acesso ao governo federal articulem conversas com o presidente da Câmara e Senado Federal e os convença de retirar o Reiq da MP. O senador defende o regime especial e acredita que quem articulou a MP não tem visão de desenvolvimento industrial no país. “O governo federal não tem muita preocupação com a indústria, com a tecnologia e o desenvolvimento, só atende ao


Jaques Wagner (PT-BA) sugeriu conversas com presidentes da Câmara e do Senado

mercado financeiro. Por isso que os parlamentares precisam pressionar, principalmente os da base aliada”, explicou.

Impactos

O secretário estadual de Planejamento, Walter Pinheiro – que foi relator do atual Reiq, de 2013, enquanto senador –, estima que o fim do regime, na Bahia, pode resultar na perda de mais de 12 mil postos de trabalho diretos e que o impacto sobre o recolhimento de ICMS pode chegar a R\$ 2 bilhões.

“Estamos preparando o caminho para a próxima fronteira do Polo Petroquímico de Camaçari e não podemos permitir que se arrebentem as pernas desse setor. O impacto negativo com o fim do Reiq não é apenas de caráter arrecadatório, incide também na cadeia produtiva dos mais diversos setores da economia, sem falar nos impactos tecnológicos, causando defasagem”, alertou Pinheiro, defendendo a mobilização de assembleias legislativas de outros estados e entidades como União dos Municípios da Bahia (UPB) e Frente Nacional de Prefeitos.

FECHAMENTO DE PLANTAS E DEMISSÕES

O presidente da Alba, Adolfo Menezes (PSD), que abriu o evento, disse ver risco imediato para o Polo Industrial da Bahia, com o possível fechamento de plantas e demissão de milhares de trabalhadores

Segundo estimativas da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), apresentadas pelo presidente Ciro Marino, o impacto com a revogação do Reiq se dá sobre o PIB, emprego e arrecadação. O setor deixará de produzir entre R\$ 2,7 bilhões (cenário favorável) e R\$ 5,7 bilhões (cenário base) – uma redução de R\$ 11,5 bilhões por ano. “Considerando os efeitos sobre a renda e o emprego, a perda seria de R\$ 5,5 bilhões anuais no PIB e mais de 85 mil postos de trabalho, além de uma redução de R\$ 2,70 bilhões na arrecadação”, apontou.

Marino defendeu que a indústria química precisa de regramentos de Estado e não de governo, e desejou que o relator da MP seja alguém sensível e preparado sobre o tema. Ele reiterou que o Reiq não pode ser entendido como um benefício, mas uma condição necessária, “embora insuficiente para a competitividade”, além de ser tema da reforma tributária. Justificou sua posição apresentando quadro comparativo de políticas ao setor em países como EUA, China, Coreia e Índia.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, acredita que a indústria química precisa ser mais competitiva e, para isso, o setor necessita de mais investimentos para se tornar mais moderno e atrativo. Ainda assim, Alban acredita que a Bahia tem um importante parque industrial. A Fieb alertou, essa semana, que a extinção do Reiq pode gerar a perda de 33 mil empregos no setor fabril baiano e que, no melhor dos cenários, o segmento teria redução de 5%, com perdas de oito mil empregos e R\$ 81,3 milhões em arrecadação.

Paulo Guimarães, superintendente de atração de investimento da Secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE), colocou a equipe à disposição para participar do processo de tentar reverter a medida, reiterando que “a indústria química é a mãe de todas as outras indústrias”. Ele representou, no evento, o chefe da pasta e vice-governador João Leão.

O deputado federal Cacá Leão (PP-BA) acredita na boa vontade na bancada dos deputados baianos para resolver a situação na Câmara. O parlamentar reconheceu a importância que o Polo Petroquímico tem para a Bahia. “Não vamos permitir que isso aconteça com a indústria química da Bahia e do Nordeste”, afirmou. Joseildo Ramos, deputado federal pelo PT, definiu como “cumplida cidadã” a articulação para derrubar a MP, “uma necessidade de sobrevivência e luta contra a desindustrialização da Bahia e do Nordeste”.

Para Daniel Almeida, do PCdoB, há chance de retirada da extinção do Reiq da medida provisória: “Existe uma frente parlamentar em defesa da indústria química, estamos tentando sensibilizar o presidente da Câmara; o caminho é esse – mobilizar governadores, prefeitos, trabalhadores e indústria”, indicou.

O prefeito de Camaçari, município onde fica localizado o Polo Petroquímico, Antônio Elinaldo, acredita que a união de todos os entes políticos pode revogar a medida provisória, que resultaria em diminuição considerável de arrecadação e empregos.

Grupo de trabalho

Ao final da transmissão, o deputado Osni sugeriu um grupo de trabalho para tirar encaminhamentos, em conjunto com todos os partidos que possam ser signatários desse documento, além de abrir o diálogo com a presidente da Unale, a deputada estadual baiana Ivana Bastos (PSD), e o presidente da UPB, o prefeito de Jequié, ex-deputado estadual Zé Cocá (PP). Também participaram do evento os deputados petistas Jacó, Rosemberg Pinto, Robinson Almeida, Maria del Carmen e Fátima Nunes.

EMPRESAS

Câmara aprova medida sobre renegociação de dívidas

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, Brasília

A Câmara dos Deputados concluiu a votação da Medida Provisória 1.016/20, que prevê renegociação extraordinária de dívidas junto a fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste (FNE, FNO e FCO). O texto agora segue para o Senado.

A estimativa do governo é que débitos que podem ser renegociados girem em torno de R\$ 9,1 bilhões, dos quais R\$ 5,2 bilhões rurais (57,6%) e R\$ 3,9 bilhões não rurais (42,4%). A maior parte dos devedores, cerca de 268 mil, contraiu empréstimos rurais. Já os devedores não rurais somam 29,5 mil. Aproximadamente 87% das dívidas têm valor de até R\$ 20 mil e quase 98%, de até R\$ 100 mil.

A renegociação deve ser feita com os bancos da Amazônia, do Nordeste e do Brasil (BB) e é voltada a empréstimos de crédito rural e não rural feitos há, pelo menos, sete anos e lançados, no balanço do fundo, como prejuízo parcial ou total, ou coberto por provisão de devedores duvidosos, também parcial ou totalmente.

A renegociação extraordinária abrange apenas as parcelas das operações de crédito que não foram pagas até 18 de dezembro de 2020. Pela proposta, o pedido de renegociação de empréstimos poderá ser feito sempre que o interessado reunir as condições estipuladas. Pedido deve ser feito até 31 de dezembro de 2022.

Serão abrangidas as parcelas em atraso, mas os descontos não poderão reduzir o valor original da operação de crédito ou implicar redução maior que 90% dos valores a serem renegociados.

PAGAMENTO EM ATÉ 120 MESES

O prazo de pagamento será de até 120 meses. Os descontos não serão oferecidos a quem estiver em situação de fraude ou irregularidade e não for oficialmente comunicado para as devidas correções

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

05/05/2021 QUARTA-FEIRA

DIAS DAVILA/CENTRO - das 09:00 às 13:00 - Rua Nova, Rua Rogerio de Farias, Rua Severino Vieira, Rua Walter Seixas, Tv. 03 Ana Nery, Tv. 04 Ana Nery e Tv. Joana Angélica.

SALVADOR/JARDIM SANTO INACIO - das 09:00 às 17:00 - Alameda 46, Parte da Av. Cardeal Avelar Brandao Villela, Conjunto Aguas Belas, Estrada Mata Escura, Rua Acesso Santo Inácio, Rua Agua Marinha, Rua Agua Viva, Rua Aguas de Cheiro, Rua B 01, Rua C, Rua Direta da Mata Escura, Rua Direta de Santo Inácio e Rua Ernesto Nazareth.

SALVADOR/SAO CAETANO - das 09:00 às 16:00 - Av. Menezes, Av. Pastor Luther King, Estrada de Campinas, Rua Barbarino Gonçalves Magalhaes, Rua Cleriston Andrade, Rua Manoel Fernandes, Rua Pastor Luther King, Rua Professor Francisco Goes Calmon e Rua Vicência Francisca.

SÃO FRANCISCO DO CONDE/PARAMIRIM - das 09:00 às 17:00 - Alto do Coroado, Av. Juvenal Eugenio Queiroz, Rodovia Candeias, Rua Baixada, Rua Coroado, Rua da Baixada, Rua da Calçada, Rua da Escola, Rua da Igreja, Rua da Mangueira, Tv. Coroado e Tv. da Baixada.

06/05/2021 QUINTA-FEIRA

CAMACARI/GUARA JUBA - das 09:00 às 15:00 - Parte do Condomínio Genipabu, Parte da Estrada Coco Km 40 e Parte do Loteamento Genipabu Sammer House.

SALVADOR/BOA VISTA DE SAO CAETANO - das 09:00 às 15:00 - Conjunto Jardim Lobato, Rua 22 de Marco, Rua Boa Vista de São Caetano, Rua Camurujipe, Rua Maria Eulália, Rua Nova Direta, Rua Nova do Camurujipe, Rua Rodovia A, Rua São Francisco, Tv. 2 Angélica Rocha, Tv. 3 Independência, Tv. Barbosa, Tv. Cassimiro de Abreu, Tv. Nunes, Tv. Santiago, Tv. São Raimundo e Vila Bom Viver.

SALVADOR/PERIPERI - das 09:00 às 17:00 - Rua Alexandre Grambell, Rua Paraguari e Tv. Alexandre Grambell.

SALVADOR/SUSSUARANA - das 09:00 às 15:00 - Parte da Av. Ulysses Guimaraes, Rua Moises Mendes e Tv. Moises Mendes.

07/05/2021 SEXTA-FEIRA

CAMACARI/JAUA - das 08:30 às 16:30 - Loteamento Bosque Jaua, Rua da Mangabeira, Rua Condomínio Bosque de Jaua, Loteamento Capivara, Fazenda São Francisco, Loteamento Chácaras Bosque de Jaua, Rua 4 Condomínio Bosque de Jaua, Tv. 1 Rio Bandeira, Rua Mucuge, Rua da Usina, Rua do Mangalo, Loteamento

COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.

2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

FAROL
ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes

UM DETALHE

Apesar de ter sido festejado pelo governo estadual, o Projeto de Lei 24.069/2021, aprovado na última quarta-feira (28) pela Assembleia Legislativa (Alba), preocupa bastante representantes do setor produtivo baiano. A ideia da lei é normatizar o uso de imóveis es-taduais para viabilizar a atração de empresas. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) calcula que a medida vai viabilizar 300 empreendimentos, gerar 36 mil novos impostos e gerar um volume de R\$ 30 bilhões em investimentos privados. O problema é que da maneira como foi aprovado, o projeto pode inviabilizar ou no mínimo atrasar bastante esses, ponderam os insatisfeitos. Principalmente no caso de grandes empreendimentos. O mecanismo da "alienação onerosa" perde espaço para a "concessão de uso". E qual o problema? A aquisição do imóvel garante a possibilidade de oferecimento do bem em garantia para financiamentos, muitas vezes imprescindíveis para concretizar os projetos. A concessão de uso, por sua vez, inviabiliza essa alternativa.

PROJETO FUNDAMENTAL

Mesmo aqueles insatisfeitos com o modelo estabelecido para a cessão dos terrenos reconhecem que a Bahia precisava de uma regulamentação para o assunto desde a extinção da Sudic e do CIS. Além disso, vez por outra surgem notícias de questões que vão parar até na Justiça por conta do mau uso das áreas públicas. O vice-governador e secretário da SDE, João Leão, chegou a ressaltar que a nova lei "não permitirá a especulação imobiliária em áreas públicas", além de viabilizar novos investimentos. O problema, já dizia o ditado, é que a depender da dose o remédio pode matar. No meio político, comenta-se que há espaço para um ajuste.

Entrega reforçada

A rede de farmácias de manipulação A Fórmula teve um aumento de nada menos que 800% nas vendas via canais digitais (WhatsApp, site e e-mail) durante a pandemia. Como parte do investimento na digitalização do negócio, a rede de 11 lojas em Salvador investiu R\$ 250 mil para trazer os lockers ao mercado baiano. Assim, o cliente pode comprar em qualquer canal, inclusive no balcão da farmácia, e optar pelo serviço. Após o pagamento, é só utilizar o locker escolhido, no dia e horário de preferência.

NO HORIZONTE

● **Live das Mães.** O Shopping Barra promoverá o "Barra I Love Live" nos dias 3 e 4 de maio, um "pool de lives consecutivas" que oferecerá benefícios exclusivos, como mega descontos, facilidades de parcelamento, combos de produtos e serviços, brindes, além de conteúdo e entretenimento.

● **Hapvida.** Em expansão na Bahia, o Sistema Hapvida chega ao município de Candéias, a 33km da capital baiana. O grupo fez um investimento de mais de 7 milhões de reais para a abertura da nova unidade, na BA 523, n. 588 - Urbis I.

● **Nova loja.** A Lindt - líder global na categoria de chocolates premium - anuncia a abertura da primeira loja no Nordeste, no Salvador Shopping, a partir de hoje.

● Além de viabilizar novos investimentos e empregos para o estado, essa nova lei não permitirá a especulação imobiliária em áreas públicas

João Leão

Vice-governador e secretário da SDE

800

por cento foi o aumento nas vendas da rede em meios digitais durante a pandemia

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

BNDES suspende pagamentos de empréstimos

SEIS MESES DE CARÊNCIA O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou, ontem, uma nova rodada de suspensão temporária de pagamentos de empréstimos. Segundo a instituição, os beneficiários serão os micro e pequenos empreendedores de diversos setores econômicos que contrataram empréstimos por meio de instituições financeiras credenciadas.

O período de carência será de até seis meses e a nova rodada traz ainda a possibilidade de prorrogação do prazo total de financiamento em até 18 meses, difente da suspensão oferecida pelo banco no ano passado.

Ao GI, Bruno Laskowski, diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES, explicou que com a duração dos efeitos da pandemia sobre a economia brasileira no primeiro trimestre deste ano e sem um prazo claro para situação começar e melhorar, o BNDES decidiu oferecer novamente a possibilidade de que as empresas suspendam o pagamento das parcelas de seus financiamentos como forma de ajudá-las na manutenção dos negócios.

"As micro e pequenas empresas poderão contar com esse alívio no caixa e, com isso,

Banco já havia oferecido duas rodadas de negociação para empresas que precisavam suspender pagamentos de financiamentos em 2020; a prática é chamada de standstill

acreditamos aumentar as chances delas superarem a crise e manterem empregos", afirmou ao GI.

Pela estimativa do banco, 100 mil empresas poderão ter os pagamentos suspensos, em um valor potencial de R\$ 2,9 bilhões.

No ano passado, o BNDES já havia oferecido essa prática de suspensão de pagamentos, conhecida no mercado como "standstill". Em 2020, foram duas rodadas que juntas somaram R\$ 3,1 bilhões em pagamentos de financiamentos indiretos automáticos suspensos, beneficiando quase 29 mil empresas com 2,5 milhões de trabalhadores.

Quem deseja negociar a suspensão das prestações deve buscar diretamente junto ao agente financeiro que lhe concedeu o financiamento original. Os pedidos já podem ser feitos.

Os empréstimos tomados na modalidade do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) não foram incluídos nesse novo pacote de benefícios anunciando ontem pelo BNDES.

Estimativa para o PIB da construção cai de 4% para 2,5% em 2021

MATÉRIA-PRIMA CARA A indústria da construção iniciou 2021 com expectativa de crescer 4% no ano, o que corresponderia à sua maior alta desde 2013. No entanto, o cenário imposto pela falta de insumos, a estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB - soma de toda a riqueza produzida) do setor caiu para 2,5% em 2021.

No ano passado, o PIB da indústria da construção foi negativo em 7%. Enquanto no primeiro trimestre de 2020, o PIB caiu 1,6%, no mesmo período desse ano a queda deve ser em torno de 0,8% a 1%.

As avaliações foram apresentadas ontem pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que aponta, como causa para a redução, as dificuldades impostas pelo desabastecimento e alta dos preços dos materiais. Para o presidente da entidade, José Carlos Martins, não há perspectiva de mudança nesse cenário.

"Estamos preocupados no sentido de que não estamos

vendo horizonte de que isso seja revertido", disse.

Ele falou durante um seminário virtual realizado na manhã de ontem pela CBIC para debater o desempenho do setor. A gravação está disponível no canal da Câmara no YouTube.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) de materiais e equipamentos, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou um crescimento de 27,26% nos preços, no acumulado de 12 meses, encerrado em março deste ano.

Segundo a CBIC, é a maior alta para o período desde que o índice começou a ser calculado, em 1998.

70%

das indústrias do setor de construção civil estão com dificuldades de conseguir matéria-prima na pandemia, diz a CNI

TURISMO LEVARÁ 3 ANOS PARA SE RECUPERAR

EFEITO COVID O setor de turismo no Brasil deverá demorar até três anos para chegar ao patamar de 2019. Segundo a presidente do Conselho de Turismo da Federação de Comércio, Mariana Aldridge, por conta da pandemia, as empresas que tinham foco em viagens para o exterior já estão se adaptando a uma nova realidade. Além dos prejuízos financeiros dos

brasileiros, por conta do desemprego e da crise econômica derivada da crise sanitária, a entrada de estrangeiros no país ainda será muito baixa até o final de 2021. Com a vacinação lenta e o coronavírus circulando no território nacional, estrangeiros não querem vier para o Brasil. ABIH prevê ocupação dos quartos de 50% no final deste ano.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.335	R\$ 5.337
Dólar Turismo	R\$ 5.337	R\$ 5.513
Euro turismo	R\$ 6.470	R\$ 6.472

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	120.065,75	-0,82%

POUPANÇA

29/04/2021 0,1159%

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

RECEITA LIBERA NOVA VERSÃO DE PROGRAMA DO IRPF

DECLARAÇÃO DE 2021 Os contribuintes com Imposto de Renda a pagar precisam estar atentos. A Receita Federal liberou ontem em sua página na internet nova versão do programa gerador da declaração de 2021. A atualização foi necessária por causa do adiamento da entrega da declaração para 31 de maio. O programa emitirá guias do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) com as novas datas de vencimento. Quem já enviou a declaração não precisa se preocupar. A Receita informa que quem emitiu Darf com vencimento até hoje poderá pagar o imposto até 31 de maio sem acréscimos. Não há necessidade de fazer retificadora ou reimprimir a guia. Quem optou por débito automático também não precisa fazer nada.

GOVERNO BAIANO CONVOCA 58 NOVOS INVESTIGADORES PARA A POLÍCIA CIVIL

CONCURSO DE 2018 A convocação de 58 novos investigadores de polícia será publicada pelo governo do estado nesta sexta-feira (30), na edição do Diário Oficial do Estado (DOE). Eles foram aprovados em concurso de 2018. Agora, chegam a 240 convocados desta seleção, sendo 221 investigadores, dez

delegados e nove escrivães.

Os 58 convocados devem seguir as orientações para apresentação descritas no edital que sairá no DOE. Publicado conjuntamente pela Secretaria da Administração

(Saeb) e pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), a convocação traz informações como data e horário de apresentação e a documentação pedida. O concurso teve 48 mil inscritos.

CONTEÚDO PATROCINADO

Uma das análises possíveis é a do minério de ferro, considerado o próximo grande salto na mineração baiana

MINERAÇÃO

Ferramenta interativa mostra detalhes da arrecadação em 225 municípios

CFEM, VOCÊ CONHECE?



CONTEÚDO
SOB
MEDIDA

Quantos municípios tem produção mineral na Bahia? Quais os minérios mais produzidos? Quanto é arrecadado em CFEM? Estas são algumas das perguntas que podem ser respondidas com o infográfico interativo que está sendo lançado nesta sexta-feira, 27, pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM).

Com o título de "Bahia, terra de minérios", o infográfico analisa uma base de dados com mais de 12 milhões de declarações de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), cedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM), para mostrar o que é produzido em bens minerais em cada um dos municípios baianos, desde 2016 até hoje. Para acessar, basta entrar em www.cbpm.ba.gov.br e clicar no banner em destaque.

"Metade dos municípios baianos têm algum tipo de produção mineral. Com esta ferramenta que estamos lançando, prefeituras, entidades da sociedade civil e qualquer pessoa interessada poderão acompanhar a produção, seja de toda a Bahia, do seu município ou das empresas, de maneira fácil e rápida. É uma ferramenta que não só mostra a força da nossa mineração como traz mais transparência à produção mineral no estado", diz Antonio Carlos Tramm, presidente da CBPM.

Além de possuir filtros por município, o infográfico permite que o usuário selecione substâncias e os anos. Uma das milhares de análises possíveis é a do minério de ferro, que tem sido considerado o próximo grande salto na mineração baiana. O mineral passou a ser produzido na Bahia em 2018 pela Brazil Iron em Platã, quando foram registrados R\$ 68 mil em CFEM. Em 2020, já com a adição da Bamin, que atua em Caetité, foram R\$ 710 mil. E em 2021, até março, já foram contabilizados R\$ 1,1 milhão, apenas pela Bamin.

"Com a conclusão da primeira etapa da FIOLE, vamos ver esses números saltarem de um para mais de 500 milhões só com a produção prevista para a Bamin. E, além dela, nossos estudos apontam para a possibilidade de instalação de mais quatro ou cinco empresas para a produção de minério na região de Caetité", aponta Tramm.

A CFEM é o "imposto" pago pelas empresas de mineração sobre o volume comercializado, deter-



●● A ferramenta não só mostra a força da nossa mineração como traz mais transparência à produção mineral no estado
Antonio Carlos Tramm, Presidente da CBPM

NÚMEROS 2016/2021: BAHIA

4º MAIOR PRODUTOR NACIONAL

63 TIPOS MINERAIS

1267 EMPRESAS

225 MUNICÍPIOS

Infográfico interativo será lançado nesta sexta-feira, 27, pela CBPM

minado pela Lei 13.540/2017. As alíquotas variam de acordo com o tipo mineral, mas são as mesmas em todo o país. Por isso, é possível comparar a produção mineral entre estados e municípios a partir dela. O dinheiro é recolhido pela União e depois distribuído. 60% vai para o município onde ocorre a mineração, 15% para municípios cortados pela produção, 15% para o Estado onde ocorreu e os 10% restantes são divididos entre ANM, Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ibama.

BIG DATA

A análise de grandes volumes de dados para auxiliar na tomada de decisões e previsão de cenários futuros é uma das tendências empresariais em ascensão no momento. No caso do infográfico desenvolvido pela CBPM, a base de dados possui mais de 12 milhões de registros.

Para fazer a análise, foi desenvolvido um sistema que converte e transfere a base disponibilizada pela ANM para o sistema de computação nas nuvens BigQuery, do Google. A atualização dos dados é feita toda segunda-feira.

Para o futuro, a CBPM planeja integrar outras origens de dados para apresentar um panorama mais completo da presença do setor no estado, como ICMS e destino dos minérios exportados.

Este conteúdo tem apoio institucional da CBPM e WWI e oferecimento da Mineração Caraiiba.

O ESTÚDIO CORREIO PRODUZ CONTEÚDO SOB MEDIDA PARA MARCAS, EM DIFERENTES PLATAFORMAS

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

Há pouco mais de um mês, eram 300 mil mortos. Hoje já são 400 mil. O Brasil inteiro sente a dor de uma tragédia que poderia ter sido evitada com agilidade na vacinação e respeito à ciência ACM Neto

Presidente nacional do DEM

Turma do deixa-disso

Aliados do deputado estadual Capitão Alden (PSL) com trânsito livre na bancada de oposição tentam convencer integrantes do bloco a aliviar o cerco contra o parlamentar e aceitar uma punição mais branda para ele no Conselho de Ética da Assembleia Legislativa. Alden será alvo de processo por quebra de decoro no colegiado, com risco alto de ter o mandato cassado, após acusar os deputados opositoristas, em live no último domingo, de receberem mesada de R\$1,6 milhão da prefeitura de Salvador. As declarações levaram à abertura do processo e colocaram Alden em completo isolamento na Casa. Apesar da costura para esfriar os ânimos em relação ao deputado do PSL, o cenário se mantém desfavorável entre os próprios colegas de bancada.

TARDE DEMAIS

“Não se trata mais de nos convencer ou não (a livrar Alden da cassação, em troca de pena mais leve). Agora, é com o Conselho de Ética. Garanto que ele terá amplo direito a defesa, sem pré-julgamento”, disse o líder da oposição, Sandro Régis (DEM), vice-presidente do colegiado.

Dublê de tira

A farra das carteiras da Polícia Civil para servidores administrativos contratados via Reda está por trás da exoneração do ex-delegado-geral Bernardino Brito Filho do cargo de superintendente de Prevenção à Violência da Secretaria de Segurança Pública (SSP), publicada ontem. Quando estava à frente da Civil, Brito Filho baixou uma portaria liberando a credencial para funcionários fora do quadro efetivo da corporação. Com o documento, parte desse grupo passou a agir como se fossem policiais. Sobretudo, membros da equipe que trabalhava diretamente para ele e foram flagrados com armas, colete da Civil e veículo de uso exclusivo da SSP.

Fome e vontade de comer

Em 10 de abril, dois dias após o motorista de Brito Filho ser abordado pela PM com material da Civil durante uma blitz em Cassange, a nova delegada-geral, Heloisa Campos, revogou a portaria do sucessor e extinguiu a credencial da polícia para o pessoal administrativo. O episódio serviu de estopim para que ele fosse exonerado da SSP. Ao mesmo tempo, abriu espaço para que o Palácio de Ondina acomodasse a major Denice Santiago, candidata derrotada do PT à prefeitura de Salvador, no lugar de Brito Filho.

Sonho meu

Em meio aos rumores de que trabalha exclusivamente para viabilizar a candidatura ao Senado na sucessão estadual de 2022, o deputado federal Cacá Leão (PP) garantiu que sua meta prioritária é outra. “De-sejo mesmo a disputar a reeleição para a Câmara, com meu pai sentado na cadeira de governador”, afirmou. Trocando em miúdos, prefere que Rui Costa (PT) renuncie ao mandato para entrar na disputa do ano que vem e deixe o comando do governo nas mãos do vice, João Leão (PP).

Hoje, só amanhã

Indagado sobre que destino seguirá caso Rui Costa decida permanecer no cargo até o fim, Cacá deu uma de leão sem patá: “Se isso ocorrer, veremos lá na frente qual direção tomar. Cada dia com sua agonia”, emendou o deputado.

Seu mundo é movido por energia. Está na hora de você conhecer de perto de onde ela vem.

WEBSÉRIE Chesf, energia que transforma vidas.

EPISÓDIO 2 Investimentos do passado que ditam o futuro

O desenvolvimento e as transformações da Bahia passam pela história da Chesf. Dividida em três episódios e com passagens por Salvador, Camaçari, Paulo Afonso, Casa Nova e Sobradinho, a série retrata que, muito mais que energia, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, guiada pelos pilares da segurança, meio ambiente e compromisso social, transformou vidas.

Oferecimento: Chesf Realização: Correio

Assista a série de graça no IGTV @correio24horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA ESTADO DA BAHIA CNPJ: 13.845.086/0001-03

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021)

A Prefeitura Municipal de Serrinha/BA, avisa aos interessados, que realizará licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2021 Tipo: Menor Preço Global, Modo de Disputa: ABERTO – Objeto: Contratação de serviços de agente de integração visando a gestão das vagas de estágios a serem eventualmente ofertadas pelo município de Serrinha, de acordo com as especificações do Anexo I, Termo de referência do Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00h do dia 30/04/2021 às 09:00:00h do dia 12/05/2021 - JULGAMENTO PROPOSTAS: Das 09:01h às 10:00 h do dia 12/05/2021 - DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 10:01:00h do dia 12/05/2021. Edital e publicações posteriores dos atos subsequentes e demais informações estarão à disposição, nos sites: <https://www.serrinha.ba.gov.br>, ou através do site da BLL: www.bllcompras.org.br - Informações: (75) 3261-8500 Suporte BLL nos telefones (46) 3520-2107 e 3520-2103. Emerson Rosa dos Santos - Pregoeiro - Portaria 155/2021

EDITAL DE ABERTURA DE NÚCLEO COOPERADO DA FORTE SAÚDE COOPERATIVA DE TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE E DE APOIO CNPJ Nº 26.629.093/0001-01 - NIRE Nº 29400042287 - NO MUNICÍPIO DE TUCANO

A FORTE SAÚDE – COOPERATIVA DE TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE E DE APOIO, inscrita no CNPJ Nº 26.629.093/0001-01, a intermédio de sua Presidente, Sheila Mota Santana Assesmany, promove a abertura de núcleo de cooperados no Município de Tucano, tendo em vista a possibilidade de prestação de serviço no referido ente.

Salientamos que: a ADESAO LIVRE E VOLUNTÁRIA, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa; a **GESTÃO E DEMOCRÁTICA**: todos os seus membros, que participam ativamente na formulação das políticas e na tomada de decisões; Há **PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA** de seus membros, visto que contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Os membros podem receber, havendo condições econômico financeiras para tanto, uma remuneração sobre o capital integralizado, como condição de sua adesão, bem como qualquer valor decorrente de resultado positivo quando do fechamento do ano social; o membro possui **AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA**: os membros podem gozar de políticas voltadas a **EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMARÇÃO**: Além do fato de que no **INTERESSE PELA COMUNIDADE**, esta cooperativa trabalha para o desenvolvimento sustentado da sociedade através de políticas aprovadas pelos membros.

Para os interessados em se cooperar, deverão apresentar cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, comp. de residência, certificado de curso (superior ou técnico ou médio), conselho profissional, certidão de quitação do respectivo conselho, certidão de regularidade de contribuinte individual. **Ainda, o pretenso ASSOCIADO, DEVERÁ FORMULAR PROPOSTA DE ADESAO A ESTA COOPERATIVA E ADQUIRIR QUOTAS ASSOCIATIVAS. COOPERE-SE. SEJA FORTE.**

Salvador – BA, 30 de abril de 2021.
Sheila Mota Santana Assesmany
Presidente

COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** **PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 01/2021

Processo Nº. 23066.000224/2021-95 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de Ferramentas, Peças, Acessórios e Componentes para o serviço da Engenharia Clínica, visando atender as necessidades do Hospital Ana Nery, unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde/UFBA. Abertura: 12/05/2021 às 09:00 horas (horário de Brasília). Edital no site www.comprasnet.gov.br Tel.: (71) 3283-5846 Fax: 3283-5841.

Pregoeiro Oficial

BAHIA

União tem 10 dias para garantir 'kit intubação' à BA

DECISÃO DO STF A ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, determinou que a União Federal apresente, em até 10 dias, um planejamento detalhado das ações em prática e das que pretende adotar, para garantir o suprimento dos insumos do 'kit intubação' para a Bahia. A decisão foi publicada na manhã de ontem.

De acordo com o governo da Bahia, a ministra estabeleceu que o plano deverá contemplar, no mínimo o nível atual dos estoques de medicamentos, a forma e a periodicidade de monitoramento dos estoques; a previsão de aquisição de novos medicamentos, esclarecendo os cronogramas de execução; os recursos financeiros para fazer frente às necessidades de aquisição e distribuição

●● O não endereçamento ágil e racional do problema pode multiplicar o número de óbitos e potencializar a tragédia humanitária. Não há nada mais urgente que viver
Rosa Weber
Ministra

dos insumos, considerando o prognóstico da pandemia no território nacional; além dos critérios que adotará para distribuir os insumos aos entes subnacionais e às unidades hospitalares; e a forma pela qual dará ampla publicidade ao planejamento e à execução das ações.

Por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Bahia moveu, junto ao STF, uma ação cível originária, com pedido de urgência, solicitando que o Supremo determinasse que a União, por meio do Ministério da Saúde, adquirisse os medicamentos que fazem parte do kit.

Ontem, o Ministério da Saúde anunciou a distribuição de mais 864 mil unidades de medicamentos de intubação orotraqueal (IOT). A expectativa é que esses insumos estejam à disposição de estados e municípios em até 48 horas.

Os medicamentos foram adquiridos por meio de preções e de aquisições feitas junto à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Segundo o ministério, a distribuição às unidades federativas será feita por meio de parceria com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e com o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). As quantidades ainda não foram definidas.

"A divisão leva em conta o consumo médio mensal e os estoques dos medicamentos - as duas informações essenciais para a consolidação do processo de divisão dos insumos pelo país", informou, em nota, o ministério. Acrescentou que o país receberá mais 1,1 milhão de unidades de medicamentos do kit intubação, doados por empresas, o que deve ocorrer "nos próximos dias".

Moradores têm até agosto para recadastrar cartão do SUS

OBRIGATORIO Quem ainda não atualizou o cadastro do cartão SUS em Salvador terá até 31 de agosto para fazer esse recadastramento. Até agora, mais de 2,5 milhões de moradores da capital já fizeram o procedimento, que é obrigatório. É possível fazer o recadastramento pelo site (<https://recadastramento.saude.salvador.ba.gov.br/>) ou presencialmente em uma das 155 unidades básicas da cidade. O site foi criado no ano passado pela Secretaria Municipal de Saúde para agilizar o processo. É preciso informar RG ou certidão, CPF ou cartão SUS e comprovante de residência em nome próprio ou de algum familiar de primeiro grau. Uma pessoa pode fazer o cadastro do resto da família caso tenha a documentação. O secretário Leo Prates lembra que é importante toda a população estar cadastrada, mesmo quem tem plano de saúde privado e quem faz pouco uso das unidades municipais.

Cadastro de autistas poderá ser feito hoje e amanhã

VACINAÇÃO Pessoas com grau moderado de autismo vão ser incluídas como público-alvo da vacinação contra covid-19 em Salvador. O cadastramento pode ser feito nesta sexta-feira (30) pelo site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e no sábado (1º), em um mutirão promovido pela Associação

de Amigos do Autista da Bahia (AMA-BA).

Quem quiser participar do mutirão, que será para diagnóstico e cadastro dos pacientes, deve entrar em contato pelo e-mail contato@ama-ba.org.br.

O preenchimento dos dados cadastrais deverá ser feito pelo médico que acompa-

nha o paciente através de um site. O profissional de saúde deve entrar no link com os mesmos login e senha usados no Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb) e prestar as informações. A etapa seguinte é inserir os dados pessoais do paciente e especificar o grau de autismo dele.



É a Prefeitura trabalhando para enfrentar as chuvas e salvar vidas.



110

contenções de encostas



206

geomantas



Limpeza de canais



6 mil

podas de árvores



11

sirenes de alerta e alarme em 10 áreas de risco



209

áreas de retonamento de encostas

A Prefeitura que está lutando contra a pandemia também é a Prefeitura que está trabalhando para enfrentar as chuvas em Salvador. Com diversas obras e ações nos quatro cantos da cidade, a Prefeitura preparou Salvador para o período de chuvas. **Você também pode ajudar jogando o lixo no lixo e seguindo as dicas de segurança: nunca atravesse ruas alagadas e, ao primeiro sinal de deslizamento, saia logo de casa. E, em caso de emergência, disque 199. Faça chuva ou faça sol, a Prefeitura de Salvador está sempre ao seu lado.**

EM CASO DE EMERGÊNCIA

DISQUE 199





PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

ECONOMIA

Saque do auxílio emergencial 2021 começa nesta sexta

BENEFÍCIOS A Caixa libera a partir de hoje o saque da primeira parcela do Auxílio Emergencial 2021 para os beneficiários nascidos em janeiro e não inscritos no Bolsa Família. Antes, o começo dos pagamentos estava previsto para 4 de maio, mas foi antecipado pelo governo federal. A ordem de liberação obedece o mês de nascimento do trabalhador. Na segunda, 3, começam os pagamentos para os nascidos em fevereiro.

Como a é conta digital, acessível pelo aplicativo Caixa Tem, não existe cartão e o beneficiário precisará usar o app para liberar o resgate do dinheiro, que só pode ser sacado em espécie, mas pode ser usado para pagar contas no próprio aplicativo. O processo é igual ao do ano passado. Ao acessar o Caixa Tem, é preciso clicar em saque sem cartão e digitar o valor. Será informado um código, necessário para retirar o dinheiro no banco. Ao todo, 45,6 milhões de

brasileiros serão beneficiados pela nova rodada do auxílio. O calendário de pagamentos foi divulgado pelo governo no fim de março e atualizado há duas semanas, quando houve a antecipação das datas de pagamento. Ao todo serão quatro parcelas com valor médio de R\$ 250.

Uma vez que o beneficiário gerou o código no app, ele vai a uma casa lotérica, terminal de autoatendimento da Caixa (caixas eletrônicos) ou nos correspondentes Caixa Aqui e informa o número para efetuar o saque. Segundo a Caixa, o beneficiário também pode comparecer em uma agência para a geração desse código, mas a recomendação é que as pessoas evitem lotar as agências por conta da pandemia.

A Caixa está analisando a possibilidade de antecipar também a data de saque das próximas parcelas do auxílio. Ao jornal Folha de São Paulo, o presidente do banco, Pedro Guimarães, afirmou que a antecipação vai

DE QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O SAQUE:

● **Quem tem direito?**
Os trabalhadores podem consultar se receberão a nova rodada do Auxílio Emergencial no site da Dataprev (consultaauxilio.cidadania.gov.br/consulta), informando CPF, nome completo, nome da mãe e data de nascimento;

● **Quanto é?**
R\$ 375 para mulheres chefes de família; R\$ 250, às famílias com duas ou mais pessoas, exceto aquelas com mães chefes de família; e R\$ 175, às famílias de apenas uma pessoa;

● **Quantas parcelas?**
Os valores serão pagos em 4 parcelas, entre abril e julho;

● **Como sacar?**
Acesse o app Caixa Tem, selecione Saque sem Cartão, clique em Entrar, escolha a opção Saque Auxílio Emergencial e clique em Gerar Código para Saque, anote o número - o código é válido por 2 horas, mas se expirar, pode ser gerado novamente; no caixa eletrônico do banco, digite o código no campo específico; se for a casa lotérica, informe o número para o atendente

depende da dinâmica do primeiro pagamento.

Quem tem direito a sacar o benefício a partir de hoje também já vai ter o direito de transferir o valor para outra conta bancária pelo Caixa Tem por meio de TED, DOC e Pix. A opção é válida para evitar as filas nas agências e o risco de contaminação pelo novo coronavírus. A outra conta pode ser de qualquer banco e precisar ser no nome de outra pessoa.

Quem optar por essa modalidade precisa ter atenção a duas coisas: primeiro que a transação não gera cobrança de tarifa nem para quem transfere e nem para o titular da conta para onde o dinheiro será enviado; e segundo, é o prazo para o dinheiro estar disponível. Depois do trabalhador pedir a transferência, o montante normalmente entra na conta indicada no dia seguinte de manhã, que é o tempo para a compensação bancária. Como hoje é sexta-feira, caso o valor não apareça na conta indicada no sábado, vale aguardar até segunda-feira, 03.

A Caixa lembra ainda que, os beneficiários do programa Bolsa Família podem sacar o auxílio emergencial diretamente nos dez últimos dias úteis de cada mês, com base no dígito final do NIS.

Governo abre novo prazo de contestação de benefício negado

DATAPREV Os trabalhadores que tiveram o Auxílio Emergencial 2021 negado pelo governo federal e que tiveram esse resultado divulgado na última segunda-feira (26) terão até às 23h59 de 6 de maio para contestar a decisão, informou ontem o Ministério da Cidadania.

O novo prazo de contestação, acrescentou a pasta, vale apenas para aqueles que ainda estavam com seus dados em processamento até o início desta semana.

Os interessados em contestar a negativa do auxílio podem fazer a contestação pela página www.consultaauxilio.cidadania.gov.br. Basta informar CPF, nome completo e nome da mãe. Após a consulta do requerimento, caso possa contestar, aparecerá na tela o botão Solicitar Contestação.

Quem não foi habilitado a receber o novo auxílio porque o governo indeferiu o cadastro definitivamente, não terá direito a fazer a contestação da decisão.

SUA SAÚDE MERECE MAIS QUE UM CHECK-UP

MY DAY SANTA IZABEL, UM PROGRAMA DE SAÚDE PERSONALIZADO

- Agilidade no atendimento
- Médico e paciente engajados
- Avaliação nutricional (hábitos alimentares/bioimpedância)
- Coaching de Saúde
- Relatório no final da avaliação com diagnóstico de risco e prescrições de mudanças de estilo de vida
- Metas autodeterminadas pelo paciente
- Protocolos de exames baseados nas melhores evidências científicas

Adotamos todos os protocolos focados na segurança do paciente



Hospital SANTA IZABEL

AGENDE O SEU

71 2203-8100

71 98188-3380

Conheça o Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT)

Mais de 30 tipos de exames nas 3 bioimagens. Avançado parque tecnológico, com diversos tratamentos pioneiros no estado.

Ambiente

Especialista defende necessidade de conciliar preservação com social e Economia

Redação

REPÓRTER
redacao@correio24horas.com.br

O discurso do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima, realizada na última semana, recolocou o Brasil em posição de destaque nas discussões sobre as mudanças climáticas, acredita o advogado Leandro Mosello, especialista em Direito Ambiental, Florestal e Sustentabilidade. Para o advogado, foi o suficiente para colocar o Brasil no papel que o país merece nesta discussão.

"Aqueles três minutos falaram muito alto sobre o protagonismo brasileiro e essa é a questão mais importante que nós temos hoje no país", destacou ao ser questionado pelo jornalista Donaldson Gomes sobre o papel do Brasil na discussão sobre as mudanças climáticas. Mosello foi o convidado do programa Política & Economia, veiculado ontem no Instagram do CORREIO (@correio24horas).

Para ele, a participação brasileira na cúpula convocada pelo presidente norte-americano Joe Biden foi surpreendente. "O protagonismo do Brasil não é por ser destruidor, devastador. O protagonismo do Brasil é por ser conservador, é um papel de remediar as causas do aquecimento global porque temos uma parcela significativa no sequestro de carbono na atmosfera", avalia.

O advogado ressalta entretanto que o fato de o Brasil ser uma nação que conserva a natureza, com elevada capacidade de prestar serviços ao meio ambiente, não isenta o país da responsabilidade de reforçar a sua estrutura de combate ao desmatamento, ao uso indevido de queimadas. Essa postura, acrescenta, fará com que a sociedade se aproprie de um "protagonismo positivo" em relação ao país.

Ele acredita que a sociedade brasileira precisa valorizar mais o que o país tem de positivo neste assunto. "Somos referência em área preservada, somos referência em legislação ambiental e no contexto geopolítico, ficou muito claro que da mesma forma como o mundo está disposto a nos criticar, muitas vezes nos rotulando excessivamente

●● O protagonismo do Brasil é por ser conservador, é um papel de remediar as causas do aquecimento global porque temos uma parcela significativa no sequestro de carbono na atmosfera

●● Nós somos provavelmente a maior nação do mundo em termos de capacidade de prestar serviços ambientais

●● Se não houver uma cooperação internacional, ações isoladas e descordenadas acabam não atingindo o resultado

●● Cada país tem uma economia, uma matriz energética, bases culturais diferentes, trata suas florestas da sua própria maneira e a questão dos resíduos de maneiras diferentes

●● Temos regiões no estado da Bahia de onde saem 8 em cada dez batatas que são consumidas no Nordeste

Leandro Mosello
especialista em Direito ambiental



Brasil tem o papel de remediar o aquecimento

O jornalista Donaldson Gomes (acima), conversou com o advogado Leandro Mosello no programa Política & Economia

como degradador, tem pouco argumento para contestar nossa posição", aponta.

Além da questão da preservação, Mosello ressalta a performance do agronegócio brasileiro, muito amparada em um contínuo processo de desenvolvimento tecnológico.

Para o advogado, as questões geopolíticas que envolvem o clima possuem uma grande multiplicidade de fatores que precisam ser levados em conta. "Varia de acordo com região, países e interesses de determinadas nações", diz.

Ele acredita que estabelecer metas e acordos interna-

cionais podem não ser suficientes para solucionar o problema, mas ainda assim são o melhor caminho. "Se não houver uma cooperação internacional, ações isoladas e descordenadas acabam não atingindo o resultado. Na minha opinião, os acordos internacionais, cúpulas, conferências e metas internacionais são o caminho, o veículo para se chegar nisso", afirma e complementa: "é muito importante se estabelecerem metas concretas".

Leandro Mosello destaca que o mais importante a se analisar são as ações adotadas a partir dos acordos multilaterais. "O que nós vemos é que

muitas vezes a pauta dos interesses individuais acabam superando a pauta internacional para isso", explica. "Cada país tem uma economia, uma matriz energética, bases culturais diferentes, trata suas florestas da sua própria maneira e a questão dos resíduos de maneiras diferentes. O meio ambiente é o responsável por ligar tudo isso", destaca.

Neste contexto, explica ele, o discurso político acaba ocupando um lugar que deveria ser exclusivamente dedicados aos aspectos técnicos.

Leandro Mosello lembra que a Organização das Nações Unidas (ONU) projetou a necessidade de ampliar a produção de alimentos no mundo em 70% até o ano de 2050. "Nós estamos falando de vidas, de alimentos, e o Brasil é um grande celeiro produtor para os brasileiros e para o mundo. Então o grande desafio que temos é o de entender que precisamos ter também o protagonismo nesta área", defende.

"As pessoas não sabem, mas nós temos regiões no estado da Bahia de onde saem 8 em cada dez batatas que são consumidas no Nordeste. Temos produção de batata, alho, tomates, mirtilo, que alimentam a família brasileira", conta. "Não estamos nem falando das atividades voltadas para a exportação, que também são fundamentais, falamos de alimentos produzidos na Bahia que alimentam o país", diz.

Para Mosello, é muito importante que a sociedade compreenda corretamente o conceito de sustentabilidade. "A definição clássica de sustentabilidade é apoiada em três pilares. Tem o ambientalmente correto, que é o que a sociedade conhece mais, porém existe também o socialmente justo e o economicamente viável", explica.

"A ideia do tripé que compõe este conceito é que sem um deles não se sustenta um determinado empreendimento ou uma determinada política pública. Ainda que se tenham feito reeleições ao longo do tempo, a melhor maneira de compreender sustentabilidade é com base nos três pilares - ambiental, social e econômico - ao mesmo tempo e de maneira equilibrada", diz.

Leandro Mosello considera positivo o anúncio do governo federal, de que pretende ampliar os investimentos para conter o desmatamento. Entretanto, para ele, é preciso também que os órgãos de fiscalização passem a separar com mais clareza os atos ilegais daqueles realizados dentro da lei.

"Quando colocamos tudo no mesmo pote e chacoalharmos só criamos um esconderijo para quem comete a ilegalidade junto com os produtores que atuam com base nas autorizações necessárias", afirma.

Tribuna

Bahia recebe mais 336 mil doses de vacinas

Foram enviadas pelo Ministério da Saúde 6.800 doses da CoronaVac e 329.500 da Oxford

YURI ABREU
REPORTER

Depois de uma semana, a Bahia voltou a receber doses da vacina contra a covid-19. Se há sete dias o total enviado pelo Ministério da Saúde foi de 222.500 porções dos imunizantes, agora a quantidade encaminhada a um dos cinco estados do país que mais tem vacinado a população foi de 336.300 doses. Ao todo, foram 6.800 da CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, e outras 329.500 da Oxford/AstraZeneca, fabricada pela Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz).

"Tem vacina chegando hoje [ontem]! Com emoção", afirmou o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas, em uma primeira postagem feita em uma rede social, na manhã de ontem. "Mais 336 mil doses de esperança acabando de pousar e já sendo descarregadas para o Graer. Graças aos esforços do governador Rui Costa, iremos distribuí-las para os municípios e continuar mantendo a Bahia entre os estados que mais vacinam no país", salientou o titular do órgão estadual, em uma segunda publicação.

De acordo com a Sesab, as vacinas serão remetidas, exclusivamente, aos municípios que aplicaram 85% ou mais das doses anteriores. Esta foi uma decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que é uma instância

deliberativa da saúde e reúne representantes dos 417 municípios e o Estado. A nova remessa dará possibilidade para que continuem sendo vacinadas pessoas dos grupos prioritários definidos pelo Plano Nacional de Imunização (PNI).

Para a Salvador, de acordo com o secretário com o secretário municipal da Saúde, Leo Prates, serão encaminhadas 69.900 doses – e somente da AstraZeneca, o que deve contribuir para atenuar a situação vivida pelos grupos prioritários que, nos últimos dois dias, procuraram os postos de saúde físicos e não encontraram, em alguns deles, especialmente o imunizante CoronaVac para a aplicação naqueles que estavam aguardando receber tanto a primeira, quanto a segunda dose.

Ontem, princípios de confusão foram registrados em dois diferentes pontos da capital baiana: em Nazaré e em Brotas, exatamente porque as doses acabaram, o que gerou indignação entre os que aguardavam na fila e acabaram tomando a chuva que caiu nas primeiras horas da manhã desta quinta-feira. Além disso, teve gente que chegou de madrugada aos locais de vacinação. Foi necessário que a Polícia Militar interviesse para acalmar os ânimos.

Procurada, a Secretaria Municipal da Saúde informou que, ontem, fez 15 dias que a capital baiana não recebeu nenhuma remessa da vacina



CHEGADA Imunizantes serão para reforço dos grupos prioritários. A vinda das vacinas foi comemorada pelos secretários Fábio Vilas-Boas e Leo Prates

CoronaVac. Na última semana, Leo Prates já havia alertado que o estoque da segunda dose, disponível em Salvador, duraria por um período de aproximadamente 12 dias.

Contudo, após o anúncio, a SMS informou que 8 mil pessoas (das 22 mil que ainda não haviam comparecido na data indicada para receber a segunda dose) se dirigiram aos pontos de imunização para receber a segunda dose acelerando o avanço da estratégia da cidade e, consequentemente, a baixa

rápida do estoque.

Por conta deste cenário, só receberam a segunda dose, nesta quinta-feira, as pessoas que fizeram agendamento pelos serviços de Hora Marcada e Vacina Express. A Secretaria Municipal Saúde (SMS) acrescentou que aguarda o recebimento de lotes da segunda dose da CoronaVac para seguir com o fechamento do esquema vacinal da população alvo.

"ACHADO"

Na última quarta-feira, o

Ministério da Saúde informou que encontrou mais 104 mil doses de CoronaVac que estavam armazenadas em Guarulhos, na Grande São Paulo, e faria a distribuição delas para os Estados a partir de quinta junto com doses dos imunizantes AstraZeneca/Oxford. De acordo com o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, a programação inicial previa que, as 100 mil doses serão encaminhadas proporcionalmente aos estados. A última remessa de CoronaVac feita pelo Instituto Butan-

tan, ao Ministério da Saúde, ocorreu no dia 19 de abril, com 700 mil doses.

Por outro lado, segundo o órgão federal, a falta de vacinas da CoronaVac está acontecendo por que os fabricantes não estão conseguindo entregar as vacinas conforme contrato estabelecido, sobretudo, por dificuldades na importação do IFA (Insumo Farmacológico Ativo), que é a base da produção da vacina. Deste modo, o cronograma de entregas previsto pelo Ministério não está sendo cumprido, ocasionando o desabastecimento da segunda dose na maioria dos municípios baianos.

Em um guia de perguntas e respostas, divulgado ontem, a Sesab explicou as razões pelas quais o Estado e as prefeituras não estavam realizando, mais recentemente, a manutenção de 50% das doses enviadas para que a segunda aplicação fosse garantida. "Até a sétima entrega realizada pelo Ministério da Saúde, o Estado provisionava 50% do carregamento a fim de garantir a imunização completa com a segunda dose. Entretanto, por determinação do Ministério da Saúde, as remessas posteriores foram integralmente distribuídas sem que existisse a retenção habitual. Na prática, isso significa que o Ministério da Saúde tem a obrigação de garantir a segunda dose em tempo hábil, sob risco de reduzir o efeito da primeira dose", explicou a secretaria.

Foto: Reprodução Twitter

Raio Laser

Petroquímica

A extinção do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), através da MP 1.034, coloca em grande risco o Polo Industrial da Bahia, especialmente a indústria petroquímica, com o possível fechamento de plantas e demissão de milhares de trabalhadores. Com o Reiq, as alíquotas de PIS e Cofins são de 3,65%; sem o regime diferenciado, passarão a 9,75%. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), deputado Adolfo Menezes, ao abrir a audiência pública proposta pelo deputado Osni Cardoso (PT) para debater o futuro da indústria química da Bahia a partir do fim da REIQ. No evento virtual, o senador Jaques Wagner (PT), ex-petroquímico, pediu aos empresários para cobrar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a manter os benefícios Reiq.



Adolfo Menezes

"Invista em Camaçari"

O prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo (Democratas), enviou para a Câmara Municipal um projeto de lei para instituir o Programa Municipal de Atração, Manutenção e Ampliação de Investimentos para o Desenvolvimento de Camaçari, cujo objetivo principal é estimular o desenvolvimento das atividades empresariais, gerar novos negócios e, conseqüente, fomentar a geração de emprego e renda. O projeto propõe sistematizar e modernizar o tratamento dos incentivos fiscais, de forma a tornar a legislação mais moderna e acessível aos interessados, contribuindo para uma ação menos burocrática.

Lixo

"Nessas horas, é bom que se diga, estamos pagando bem caro pela eleição de 2018. Parte do preconceito criado por alguns muito ligados ao mercado financeiro colocou o país no lugar que ele está. Estamos na lata do lixo do ponto de vista mundial, do ponto de vista do meio ambiente, da política externa obsoleta. Sou obrigado a dizer isso. Se as coisas fossem outras, não estaríamos passando por isso agora. Esse governo, estou falando só com empresários, vocês têm que pressionar. Trabalhamos em minoria na Câmara e no Senado", apontou Wagner, durante audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA).

Acordo

Depois de algumas rodadas de negociação, os trabalhadores da Concessionária Salvador Norte (CSN) vão poder finalmente sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os funcionários não contratados pela Prefeitura vão poder ainda dar entrada no Seguro Desemprego. Hoje, pela manhã, a Justiça vai encaminhar o alvará coletivo para a Caixa Econômica Federal e para a Superintendência Regional do Trabalho, garantindo a liberação do FGTS e do seguro-desemprego. O acordo entre a CSN e o sindicato foi homologado pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Dalila Andrade.

Filho do porteiro

Sem saber que era gravado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reclamou que o governo federal deu bolsas em universidades para "todo mundo" por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o ministro, que não citou detalhes ou provas, até quem não tinha a "menor capacidade" e "não sabia ler nem escrever" entrou na graduação por esse caminho, como o filho do seu porteiro.

Reforma tributária deve ser fatiada e começar pela fusão de PIS e Cofins, diz líder do governo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou nesta quinta-feira (29) que a reforma tributária deve ser votada de forma fatiada, provavelmente em quatro etapas, e começar pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

Barros fez discurso no plenário no início desta tarde. Segundo ele, a decisão de fatiar a reforma foi pactuada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o ministro Paulo Guedes (Economia) e líderes partidários da Casa.

A CBS, que funde PIS e Cofins, faz parte da primeira fase da reforma enviada pelo governo. "Vamos começar pela simplificação tributária e depois vamos avançar na direção de organizarmos o sistema tributário mais fácil para o contribuinte, portanto, mais simples, que custe menos para o contribuinte poder pagar corretamente os

seus impostos", defendeu Barros.

Segundo o líder do governo na Câmara, com a reforma será possível simplificar o sistema e obter uma tributação mais justa.

"Temos que pensar um pouco sobre o fato de que o Brasil incentiva a exportação de produtos não manufaturados, não processados, e desincentiva a geração de empregos e a industrialização do país, à medida em que um produto para exportação não paga PIS e Cofins, é desonerado, e o produto para consumo interno é onerado", ressaltou.

Na segunda-feira (26), Lira defendeu o fatiamento da reforma tributária e disse que conversaria com o governo para analisar as convergências em torno do texto, com o objetivo de aprovar as mudanças ainda neste ano.

Na mesma noite, o presidente da Câmara se reuniu com Guedes e disse ter enviado um ofício para o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma, dando o prazo máximo de até 3 de maio para que o parecer se torne público. Lira reforçou que pretende avaliar, no texto, o que é consensual com o governo.

No início de fevereiro, logo após a eleição de Lira e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ambos apresentaram um cronograma que previa a aprovação da reforma nas duas Casas até outubro.

A reforma, em elaboração pelo Congresso, não deve trazer a criação de um imposto nos moldes da CPMF, como defendia Guedes.

O projeto defendido por líderes da Câmara estabelece a junção de IPI, **ICMS**, ISS, Cofins e PIS, e com uma transição mais lenta que o desejado pelo governo.

Esse modelo reúne tributos federais, estaduais (**ICMS**) e municipais (ISS). O imposto, resultado da fusão, seria chamado IBS (imposto sobre bens e serviços).

Também está em discussão um tratamento diferenciado no IBS para os setores de saúde, educação e transportes.

O Ministério da Economia defende que a PEC traga mudanças alinhadas com o governo: por exemplo, que o IPI seja reformulado de modo a ter uma alíquota única para todos os setores. Hoje, a cobrança varia de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Para harmonizar conceitos no texto, Ribeiro fez uma série de reuniões com integrantes do governo em dezembro. As novas gestões do Congresso e as mudanças nas lideranças partidárias, no entanto, diminuíram o ritmo das conversas em torno do relatório final.

AS QUATRO ETAPAS DA PROPOSTA DE GUEDES

Governo diz que carga tributária ficará estável após a reforma

Unifica dois tributos federais: PIS e Cofins Mudanças no IPI, que passa a ter uma alíquota única Reforma no IR de pessoas físicas e empresas, tributação sobre dividendos e revisão de deduções do IR Proposta de desoneração da folha de pagamentos

PROPOSTAS JÁ APRESENTADAS

PEC 45 - Funde cinco tributos atuais (PIS, Cofins, IPI, o estadual **ICMS** e o municipal ISS) no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Criação de um imposto seletivo federal sobre certos bens (como cigarros e bebidas alcoólicas). Apresentada em abril de 2019. Autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP)

PEC 110 - Funde nove tributos (IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, o estadual **ICMS** e o municipal ISS) no IBS, a ser criado. Cria o imposto seletivo para itens como combustíveis, cigarros e energia. Extingue a CSLL (sobre o lucro de empresas), a ser incorporada pelo Imposto de Renda -- que tem suas alíquotas ampliadas. Apresentada em julho de 2019. Autoria de Davi Alcolumbre (DEM-AP) e outros senadores

PL do Executivo - Funde apenas os tributos federais PIS e Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), com alíquota de 12% e entrada em vigor seis meses após publicação da lei. Objetivo principal é simplificar regras e reduzir brigas entre contribuintes e Receita

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Gov Bahia	
Data: 29/04/2021	



Bovinocultura de leite de Queimadas terá investimento de mais de R\$ 400 mil do Governo do Estado

29 abril 2021



Foto: Divulgação/SDR

Para fortalecer o sistema produtivo da bovinocultura de leite do município de Queimadas, território de identidade Sisal, o Governo do Estado, por meio do Pró-Semiárido, projeto da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), está investindo mais de R\$ 480 mil em dois convênios locais. A iniciativa beneficiará diretamente 238 produtoras e produtores das comunidades rurais Riacho da Onça, Lajedo, Tiririca, Limpo dos Bois, Umbuzeiro Grande e Várzea da Capoeira.

Os convênios foram assinados, no último dia 23, e têm o objetivo de tornar a atividade de produção de leite mais eficiente e rentável, como explica o técnico em desenvolvimento produtivo do Pró-Semiárido, Jiliarde Ferreira: “Estes convênios são de fundamental importância para a cadeia produtiva, pois vai tornar a produção de leite mais eficiente e rentável, pois possibilita o aumento da produtividade, a diminuição dos custos de produção, a melhoria da qualidade do leite e dará mais autonomia a esses produtores no processo de comercialização. Vi fortalecer ainda a prática associativista e cooperativista naquela região”.

Além disso, a ação do projeto vai possibilitar que os produtores se enquadrem às exigências da Instrução Normativa 77, na qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) fixou novas regras para a produção de leite no país, especificando os padrões de identidade e qualidade do leite cru refrigerado, do pasteurizado e do tipo A. Com isso, as famílias vão poder fornecer o leite para indústrias regulamentadas e certificadas, e assim ampliar parcerias e obter melhoria da renda.

Nas comunidades beneficiadas com os convênios, o volume de produção de leite é bem heterogêneo. Há produtores que produzem 10 litros de leite por dia e há também aqueles que chegam a extrair 300 litros. Além da produção de leite, a maioria dos produtores está envolvido com outras atividades complementares, como a criação de caprinos, ovinos, suínos, galinhas e a produção de hortaliças.

Quanto à comercialização, eles e elas fornecem a matéria-prima para o Laticínio Casa Grande, na comunidade Riacho da Onça, para as empresas Betânia e Davaca, bem como para pequenos “fabricos” ou queijarias. Reconhecido o potencial destas atividades e a disposição dos beneficiária/os em qualificá-las, além dos dois convênios, o Projeto Pró-Semiárido vem desenvolvendo ações no território rural, por meio de investimentos de cunho produtivo e social, com especial estímulo aos jovens e mulheres.

Fonte: Ascom/SDR/CAR

Veículo: Gov Bahia	
Data: 29/04/2021	



Assinatura de convênios reforça desenvolvimento da agricultura familiar no Extremo Sul da Bahia

29 abril 2021



Foto: Divulgação/SDR

O processo produtivo da agricultura familiar no Território de Identidade Extremo Sul ganhou reforço. Nesta quarta-feira (28), ocorreu a assinatura de convênios entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e o Consórcio Construir – Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia, para regularização fundiária, limpeza de aguadas e preparo do solo.

Por meio da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão da SDR, foi firmado o convênio, no valor R\$ 426.300,00, com o Consórcio Construir, para atender diretamente 500 famílias agricultoras espalhadas nos municípios do Extremo Sul. “A regularização fundiária é um dos pilares mais importantes para que o agricultor familiar se torne dono de sua propriedade. É a partir dessa segurança jurídica que surgem as condições de acesso a crédito e outras políticas públicas de desenvolvimento rural, que resultarão num processo produtivo mais qualificado”, observou o secretário da SDR, Josias Gomes.

A coordenadora da CDA/SDR, Camilla Batista, explicou que o prazo para a conclusão do convênio é de 12 meses. Sendo os trabalhos iniciados com a mobilização das comunidades rurais para conhecerem o projeto, “seguindo do georreferenciamento dos imóveis rurais e, por fim, a entrega dos títulos de terra, após análise dos processos de regularização fundiária realizada pela equipe técnica”.

Promer

Pelo Projeto de Mecanização Rural (Promer), executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/SDR), foram assinados dois convênios, um no valor de R\$ 67 mil, com a prefeitura municipal de Vereda, para beneficiar 96 famílias; e outro, com o Consórcio Construir, no valor de R\$ 280 mil, para atender 400 famílias com preparo de solo e limpeza de aguadas.

“A assinatura desses convênios é de grande importância, pois nós estamos levando mais assistência para o homem do campo, que sobrevive da terra. Essa parceria potencializa a agricultura familiar do Território e do nosso município, que tem 56% da população vivendo em área rural”, disse o prefeito de Vereda e presidente do Consórcio, Manrick Teixeira.

Fonte: Ascom/SDR/CAR

Dívida bruta do setor público encerrará 2021 em 87,2% do PIB



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vera Batista

O resultado primário do Governo Central, que indica se os gastos orçamentários do Estado são compatíveis com a **arrecadação** (Banco Central, Tesouro Nacional e Previdência Social), teve um superávit de R\$ 2,1 bilhões em março de 2021, frente ao déficit primário de R\$ 21,1 bilhões observado em março de 2020 (termos nominais), de acordo com o Tesouro Nacional. Segundo o órgão, o número foi significativamente superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 30 bilhões.

Desse total, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 22,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 20 bilhões. Comparado a março de 2020, o resultado primário é consequência da combinação de um aumento real de 21,3% (+R\$ 20,8 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 3,1% (-R\$ 3,7 bilhões) das despesas totais.

Nas projeções do Tesouro, o cenário base indica que, ao final de 2021, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) representarão 87,2% e 65% do PIB, respectivamente. No médio prazo, a DBGG alcançará pico de 88,5% do PIB em 2026 e, a partir daí, iniciará trajetória declinante. Já a DLSP atingirá pico de 76,5% do PIB em 2028.

'O Brasil continua sendo um dos países emergentes mais endividados do mundo. A previsão para a DBGG no encerramento de 2021 é de 87,2% do PIB, enquanto a média esperada para países emergentes é de 65,1% do PIB². Dada à elevada carga tributária brasileira, o desafio da agenda fiscal continua sendo o combate ao crescimento persistente das despesas obrigatórias e à rigidez orçamentária, que reduz de forma significativa o espaço para políticas públicas, como investimentos em infraestrutura e programas sociais', analisa o relatório do Tesouro.

O aumento da receita líquida no mês é principalmente pelo crescimento das receitas administradas (+R\$ 18,4 bilhões), influenciado pela **arrecadação** extraordinária de IRPJ/CSLL (+R\$ 4 bilhões), aumento na **arrecadação** referente à estimativa mensal, balanço trimestral e declaração de ajuste anual (IRPJ/CSLL) e pelo comportamento dos tributos sobre o comércio exterior.

As despesas primárias, por sua vez, foram influenciadas, principalmente, pelas reduções nos pagamentos de Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 2,9 bilhões, resultado da antecipação de parcela do abono salarial de março para fevereiro de 2021), de despesas

discricionárias (-R\$ 2,5 bilhões) e de despesas de Pessoal e Encargos sociais (-R\$ 1,2 bilhão), parcialmente compensadas pelo aumento no pagamento de créditos extraordinários (+R\$ 4,0 bilhões).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Acumulado

Com o número de março, o resultado acumulado no ano totaliza um superavit primário de R\$ 24,4 bilhões, ante deficit de R\$ 2,9 bilhões no mesmo período de 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superavit de R\$ 81,6 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um deficit de R\$ 57,1 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até março, a receita líquida anotou aumento de 7,6% (+R\$ 26,4 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 0,4% (-R\$ 1,5 bilhão).

Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 28,5 bilhões) e nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R\$ 4,2 bilhões), parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 5,8 bilhões) e redução na **arrecadação** líquida para o RGPS (- R\$ 0,3 bilhão).

Do lado da despesa, no primeiro trimestre de 2021, destaca-se a redução de R\$ 7,1 bilhões nas despesas discricionárias, influenciada pela não aprovação do Orçamento e pela execução mensal no regime de 1/18 do PLOA. 'Cabe, ainda, registrar o aumento de R\$ 7,5 bilhões nas outras despesas obrigatórias, concentrado em créditos extraordinários (+R\$ 6,9 bilhões), bem como a redução nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 3,0 bilhões), quando comparadas com o mesmo período do ano anterior', informa o Tesouro.

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Jacaré

Enquanto a CPI da Covid avança, estão sob sigilo os contratos de seguro que somam R\$ 10 milhões pagos pelo governo Bolsonaro para cobrir a responsabilidade em caso de efeitos adversos das vacinas Pfizer e Jansen. Procurado pelo Painel S.A., o Ministério da Saúde diz que os acordos de aquisição dos imunizantes assinados com os laboratórios têm cláusulas de confidencialidade exigidas pelas empresas, portanto, os dados da contratação de seguro também ficam confidenciais.

NEM-NEM A empresária Karim Miskulin, que convidou Bolsonaro para um almoço com mulheres executivas nesta sexta-feira (30), diz que o encontro não terá cobrança ao presidente nem representa apoio a ele.

VOZ O objetivo, segundo ela, é ouvir as propostas do governo para incentivar a participação feminina na economia e na política. "Queremos criar um núcleo que possa ajudar a presidência a discutir políticas públicas que nos beneficiem", diz Miskulin, que é líder do movimento liberal Brasil de Ideias. Segundo ela, o evento é um contraponto aos recentes encontros que o presidente teve só com empresários homens.

APETITE Ela diz que o almoço das mulheres não foi uma iniciativa do governo, como o jantar neste mês na casa do empresário Washington Ginel, proposto pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria. Miskulin afirma que é ela quem está organizando tudo, inclusive a lista de convidadas com executivas de setores e faixas etárias diferentes.

CICERONE Paulo Skaf (Fiesp) vai acompanhar Jair Bolsonaro na agenda do presidente em São Paulo nesta sexta-feira (30). Skaf participará do almoço com as mulheres executivas e segue com Bolsonaro para o leilão da Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgoto do RJ). A Assembleia Legislativa do RJ tentou impedir a concessão, mas o governo do estado diz que o leilão está de pé.

TABU Na tarde desta quinta (29), quando o Brasil atingiu a marca de 400 mil vítimas da Covid, as mortes na pandemia viraram um tema a ser evitado entre empresários que têm acesso a Bolsonaro. Um apoiador do presidente diz que é uma tragédia que só resta lamentar, mas não vê mudança de rumo na gestão do governo diante da crise sanitária.

SENTADO Outro grande empresário que costuma frequentar os eventos de Bolsonaro com o setor privado afirma que não tem contato com o governo recentemente, mas ainda espera mudança de postura.

SURPRESA O ministro da Infraestrutura, Tarciso de Freitas, ganhou um presente insuado no evento da concessão de mais de 800 quilômetros de rodovias em leilão na B3, em São Paulo, nesta quinta (29).

TROVÃO Emolduraram e lheram a base do martelo que ele quebrou com tanta força na martelada pela concessão dos aeroportos na Infra Week, série de leilões de infraestrutura no início deste mês. O ministro foi apelidado de Thorcid e virou meme repassado entre membros de sua equipe.

DRAGÃO Os preços nos supermercados de SP subiram 0,28% em março, segundo índice calculado pela Apas/Fipe, mas a associação dos varejistas no estado projeta desaceleração nos principais itens da cesta básica nos próximos meses.

SAI DO ESPETO O economista da Apas (Associação Paulista de Supermercados) Rodrigo Mariano aposta na boa safra prevista em 2021 para reduzir o custo de produtos como arroz e feijão. A carne deve se manter estável, mas em um patamar elevado, segundo ele.

CAI NA BRASA O ovo, vilão do último mês, ficou quase 8% mais caro. O preço sobre o quanto o consumidor, diante da carne cara, eleva a demanda pelo produto.

PISTA O aeroporto de Heathrow, em Londres, reduziu mais uma vez a previsão do fluxo de passageiros para este ano. A nova projeção aponta 13 milhões a 36 milhões de viajantes em 2021. No ano passado, quando o aeroporto perdeu o posto de mais movimentado da Europa para o Charles de Gaulle, em Paris, a estimativa para 2021 já tinha caído de 63 milhões para 37 milhões.

MALA Empresas de imigração se preparam para atender a demanda repressada de estudantes após os EUA anunciarem a liberação da entrada para alunos brasileiros matriculados em escolas do país. Na Fragomen, a notícia turbinou o atendimento de interessados em obter o visto de estudante americano, que já vinha em alta de 30% no primeiro trimestre em relação a 2020 inteiro, segundo a companhia.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS

Abx., em % ao mês

7,73	8,00	3,89	7,89
------	------	------	------

Cheque especial
Empréstimo pessoal

Fonse: Procon-SP

COMPTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência abril

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00

Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional.

O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17 mai

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

Assalariado

Até R\$ 1.100 Aliquota 7,5%

De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%

De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%

De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 mai. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Aliquota, em % Deduzir, em R\$

Até 1.903,98 7,5 142,80

De 1.903,99 até 2.826,65 15 354,80

De 2.826,66 até 3.751,05 22,5 636,13

De 3.751,06 até 4.664,68 27,5 869,36

Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.252,48 Valor, em R\$

Empregado 96,22

Empregador 250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 mai. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho.

A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Crédito às empresas cresce em março, mas cai para as famílias, diz BC

Linha de capital de giro de curto prazo, demandada para fazer caixa com o objetivo de enfrentar o lockdown, cresce 99%

Larissa Garcia

BRASÍLIA Em meio ao agravamento da pandemia, os bancos concederam 10,1% a mais em empréstimos às empresas em março na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados nesta quinta (29) pelo Banco Central. Para as famílias, entretanto, houve queda de 4% no período. Os novos empréstimos somaram R\$ 407,1 bilhões em março.

A linha de capital de giro de curto prazo, muito demandada no início da pandemia porque as empresas precisam fazer caixa para enfrentar o lockdown, cresceu 99%. Segundo o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, parte disso é fruto de rolagem, quando o cliente renova seus créditos.

"Como a situação econômica é diferente de março de 2020, quando havia mais incerteza e as empresas precisavam de mais recursos disponíveis, elas rolaram apenas parte desse crédito, tanto é que, mesmo com o aumento no mês, o montante é bem inferior ao observado no mesmo mês do ano passado", afirmou.

"Mas não dá para dizer quanto disso foi de demanda nova em decorrência da segunda onda da pandemia ou de rolagem maior pelo mesmo motivo", continuou.

As empresas buscaram crédito em modalidades ligadas ao consumo, como desconto de duplicatas, com alta de 58,7%, e antecipação de recebíveis —23,3%. As linhas pre-

BNDES SUSPENDE COBRANÇA DE FINANCIAMENTOS POR PEQUENAS EMPRESAS POR SEIS MESES
Também poderão pedir a suspensão, independentemente do tamanho, empresas de atividades artísticas, transporte aéreo, alojamento e transportes rodoviário e metroferroviário de passageiros. Para o setor audiovisual, a suspensão é por até 12 meses.

cisam de vendas para gerar garantia.

A concessão desse tipo de crédito normalmente aumenta em meses que fecham o trimestre. "É um movimento sazonal, natural do fluxo das empresas. No próximo mês deve haver redução", disse Rocha.

Financiamentos para comércio exterior também subiram em março. Crédito para importação subiu 28,4%, e, para exportação, 57,3%. Para repasse externo, houve aumento de 28,3% e ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), de 128,2%.

"Essas modalidades sofrem impacto da variação cambial. Em março do ano passado, as empresas aproveitaram a desvalorização para adiantar os créditos e provavelmente elas consideraram que agora também seria um momento propício, o que não deve se repetir nos próximos meses."

As companhias também recorreram ao cartão de crédito rotativo, quando o cliente não paga o valor total da fatura, que subiu 54,7% no mês.

Entre as famílias, houve alta em empréstimos pessoais de 21,1%. Elas também procuraram modalidades mais caras, como cartão de crédito rotativo, que registraram elevação de 1%, e cheque especial, de 14,8%.

Apenas as variações totais dos novos empréstimos foram calculadas de acordo com a sazonalidade, que retira peculiaridades do período, como número de dias úteis a mais ou a menos, para facilit-

tar a comparação. As modalidades são divulgadas pelo BC sem o ajuste.

Fevereiro, por exemplo, é um mês mais curto que março, o que impacta na quantidade de crédito concedida.

Rocha destacou que em março o efeito da pandemia é observado também na base de comparação, em março de 2020. "Dessa forma, temos redução porque naquele mês houve muita demanda por crédito", disse.

O técnico do BC ponderou que, como o período é atípico, a dessazonalização está mais volátil. "Mesmo os dados dessazonalizados apresentam grande variação", afirmou.

"Quando dessazonalizamos as modalidades, em pessoas físicas vemos queda em financiamento de veículos de cartão de crédito à vista, por exemplo", explicou Rocha.

Em 12 meses, as concessões de crédito cresceram 0,9%.

O saldo de crédito, que contabiliza toda a carteira do sistema financeiro, alcançou R\$ 4,1 trilhões em março, com crescimento de 1,5% no mês. Em 12 meses, houve elevação de 14,5%.

Em março, a taxa média de juros dos empréstimos subiu 0,2 ponto percentual e alcançou 20% ao ano. Em 12 meses, houve queda de 2,7 pontos.

Já o spread, diferença entre a taxa de captação dos bancos e o que eles cobram em empréstimos, ficou em 15,1 pontos percentuais, redução de 0,5 ponto no mês e 2,9 pontos em 12 meses.

Evolução das concessões de crédito

Novos empréstimos
Em R\$ bi*



*O ajuste sazonal retira peculiaridades do período, como número de dias úteis, para facilitar a comparação. Fonte: Banco Central

Atraso no Orçamento segura despesas, e governo tem superávit de R\$ 24,4 bi no ano

Fábio Pupo

BRASÍLIA O atraso no Orçamento de 2021, sancionado apenas neste mês, limitou as despesas federais e contribuiu para o governo registrar um superávit de R\$ 24,4 bilhões no acumulado do ano (de janeiro a março).

O Tesouro Nacional destacou que houve queda de R\$ 7,1 bilhões em despesas não obrigatórias no trimestre na relação com igual período do ano passado, "influenciada pela não aprovação do Orçamento".

Em caso de atraso no Orçamento, a execução dos gastos não obrigatórios precisa obedecer a uma limitação mensal — que, no caso de 2021, era de até 18 meses do total previsto. O texto só foi sancionado pelo presidente no dia 22.

REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE SER FATIADA, DIZ LÍDER DO GOVERNO
O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou nesta quinta (29) que a reforma tributária deve ser votada provavelmente em quatro etapas, e começar pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que funde PIS e Cofins.

O superávit no trimestre coincide ainda com a ausência de medidas econômicas voltadas à Covid, interrompidas na virada do ano. A principal delas, o auxílio emergencial, só voltou a ser pago em abril.

Bruno Funchal, secretário do Tesouro, afirma que o atraso das medidas ocorreu devido à discussão sobre normas orçamentárias. "Foi muito mais uma questão de lidar com as regras fiscais do que planejamento", disse ele.

No entanto, a não inclusão de medidas no Orçamento desde agosto do ano passado até a aprovação no Congresso em março foi justamente um dos motivos que levaram à necessidade de novas brechas para liberar recursos fora das regras fiscais.

Funchal reconheceu que o

ideal a respeito das regras seria mudar a meta fiscal neste ano para acomodar os novos programas, mas que isso levaria mais tempo. A opção de governo e Congresso foi simplesmente tirar certas ações do cálculo da meta fiscal.

As despesas totais no trimestre tiveram queda real de 0,4% no acumulado do ano (frente a um ano atrás), para R\$ 344 bilhões de janeiro a março de 2021.

Já as receitas totais subiram 7,6%, para R\$ 453,7 bilhões, devido à melhora na arrecadação em relação ao ano passado. De acordo com o Tesouro, o movimento é influenciado pela recuperação econômica. De forma marginal, também pela devolução de R\$ 3,6 bilhões em auxílio emergencial pago indevidamente.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados sob assinatura não trazem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Continuidade das reformas é fundamental

Inflação dá sinais de que é preciso acelerar agenda: não há espaço para erros

Bruno Funchal

Secretário do Tesouro Nacional desde julho de 2020, será o novo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia; é doutor em economia (FGV-RJ), professor e pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e ex-secretário de Fazenda do Espírito Santo

Reorganizar as contas públicas e promover o aumento da produtividade são dois dos principais desafios da economia brasileira e os dois maiores alvos da agenda de reformas do governo federal.

A esses desafios somou-se o forte e inesperado choque provocado pela Covid-19. Para enfrentá-lo, foi preciso cuidar do hoje: diversos programas foram editados em 2020, importantes para proteger aqueles que mais precisam e para manter vivas as bases da economia, preservando empregos e empresas.

Mas não se pode descuidar do amanhã. O custo fiscal dessas medidas foi elevado e a conta ficou para as gerações futuras. O endividamento do Brasil, que já era maior que o de seus países pares da América Latina, aumentou de 76% para quase 89% do PIB.

A pandemia não acabou, e o país entrou em 2021 convivendo com a doença e com a necessidade de ações para seu enfrentamento. Dado o gasto já realizado, o espaço para novas medidas é bastante limitado, mas, felizmente, todos aprenderam com o que foi feito e é possível proteger aqueles que mais precisam com ações mais focalizadas e produtivas, utilizando os programas bem-sucedidos de 2020. Junto com a vacinação acelerada, essas são as melhores políticas para cuidar das pessoas e das contas públicas neste ano.

Para não descuidar do amanhã, é preciso manter um bom ambiente econômico, capaz de atrair investimentos privados e gerar emprego e renda. Para isso, a continuidade das reformas é fundamental. Muito já foi feito, mas é preciso continuar avançando; afinal, o Brasil já vai para o oitavo ano consecutivo com as contas no vermelho e a produ-

tividade está estagnada há 40 anos.

Dolado fiscal, a criação do teto de gastos em 2016 trouxe maior previsibilidade e credibilidade para o controle dos gastos públicos, que crescem em média 5,6% ao ano acima da inflação, um ritmo nitidamente insustentável.

O teto de gastos representou uma mudança de paradigma e foi bastante reforçado pela reforma da Previdência em 2019 e pelo novo marco fiscal (EC 109) em 2021. Essa reorganização fiscal melhorou a percepção de risco dos investidores, fazendo despençar as taxas de juros no Brasil e gerando uma economia de dezenas de bilhões de reais por ano em pagamento de juros. A Selic, que estava em 14,25% ao ano antes da criação do teto de gastos, caiu para 4,5% antes da pandemia, enquanto a inflação, que chegou a bater dois dígitos antes da medida, convergiu para valores abaixo da meta depois dela.

O gasto elevado em 2020 e incertezas acerca da evolução da pandemia, no entanto, fazem com que hoje a curva de juros brasileira seja uma das mais inclinadas do mundo, o que significa que contrair empréstimos de longo prazo no Brasil é caro, elevando o custo do investimento, prejudicando a geração de emprego e renda e penalizando aqueles que mais precisam.

A inflação também dá sinais de que é preciso acelerar a agenda de reformas, pois preservar o poder de compra é peça fundamental no cuidado com os mais pobres. Não há espaço para errar. É preciso avançar com as reformas estruturantes, como a administrativa, que permitam a continuidade da reorganização das contas públicas e fortaleçam a credibilidade fiscal.

Em paralelo, reformas que olhem para a produtividade da economia são fundamentais, pois significam a base para acelerar o crescimento econômico. Muito já foi feito, como a reforma trabalhista, os novos marcos legais do saneamento e do gás, o novo FGTS e a nova lei de falências e recuperação judicial. Mas é preciso avançar ainda mais. Reformas microeconômicas, como os novos marcos legais para ferrovias, cabotagem e energia, são essenciais, assim como a agenda de privatizações. E a reforma tributária, por sua vez, vai descomplicar o ambiente de negócios, hoje uma das principais amarras para o crescimento.

Evoluindo com essa agenda de reformas, o ciclo virtuoso de produtividade, não há dúvidas de que criaremos um ciclo virtuoso para a economia e escreveremos um futuro melhor para os brasileiros, principalmente para os mais pobres, com mais investimento, mais emprego e mais renda.

[...]

Reformas microeconômicas, como os novos marcos legais para ferrovias, cabotagem e energia, são essenciais, assim como a agenda de privatizações. E a reforma tributária, por sua vez, vai descomplicar o ambiente de negócios, hoje uma das principais amarras para o crescimento

Terras sem lei e suas consequências econômicas

Operação Faroste pode desencadear impactos sistêmicos no oeste baiano

Igor P. Wildmann

Advogado da área de agronegócio e doutor em direito econômico (UFMG), é professor do Curso de Especialização em Direito Privado da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (USP)

A deflagração da Operação Faroste, na qual se apurará a existência de esquemas ilícitos de força de documentos e decisões judiciais para saquear produtores rurais no oeste baiano, tem levado à perplexidade, aumento do temor em se investir no estado e mesmo a considerações — em grupos econômicos de porte — sobre desinvestimento gradativo e mudança para outros entes da Federação.

O estado da Bahia chegou ao final de 2020 com o VBP (valor bruto de produção agropecuária) de R\$ 41,16 bilhões, um estrondoso aumento de 13,5% em relação ao ano anterior, a despeito da pandemia. Evidente que os resultados do ano de 2020 refletem os planejamentos, decisões e investimentos feitos em anos anteriores. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, o agronegócio representa 23,4% do produto interno do estado; quase um quarto de todas as riquezas da Bahia são geradas pelo agro, que leva emprego e crescimento a áreas sertanejas outrora esquecidas.

Ainda em 1755, Adam Smith, em seu "Essays on Philosophical Subjects", dizia que "para se transformar um Estado do mais baixo nível de barbárie ao mais alto grau de opulência são necessárias paz, tributação leve e uma tolerável administração da Justiça".

A credibilidade do império da lei é fundamental para a paz social e para a manutenção de investimentos privados. O alerta sobre a insegurança jurídica não é novo: desde 2005,

a Cúpula Ibero Americana de empresários, reunidas em Salamanca (Espanha), alertava que "a tremenda insegurança jurídica é o grande problema a ser resolvido para gerar um clima propício à segurança e investimentos" na América Latina. Na mesma época, o representante da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), em encontro das Supremas Cortes do Mercosul, alertava para o fato de que, a despeito das vantagens comparativas de nosso continente — sabidamente rico em recursos naturais —, "o Mercosul não se consolida devido à insegurança jurídica que espanta investidores". O recado é claro e facilmente veri-

[...]

O clima de insegurança jurídica, se não contido com ações concretas, gerará efeitos econômicos deletérios: qualquer decisão de compra de terras na região afetada deverá levar em conta o risco real das matrículas serem posteriormente anuladas por conta de irregularidades

ficável: riquezas naturais, por si só, não trazem prosperidade.

O clima de insegurança jurídica, se não contido com ações concretas, gerará efeitos econômicos deletérios: qualquer decisão de compra de terras na região afetada deverá levar em conta o risco real das matrículas serem posteriormente anuladas por conta de irregularidades. O resultado tende a ser a desvalorização das terras na região, com títulos de propriedade sob constante suspeita de potenciais compradores, isso sem contar problemas de aceitação das mesmas como garantias em financiamentos agrícolas. A redução dos investimentos pode levar a um cenário de grandes terras de baixa produtividade com impactos sistêmicos na renda, no emprego e na arrecadação.

É necessário que as instituições locais façam o "dever de casa" e transformem o terremoto da referida operação num marco de mudança de cultura institucional. O Tribunal de Justiça da Bahia é o mais antigo do país, e o estado deu à comunidade jurídica brasileira nomes célebres como J. J. Calmon de Passos e Ruy Barbosa. É hora de os integrantes daquela corte honrarem o nome da casa, antecipando-se e cortando na própria carne aquilo que precisar ser cortado, separando o joio do trigo, melhorando os sistemas internos de controle e mostrando que a maior fronteira agrícola do país — o longo oeste baiano — será um exemplar nacional de uma terra com lei. A pujança econômica virá a reboque.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, velas e cruzes simbolizam os 400 mil mortos pela pandemia no Brasil. Ueslei Marcelino/Reuters

Negacionista e 400 mil mortos

"Brasil chega a 400 mil mortos por Covid com inépcia do governo federal" (Saúde, 29/4). E o presidente genocida ainda faz chacota com os 400 mil mortos e seus familiares quando posta nas redes sociais a infâmia: "CPF Cancelado". Não é caso de insanidade mental, é de ordem criminal e penal. O país nunca desceu a nível tão baixo. Ele responde por crime de responsabilidade.

Maria José de Carvalho (Recife, PE)

Pensaram que o golpe de 2016 sairia de graça? Estamos vendo o que uma votação movida pelo ódio, pela estupidez e pela intolerância pode causar a um povo zumbi. Paga-se com mortes, com pobreza e com a degradação da vida humana para a grande maioria. E hoje o povo brasileiro é refém da sua própria incoerência.

Felício Almirio Lima Rodrigues (Porto Alegre, RS)

As manchetes são enormes. Chegamos a 400 mil mortes. A cada número redondo ocorre o aumento das fontes e caracteres, como se isso pudesse representar toda a nossa indignação. E quando acumulamos 500 mil, 600 mil...? O que faremos? E quanto aos 35% de colaboracionistas, o que faremos?

Sérgio Dias (Rio de Janeiro, RJ)

Se esta tragédia humanitária estivesse ocorrendo em outro país, com as mesmas atenuantes políticas de descaso, certamente as 400 mil mortes causariam revolta. Em qualquer lugar do mundo, com o povo reagindo e as instituições cumprindo seus papéis em defesa da segurança nacional.

Tadéu Santos (Florianópolis, SC)

"Parabéns" ao vira-lata, sua gripezinha já ceifou 400 mil vidas. "Obrigado" ao STF pelo seu marasmio. "Obrigado" ao Congresso pela sua letargia. "Obrigado" a todos os fardados e verde-olivas que apoiaram forma interessada essa escória humana e essa família.

Davilson Antonio (São Paulo, SP)

Orgulho nacional

Eduardo Pazuello: "Um manda, o outro obedece"; Luiz Eduardo Ramos diz que se avicinou escondido, pois a orientação era não se vacinar; Braga Netto se porta como ventríloquo do seu "chefe". Esses generais são motivo de orgulho para o Exército brasileiro?

Paulo Bittar (São Paulo, SP)

São Paulo, 2030

Boa noite, caros da Folha. Há algum motivo para o ex-prefeito Fernando Haddad não ter contribuído para o caderno SP 2030 de hoje ("Ex-prefeitos respondem: como estará São Paulo em 2030"?; Cotidiano, 29/4)? E Luiza Erundina? Flávio Augusto Silva (São Paulo, SP)

Papagaie

Muito pertinente a coluna de Sérgio Rodrigues sobre o desnecessário uso do estrangeirismo ("Take away ou para viagem?"; Cotidiano, 29/4). O autor definiu muito bem como coisa de "jeica". Em um país em que poucos dominam a língua inglesa (como lamentam muitos turistas estrangeiros), o uso indiscriminado desse idioma tem a intenção de marcar a distinção de classe de quem fala: pura jequeice. **Paulo Sérgio do Carmo** (São Paulo, SP)

Passividade

Sou obrigada a elogiar mais uma vez Mirian Goldenberg pelo lúcido, inteligente e pertinente texto sobre as futuras gerações, que não entenderão por que não impediram a destruição do Brasil ("A gente somos inútil"; Corrida, 29/4). Tenho 64 anos e também não entendo. Como 57 milhões votaram em um psicopata que defende a tortura e a ditadura? Alguém me explica por que temos que aceitar um genocida na Presidência?

Hanna Korich (Matinópolis, SP)

Analogia entre o governo de Bolsonaro e o de Hitler feita por Mirian Goldenberg em seu artigo não é um exemplo hipotético. Diariamente, milhares de brasileiros continuam morrendo de uma doença para a qual já existe vacina. Não são mais as nossas opiniões políticas sobre os fatos que nos dividem, mas os fatos em si.

Leila de Oliveira (Campinas, SP)

Testes psicológicos

Quanto à proposta de acesso irrestrito a testes psicológicos proposta pelo STF ("A polémica decisão do STF sobre a comercialização de testes psicológicos"; Tendências / Debates, 29/4), ocorreu-me perguntar: se no campo judiciário existe investigação sob sigilo para que provas não sejam falseadas, por que no campo da investigação psicológica essa estratégia não pode ocorrer?

José Jorge Zacharias, doutor em psicologia (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (28 ABR., PÁG. A20) A reportagem "China deve anunciar declínio populacional" afirmou incorretamente que o possível registro de queda da população seria o primeiro desde 1949. Na verdade, caso confirmado, o decréscimo seria o primeiro desde o fim dos anos 1950, quando as políticas econômicas de Mao Tsé-tung causaram a morte de dez milhões de pessoas.

MERCADO (29 ABR., PÁG. A26) As mudanças de cargo tratadas na reportagem "Irmãos Marinho trocam de lugar na Globo" ocorreram no conselho de administração do Grupo Globo, não da Globo. O nome de Paulo Marinho aparece duas vezes como membro do colegiado. Na segunda menção, o nome correto é Roberto Marinho Neto. O executivo também não é mais responsável pela área de esportes, como publicado, mas, sim, pela Globo Ventures.

MERCADO (29 ABR., PÁG. A26) A B2W irá emitir 339.355.301 ações ordinárias para acionistas das Lojas Americanas, não 39.355.391, como publicado em "Americanas e B2W combinam operações e criam empresa".

ESPECIAIS CENTENÁRIAS - FOLHA, 100 (28 ABR., PÁG. 21) Diferentemente do publicado no subtítulo da reportagem "Marca suíça colocou leite condensado e achocolatado na mesa do brasileiro", o montante de R\$ 900 milhões corresponde à previsão de investimentos da Nestlé em 2021, não à previsão de faturamento.

VENDA DA CEDAE

LEILÃO DO ANO

Privatização, marcada para hoje, visa a modernizar serviço. Alerj briga até o fim



Debate político. Deputados votam pela suspensão de leilão: proposta foi aprovada por 35 parlamentares contra 23 que foram contrários, mas Supremo já tinha se pronunciado sobre mérito do projeto

GABRIEL SABÓIA
E LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
griem@oglobo.com.br

Marco do início do maior projeto de infraestrutura do país, o leilão da Cedae, companhia de água e esgoto do Rio, está marcado para acontecer hoje, a partir das 14h, na Bolsa de Valores de São Paulo. A ideia é que a empresa seja privatizada em quatro blocos, o que vai desencadear uma série de obras para que, em até 35 anos, seja possível quase universalizar o esgoto, tratando 90% do total produzido, e fornecer água para 100% da população. São R\$ 30 bilhões em investimentos para recuperar o setor, beneficiando cerca de 13 milhões de consumidores no estado.

Quatro grupos empresariais se credenciaram para a disputa e vão apresentar suas propostas minutos antes de o martelo ser batido. A modelagem da concessão, elaborada pelo BNDES, dividiu a parte da Cedae que será privatizada em lotes regionais. Todos os blocos despertaram interesse dos consórcios. No total, serão feitas 12 ofertas.

BATALHA POLÍTICA

Durante a semana, até a noite de ontem, desenrolou-se uma batalha política que chegou aos tribunais. Depois de terem tentado derrubar o pregão na Justiça, tendo sido impedidos por ordem do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, os deputados do Rio tentaram

inviabilizar o leilão por via legislativa. Ontem, eles votaram, em uma sessão conturbada, um projeto para suspender o negócio. O governador em exercício Cláudio Castro, entendendo que estava respaldado pela decisão do STF, manteve o leilão por considerar "inválida" a posição da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), em edição extra do Diário Oficial.

A Alerj questionou o Tribunal de Justiça do Rio sobre a validade da deliberação legislativa, que foi aprovada por 35 deputados contra 23 que votaram a favor do pregão. O TJ considerou a sessão válida, sem avançar sobre outras questões técnicas. Sendo assim, no fim da noite, ainda se aguardava um pronunciamento do Supremo, que já ti-

nhá opinado sobre o mérito do imbróglio.

Ao fim da votação, o presidente da Casa, André Ceciliano (PT), que ao longo da semana partiu para o ataque contra o governador em exercício, voltou a criticar a venda da Cedae e disse que o objetivo do parlamento era impedir a privatização enquanto o Estado do Rio não entra no Regime de Recuperação Fiscal do Ministério da Economia. Ele observou que, hoje, o estado é beneficiado por uma liminar do STF, que não suspendeu o pagamento da dívida com a União, levando ao desembolso só este ano de mais de R\$ 1 bilhão em juros. Ceciliano alega que a ação parlamentar visa a pressionar a União.

— Essa decisão não tem vencidos ou vencedores. É

uma deliberação em favor do Rio — bradou Ceciliano.

O STF considerou correta a tese do governo estadual de que o serviço de água e esgoto é competência de municípios que, assim acordados, podem concedê-lo, sem qualquer obstáculo legal. O Supremo se manifestou numa ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelos deputados do Rio.

CHANCE DE MODERNIZAÇÃO

O economista Cláudio Frischtak, da Inter B. Consultoria, afirma que o leilão da Cedae permitirá a modernização do sistema de saneamento fluminense, além de gerar mais empregos.

— Há anos que o morador do Rio bebe água com gosto de geosmina, convive com

denúncias de loteamento político da Cedae. Esse leilão traz investimentos, modernização e crescimento para o estado como um todo. O serviço será profissionalizado.

Se o leilão acontecer, as empresas devem assumir os serviços da Cedae até o início do segundo semestre. Apenas a produção de água potável continuará com a estatal.

Medidas de recuperação do meio ambiente também estão no edital de licitação. O projeto de despoluição da Baía de Guanabara contará com um investimento de R\$ 2,6 bilhões nos cinco primeiros anos de concessão. Já a Bacia do Guandu receberá R\$ 2,9 bilhões para sua preservação, no mesmo período. O Complexo Lagunar da Barra da Tijuca contará com um aporte de R\$ 250 milhões.

ESGOTO É VELHO PROBLEMA

Uma gigante do setor de saneamento e distribuição de água potável, atualmente a Cedae atende 64 municípios do estado. Dados de 2019 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) indicam que 5.548.746 habitantes do Rio contam com serviços de esgotamento sanitário da companhia. O número corresponde a 67,77% de tratamento referente à área de atendimento da empresa, de acordo com o Snis. O índice, que é considerado baixo, está por trás de cenas de esgoto correndo a céu aberto e de valões espalhados sobretudo pelas periferias.

A Cedae estima que 86,7% da população tenham acesso à água potável na área atendida. As estações de tratamento Cedae, aliás, estão entre as maiores já construídas. A mais famosa delas, a do Guandu, foi certificada como a maior do mundo, em 2007, pelo Guinness Book of Records. Mas, nos últimos, em função da crise financeira do estado e mais recentemente da pandemia, a companhia perdeu sua capacidade de fazer investimentos.

NA DISPUTA POR RECURSOS

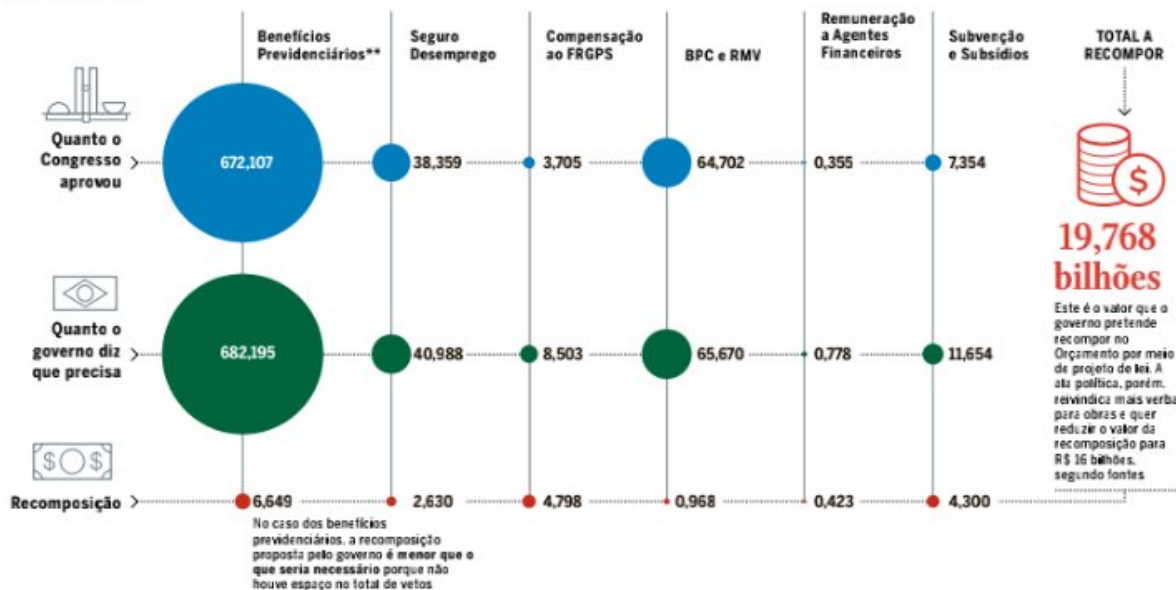
NOVA MANOBRA

Governo estuda pente-fino em benefícios para atender ala política e dar R\$ 3 bi para obras

GERALDA DOCA, MARCELLO CORRÊA E FERNANDA TRISOTTO
 economista@oglobo.com.br
 BRASILIA

A ENGENHARIA DO ORÇAMENTO

Valores em R\$ bilhões



Fonte: Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 4/2021

Editoria de Arte

Após os cortes no Orçamento, o governo estuda outra manobra para encontrar recursos para recompor parte dos vetos a obras e outras ações de interesse da ala política. A estratégia é reforçar ações de pente-fino em benefícios assistenciais para economizar cerca de R\$ 3 bilhões com esses programas, o que não estaria garantido imediatamente, pois a triagem dos pagamentos levaria tempo. O dinheiro, contudo, seria remanejado agora para programas como o Minha Casa Minha Vida e projetos de segurança hídrica e saneamento, afetados pela tesourada. Na equipe econômica, há preocupação de que a medida cause crise semelhante à que provocou o impasse em torno da sanção da proposta.

O plano começou a ser elaborado por integrantes do governo e líderes do Congresso, sem participação direta do ministro da Economia, Paulo Guedes. O assunto foi discutido na quarta-feira em reunião no Palácio da Alvorada, da qual participaram o presidente Jair Bolsonaro e ministros como Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretaria de Governo), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e João Roma (Cidadania).

REDUÇÃO PARA R\$ 16 BI

Segundo fontes que acompanham a negociação, a ideia é alterar o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso para recompor R\$ 19,7 bilhões para despesas obrigatórias neste ano e usar parte desse dinheiro para as demandas das pastas afetadas. O texto é parte da engenharia para corrigir um Orçamento considerado "inexequível" pela equipe econômica.

Após congressistas subestimarem a projeção de gastos

obrigatórios para elevar o montante de emendas parlamentares, Executivo e Legislativo fecharam um acordo no qual parte das emendas foi vetada para abrir espaço para recompor as previsões de despesas como benefícios previdenciários e seguro-desemprego — justamente o objetivo do projeto de lei que ainda precisa ser votado.

A aposta agora é que, com o pente-fino, o total a ser recomposto seria menor, algo em torno de R\$ 16 bilhões, o que abriria novamente espaço para recuperar parte do valor destinado a obras. A folga de R\$ 3 bilhões seria destinada aos ministérios mais prejudicados com os cortes, como Desenvolvimento Regional, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Infraestrutura.

Perguntado ontem sobre essa possibilidade, o secre-

tário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, defendeu a manutenção do acordo como firmado.

— Cortar (despesas) obrigatórias para recompor investimento, ou seja, a discricionária, foi exatamente o problema original. Eu acho que o cami-

Benefício de Prestação Continuada e seguro-defeso estão entre os alvos do aperto

nho é seguir exatamente o que está sendo planejado — declarou, durante entrevista coletiva sobre o resultado das contas públicas de março.

Funchal, que foi indicado para assumir a Secretaria Especial de Fazenda no lugar de Waldery Rodrigues, disse que

a solução é avaliar a evolução dos gastos e, eventualmente, desbloquear parte dos recursos para investimento a partir dos resultados concretos.

Rever benefícios sociais tem sido uma recomendação constante de órgãos de controle. Na operação em discussão, um dos alvos do aperto na fiscalização é o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais. O plano prevê uma redução de R\$ 1 bilhão no gasto com o benefício este ano, estimado em R\$ 4,1 bilhões. Outro alvo é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a idosos e deficientes de baixa renda.

Também faz parte dos planos a expectativa de redução de gastos com benefícios previdenciários a partir da fixação de meta da prova de vida por sistema de biometria facial. As

despesas com a Previdência serão monitoradas de perto, e a tendência é de redução, decorrente do número elevado de mortes causadas pela Covid-19, segundo um integrante do alto escalão. A previsão de economia com as medidas consta de avaliações que estão sendo fechadas por técnicos.

MANOBRA PREOCUPANTE

O seguro-defeso começou a ser rastreado no fim de 2020 pelo Sniper, um sistema de cruzamento de dados que permite identificar a concessão de benefícios irregulares. Uma amostra de 261 mil pedidos na fase de testes resultou no bloqueio de 55,5 mil benefícios e economia de R\$ 58 milhões.

A meta é ampliar a varredura no seguro-defeso e, a partir de maio, aplicar a ferramenta na concessão do BPC. Os dois benefícios concentram os

maiores índices de fraudes, segundo o INSS. A aferição de renda das pessoas beneficiadas é a principal dificuldade do governo. No caso do seguro-defeso, por exemplo, é preciso que o trabalhador viva da pesca, não tenha outro tipo de renda e não receba qualquer ajuda do governo.

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, alerta que a manobra, caso seja levada à frente, é preocupante:

— Despesa obrigatória é uma coisa complicada. Você não pode ficar mudando como quem troca de roupa. A prudência na fixação das despesas é um princípio basilar de qualquer elaboração orçamentária. Não dá para agora em maio querer introduzir essa inovação. O melhor é fazer uma avaliação a sério dos programas para o ano que vem.

Contas públicas têm superávit de R\$ 2,1 bi em março

Em meio a pressão por aumento de despesas, Tesouro defende o compromisso com o teto de gastos e a retomada das reformas

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após trocas na equipe econômica e novas pressões por aumento de gastos, o Tesouro Nacional defendeu o compromisso com o teto — regra que limita o aumento das despesas da União à inflação — e a retomada da agenda das reformas como determinantes para a consolidação fiscal do país. A avaliação foi divulgada ontem, assim como o resultado das contas públicas de

março, que foi de superávit primário de R\$ 2,1 bilhões, ante recuo de R\$ 21,1 bilhões em março de 2020.

Com isso, o acumulado no primeiro trimestre de 2021 totaliza um superávit de R\$ 24,4 bilhões. O motivo para o resultado foi o atraso na sanção do Orçamento, que ocorreu apenas neste mês e limitou as despesas federais no período.

R\$ 95,2 BI COM COVID

Em seu boletim do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) de março, o órgão alerta ainda para o aumento da dívida

pública, provocado pelo aumento de gastos com medidas de combate à pandemia. A previsão é que a dívida bruta do governo fique em 87,2% do PIB ao final de 2021. Já a estimativa de gastos com enfrentamento à Covid-19 fora do teto de gastos para este ano é de R\$ 95,2 bilhões.

O Tesouro afirma que a política fiscal do governo, que é ancorada pelo teto de gastos, é fundamental para um cenário futuro com taxas de juros baixas, retomada do crescimento e resultado fiscal do setor público caminhando para

o azul no médio prazo. Para consolidar esse caminho, aponta para a importância da retomada de reformas, como a administrativa, que vai afe-

Funchal.
"Precisamos discutir a qualidade do gasto"



DIVULGAÇÃO/EDU ANDRADE/ME

tar os servidores, e a tributária, que deve ter o relatório apresentado em 3 de maio.

— A gente precisa controlar o nível de gasto, e o teto é fundamental para isso. E precisamos discutir a qualidade do gasto. Quando a gente está falando de reforma da Previdência, de uma reforma administrativa para controlar o crescimento do tamanho do estado e melhorar a produtividade do setor público, é justamente para economizar recurso e alocar para os mais

pobres — disse o secretário do Tesouro, Bruno Funchal.

Ele descartou a possibilidade de um *shutdown*, a paralisação da máquina pública, mas alertou que o nível de recursos para despesas livres está muito baixo:

— Este ano, estamos muito próximos desse nível mínimo (das despesas discricionárias). Então, precisamos ser o mais eficiente possível para reduzir esse risco.

Prestes a assumir o comando da Secretaria Especial de Fazenda, Funchal elogiou o trabalho realizado por seu antecessor, Waldery Rodrigues. Ele comentou que manter a máquina pública funcionando já é difícil, e contribuir com novas reformas é ainda mais desafiador, mas que Waldery conseguiu fazer as duas coisas.

Economia americana mostra recuperação, com alta de 1,6% no 1º tri

Crescimento foi puxado por gastos dos consumidores, reflexo da ajuda do governo. Na taxa anualizada, avanço foi de 6,4%

WASHINGTON

O crescimento econômico dos Estados Unidos acelerou no primeiro trimestre deste ano, influenciado pela forte ajuda do governo a famílias e empresas. O Produto Interno Bruto (PIB) americano teve expansão de 1,6% entre janeiro e março — 6,4% na taxa anualizada, como os EUA divulgam suas estatísticas.

Foi o segundo ritmo mais forte desde o terceiro trimestre de 2003. No quarto trimestre de 2020, o avanço havia sido de 4,3%, também na taxa anualizada.

O consumo das famílias, que representa a maior parte da economia americana,

subiu 10,7%, também anualizados, a segunda maior alta desde os anos 1960.

A recuperação dos EUA está mais acelerada que a de outros países graças a duas rodadas de repasses de dinheiro à população, parte da estratégia do governo para combater o impacto econômico da pandemia. O último pacote, do presidente Joe Biden, foi de US\$ 1,9 trilhão.

'MOTORES ACELERANDO'

A distribuição de recursos impulsionou a demanda doméstica, e o ritmo acelerado da imunização vem permitindo a reabertura de comércio e serviços. Os gastos com bens cresceram 23,6% no primeiro trimestre, e o consumo de ser-

viços avançou 4,6%.

Já os gastos de empresa cresceram 9,9%, incluindo estruturas e equipamento. Já os investimentos em materiais registraram alta de 10,8%. Todas as taxas são anualizadas.

— Essa recuperação econômica é resultado de um robusto programa de vacinação, que nos ajudou a controlar a pandemia, e de uma estratégia econômica que coloca as famílias trabalhadoras em primeiro lugar — disse a repórteres a vice-porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre.

Para este ano, economistas projetam que o PIB tenha crescimento de 7%, que seria o maior desde 1984.



Vagas. Faixa em restaurante na cidade de Arlington anuncia contratação. Consumo estimula emprego, dizem analistas

Em 2020, houve retração de 3,5%, o pior desempenho em 74 anos.

— Estamos vendo que todos os motores da economia estão acelerando — disse à Associated Press o economista-chefe da Oxford Economics, Gregory Daco. — Temos melhora no cenário da saúde, os estímulos fiscais continuam abundantes, e começamos a ver a recuperação do emprego.

Em março, a economia americana registrou a criação de 916 mil vagas. O consumo em alta tende a puxar

as contratações. Para Daco, nos próximos meses a marca de criação de empregos de março será superada.

Dos 8 milhões de vagas perdidas durante a pandemia, a maior parte foi de baixa qualificação. Empregos de nível superior não foram tão afetados.

Vários fatores justificam as projeções otimistas dos economistas. A taxa básica de juros continua próxima de zero, o que amplia o acesso de empresas e famílias ao crédito. E o governo Biden acaba de propor dois ambi-

ciosos pacotes de investimentos: um de infraestrutura, de US\$ 2,3 trilhões, e outro voltado para crianças, famílias e educação, de US\$ 1,8 trilhão.

— Estávamos em um buraco profundo há um ano, e agora, com muita ajuda da política fiscal, alguma ajuda adicional da política monetária e uma grande ajuda da vacinação, estamos vendo uma forte recuperação da atividade — disse o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, na quarta-feira.

Governo central tem superávit de R\$ 2,1 bi em março

Apesar da meta para 2021 ser de déficit de R\$ 247,1 bilhões, acumulado no ano é positivo em R\$ 24,443 bilhões

Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

30/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Ajudadas pela demora na aprovação do Orçamento e de receitas atípicas que passam até pela devolução de parcelas do auxílio emergencial recebidas indevidamente em 2020, as contas do governo central fecharam o mês de março no azul: um superávit de R\$ 2,101 bilhões. No trimestre, o saldo chegou a R\$ 24,443 bilhões. Não se viam resultados positivos para o período desde 2015.

É, porém, um ano difícil para a execução orçamentária. O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, classificou de “baixo, próximo de zero” o risco de um

desligamento (“shutdown”) da máquina pública após os cortes no Orçamento de 2021. No entanto, há outros riscos. “Não podemos mais perder receitas”, afirmou ele, ao comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A corte discute a modulação, ou seja, como implementar essa decisão. O melhor cenário, disse Funchal, seria “jogar o mais para frente possível” o impacto.

Outra decisão do STF pode pressionar as despesas: a obrigatoriedade de realização do Censo neste ano. Segundo Funchal, os recursos para bancar a pesquisa teriam de ser encontrados abaixo do teto de gastos. Não será possível usar crédito extraordinário por não ser uma despesa imprevista.

Em março, as receitas avançaram 21,3% no mês, totalizando R\$ 118,1 bilhões. Para o secretário, esse desempenho reflete uma economia em recuperação. Houve a contribuição de receitas atípicas. A linha “demais receitas” traz R\$ 3,6 bilhões e boa parte veio de devoluções do auxílio emergencial, informou. As despesas recuaram 3,1% e ficaram em R\$ 116,031 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Máscaras KN95 são mais eficientes. Entenda o porquê.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

SALVADOR: Por que as pessoas estão comprando essa sandália ortopédica?

CLICOU E LEVOU

LINK PATROCINADO

Depois que descobri isso nunca mais gastei com pedicure

PORTAL G3

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

No entorno de Lula, grupo busca regras fiscais alternativas

Na avaliação de economistas que colaboram com o petista, normas atuais tornam o país ingovernável

Por **Ricardo Mendonça e Cristiane Agostine** — De São Paulo

30/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Críticos ferozes da norma do teto de gastos desde o início da tramitação da matéria no Congresso, economistas ligados ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutem reservadamente que tipo de regra fiscal deverá ser adotada num eventual retorno do PT à Presidência. O tema é sensível aos agentes do mercado financeiro, ansiosos para avaliar os riscos associados a uma volta do petista ao poder. Com a elegibilidade restaurada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Lula lidera as pesquisas em situação de empate técnico com o presidente Jair Bolsonaro.

Visto como uma das figuras mais próximas do petista, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad sintetiza assim o atual estágio de entendimento do partido nesse assunto: "Hoje temos três regras fiscais: regra de ouro, teto de gastos e lei de responsabilidade fiscal. O governo está propondo duas novas, que é teto de custeio e teto de dívida. Vamos ser talvez o único país do mundo com cinco regras fiscais. Ingovernável um país com cinco regras fiscais. Existe um cardápio de regras fiscais no mundo. Essas cinco eu nem sei se são as melhores, provavelmente são as piores. Mas há um cardápio. Quando você questiona uma regra fiscal, não significa que seja contra toda regra fiscal. Irresponsabilidade é não discutir qual seria o melhor caminho para estabilizar a economia."

Embora ainda não tenha uma fórmula pronta para mostrar, o que só deverá surgir na campanha, Haddad cita o que seria a premissa básica para o enquadramento da questão fiscal num governo Lula. “Não vejo condições de resolver o problema fiscal sem crescimento. Por isso acho que o governo está em uma sinuca insuperável. Não vai conseguir sair da armadilha que criou para si mesmo. O fiscal não vai se resolver pelo fiscal. É combinação de políticas que vai resolver. O fiscal já é causa da crise e consequência da crise.”

Também próxima de Lula, com quem tem se encontrado sempre que o líder encomenda algum estudo nesse campo, a economista Esther Dweck, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, garante que um novo governo petista terá, sim, alguma regra fiscal a ser seguida. Mas diz ser impossível afirmar agora qual seria, pois o modelo depende da evolução das discussões em torno de Lula e do desenrolar da gestão Jair Bolsonaro.

“Estamos discutindo isso desde 2018. Não é uma coisa trivial. Não tenho como dizer agora o que vai ser. Mas posso afirmar que será algo que combine flexibilidade no curto prazo com sustentabilidade da dívida no longo prazo. É preciso flexibilidade para poder governar. E então crescer a economia para ajustar o fiscal. Uma regra muito rígida perde a credibilidade, pois todos sabem que o governo não consegue cumprir. Aí conserta com gambiarra. É o que ocorre hoje, isso sim irresponsável”, afirma.

Tanto Haddad como Dweck ressaltam a necessidade de cuidado com as palavras, para não gerar stress, e respeito a uma espécie de rito que deverá ser cumprido pelos petistas até a campanha eleitoral.

No entorno de Lula, o roteiro para aprofundamento desse tema prevê a designação de um interlocutor que irá falar em nome do candidato. Como o ex-presidente tem dito que não quer tratar de 2022 neste momento, apenas de questões mais urgentes, como fome e pandemia, a expectativa é que a designação desse interlocutor só ocorra no ano que vem.

Profissionais do mercado financeiro têm procurado Haddad e outras figuras próximas a Lula para debater o assunto. Essas primeiras tentativas de interface por iniciativa externa, porém, não estão sendo aceitas. Por enquanto. Acompanhado do economista Guilherme Mello, da Unicamp, Haddad tem se reunido com economistas que atuam no Brasil e no exterior para ouvir avaliações e colher ideias que depois poderão ser aproveitadas num plano econômico. São “progressistas não-petistas”, limita-se a dizer o ex-prefeito, 70% deles acadêmicos, 30% ligados ao mercado financeiro. A síntese dessas conversas é depois apresentado a Lula.

Uma pista para entender o que tende a ser uma possível política econômica do PT está no documento “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”, um documento de 215 páginas elaborado no âmbito da Fundação Perseu Abramo, ligada ao partido, e que reúne avaliações e propostas elaboradas por 22 grupos temáticos. A iniciativa foi liderada pelo ex-senador e ex-ministro Aloizio Mercadante, outro que tem conversado frequentemente com Lula sobre economia. O ex-presidente compareceu ao lançamento da apostila, no fim de 2020, e costuma citar o material em entrevistas.

O capítulo de economia foi coordenado por Mello e pelo próprio Mercadante. Resume debates realizados num núcleo de 31 economistas, muitos deles ex-colaboradores dos governos petistas. Entre os nomes mais conhecidos estão os ex-ministros Nelson Barbosa e Tereza Campelo, os economistas Paulo Nogueira Batista Jr. e Ricardo Carneiro, e o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli.

“Esse documento é um ponto de partida. Aberto à crítica, aberto ao debate. O programa de governo vai depender do candidato e vai depender da coligação que

será feita”, diz Mercadante. “São elementos, alguns mais detalhados, para construção de um projeto de país. Medidas emergenciais, medidas de transição e medidas para o futuro, estruturais”, afirma Mello.

Em linhas gerais, o “Plano de Reconstrução” defende uma estratégia de ampliação do papel do Estado e aumento de gastos públicos como meio para dinamizar a economia. Propostas “pensadas fora dos estreitos limites da ortodoxia neoliberal”. No rol de medidas estão uma reforma tributária “marcadamente progressiva”, alívio da carga tributária sobre os mais pobres e pequenas empresas, uma reforma bancária para aumentar a competição e a oferta de crédito.

O documento defende a ideia de que o aumento da dívida pública, com a emissão de moeda, “não é impeditivo” para o Brasil, já que o país tem reservas internacionais na casa dos US\$ 340 bilhões. “A dívida pública brasileira está em patamares sustentáveis, bem inferiores às de muitos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)”.

A crítica às atuais regras fiscais, chamadas no plano de “austericidas”, estão registradas. “Os falsos limites dados pela ortodoxia fiscal permanente e pelo absurdo e insustentável teto de gastos precisam ser eliminados com urgência. Assim como também têm de ser revistas as autoimposições de limites de gastos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela chamada Regra de Ouro”, diz o texto.

Entrevistas recentes de Lula indicam que o material não deve ser interpretado ao pé da letra. Um dos pontos destacados com ênfase no papel é a oposição às privatizações. Em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo no início do mês, porém, Lula demonstrou menos ímpeto nesse campo, o que provou surpresa até entre aliados. Após defender um governo “indutor do desenvolvimento”, aventou a hipótese de transformar a Caixa numa empresa de economia mista. “Por que você não pode colocar ações e essas empresas serem de economia mista?”, questionou.

No entorno de Lula há consciência sobre a ansiedade gerada entre no mercado ante a possibilidade de uma possível volta do PT ao poder. Uma das medidas para tentar arrefecer esse tipo de sentimento é exaltar o comportamento e os resultados obtidos durante os mandatos do ex-presidente. “O governo que mais produziu superávit primário foi Lula. Quem mais reduziu a dívida foi Lula. Os anos Lula foram

de estrita responsabilidade fiscal. Isso diz mais do que qualquer outra coisa”, afirma Mello.

O próprio Lula tem sintetizado isso em suas falas. “Do que o mercado tem medo?”, questionou em março, já no primeiro discurso após o restabelecimento da elegibilidade. “Não tenham medo de mim. Eu sou radical porque quero ir à raiz do problema”, acenou.

Conteúdo Publicitário

Prejuízo líquido da Embraer cai 62% para R\$ 489,9 milhões

VALOR INVESTE

'Não tenho esse horror ao Lula. Ele sabe compor', diz FHC

VALOR INVESTE

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Leilão da Cedae será realizado às 14h, com participação de quatro consórcios

Certame de concessões de serviços de saneamento no RJ ocorre em meio a intensa disputa judicial e política

Arbitragem entre Petrobras e União é suspensa

Investidores querem que a petroleira seja indenizada pelo governo federal, que recorreu à Justiça

Por **Luísa Martins e Juliana Schincariol** — De Brasília e do Rio

30/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Justiça Federal de São Paulo suspendeu sentença de tribunal arbitral, em procedimento que investidores pedem que o governo federal indenize a Petrobras pelos prejuízos sofridos pela estatal revelados pelas investigações da Operação Lava-Jato. O impacto estimado é de R\$ 166 bilhões, sendo que parte desse valor já havia sido, inclusive, oferecida ao mercado.

A decisão atende a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que acionou a Justiça depois da sentença, proferida no âmbito de dois procedimentos arbitrais sigilosos

que haviam sido instaurados pela B3 a pedido de acionistas minoritários da empresa - a Fundação Mudes e o investidor argentino Alejandro Stratiotes.

Eles solicitavam que o governo aportasse recursos na Petrobras para reparar a perda de valor da estatal após as investigações da Lava-Jato, mas a juíza Diana Brunstein, da 7ª Vara Cível Federal de São Paulo, afirmou que as negociações ocorreram sem ciência da União, o que não poderia ter acontecido.

A magistrada citou que o estatuto da Petrobras é claro ao fixar que deverão ser resolvidas por meio de arbitragem disputas que envolvam a própria empresa e seus acionistas, administradores e conselheiros fiscais, mas não a União. “O dispositivo regulamentar não parece, em uma primeira análise, possuir a extensão atribuída pela Câmara Arbitral de modo a sujeitar o ente público à arbitragem sem seu expresso consentimento”, escreveu ela.

Segundo a juíza, responsabilizar a União por indicar dirigentes da Petrobras “é dar ao estatuto contornos que não possui”. Esse entendimento também contrastaria com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, em caso semelhante, decidiu que a União não se vincula a compromisso arbitral. A defesa da Mudes alega que esse precedente citado refere-se à situação diferente do caso.

Segundo a juíza, a “responsabilização da Fazenda por atos de sobrepreço praticados por diretores não se encontra englobada na previsão estatutária.”

No processo, a AGU alegou que já havia obtido outras decisões judiciais favoráveis, isto é, desobrigando a União de integrar a arbitragem, por inexistência de relação jurídica. Porém, os árbitros continuaram a julgar o procedimento, motivando a União a mover a ação anulatória.

Para demonstrar o impacto imediato do eventual início da execução da sentença arbitral, a AGU afirmou que apenas a consultoria especializada contratada para atuar no caso custaria cerca de R\$ 2 milhões à União.

Por terem as mesmas características, a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) da B3 determinou a reunião dos dois procedimentos. Mas a Fundação Mudes e Stratiotes discutem na Justiça sobre quem tem direito a representar a Petrobras no caso. A Mudes alega que foi a primeira a ingressar e por isso teria esse direito, mas o grupo de Stratiotes reivindica o mesmo, em uma situação ainda indefinida.

Pela Lei das Sociedades Anônimas, o controlador é obrigado a reparar os danos que causar à companhia por atos praticados, incluindo situações de abuso de poder, enquanto o acionista tem direito de agir como um substituto processual da companhia, buscando indenização para ela. Se a companhia for ressarcida, o investidor tem direito a um prêmio de 5% sobre o valor da indenização. Como são procedimentos caros, surgem os fundos especializados em litígios, que bancam os casos em nome de investidores, de olho em parte desse prêmio e também negociam essas arbitragens.

Documento anexado ao processo mostra que a Lex Finance, que representa Stratiotes, apresentou ao mercado uma oferta para vender de 20% a 40% da participação dos acionistas minoritários em sua arbitragem, com uma monetização estimada entre três e cinco anos.

A Mudes irá recorrer da decisão, segundo Fabiano Robalinho, do escritório Sergio Bermudes. A indenização requerida pela fundação é da casa de R\$ 30 bilhões, montante indicado pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU) para os prejuízos sofridos pela Petrobras. A Lex Capital não comentou.

Decisão do STF pode impactar créditos de ICMS

Corte invalidou a cobrança de ICMS na transferência interestadual de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

30/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou, recentemente, a cobrança de ICMS na transferência interestadual de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte. O afastamento da tributação, porém, não representa uma vitória para todas as empresas. A depender da operação e da aplicação da decisão dos ministros por cada Estado, várias perderão de imediato créditos acumulados do ICMS, o que poderá impactar o caixa.

No julgamento, finalizado na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Kandir (Lei Complementar nº

87, de 1996) que autorizam a cobrança de ICMS nesse tipo de operação. Porém, com a decisão, na prática, também fica extinta a base legal para o uso, na transferência, de créditos de ICMS oriundos da compra de mercadorias.

O relator, ministro Edson Fachin, aplicou a jurisprudência do STF no sentido de que a circulação física de uma mercadoria entre estabelecimentos da mesma empresa não gera incidência do imposto, pois não há transmissão de posse ou propriedade de bens. Segundo o relator, a hipótese de incidência do tributo é a operação jurídica praticada por comerciante que acarrete circulação de mercadoria e transmissão de sua titularidade ao consumidor final.

A Corte já havia decidido contra essa tributação com repercussão geral, em agosto de 2020. Contudo, só agora, ao julgar o tema em uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC 49) considerou a previsão inconstitucional, o que permite afetar também os créditos. No caso concreto, o governo do Rio Grande do Norte tinha recorrido ao Supremo para tentar validar a cobrança.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz) ainda avalia os impactos da decisão do STF na legislação paulista e as medidas de fiscalização que serão adotadas. Mas adianta que há indicação de que o efeito na arrecadação será positivo. Em nota ao **Valor**, afirma que os destinatários paulistas não poderão mais usar o crédito recebido em operações de transferência de outros Estados.

“O Estado de São Paulo é a unidade da Federação envolvida no maior volume de transferências interestaduais, mas os efeitos da decisão serão significativos para diversos Estados, sobretudo para aqueles que estabeleceram benefícios fiscais que repercutem na transferência de créditos”, diz a Fazenda paulista.

Para o advogado Daniel Frasson, do escritório LaLaw, a decisão na ADC “é uma péssima notícia”. Até esse julgamento, o cenário era ótimo, segundo o advogado, já que a empresa que entrava com ação e ganhava se beneficiaria da decisão sem prejudicar as demais. Mas agora, afirma, para a maioria dos contribuintes que fazem esse tipo de operação, o afastamento dessa tributação não é positivo. “Há um precedente para que as normas estaduais percam a validade.”

Ainda segundo Frasson, o STF criou um problema que não existia, mas pode reduzi-lo na modulação. “Cabe ao STF dar alguma alternativa para não haver enriquecimento ilícito dos Estados.”

De acordo com o advogado Eduardo Pugliese, sócio do escritório Schneider Pugliese, a decisão do STF tira a base legal para os Estados tributarem e, conseqüentemente, aceitarem os créditos. Porém, para ele, a perda de eficácia da legislação estadual não deveria ser automática. Aconteceria só quando os Estados revogassem suas leis, refletindo então no uso dos créditos.

Pugliese concorda que o impacto da decisão é diferente para cada contribuinte. Para empresas que compram muito de fornecedores no Simples, por exemplo, a decisão na ADC não traz risco de perda, só afasta a tributação. “Simples não dá direito a crédito, então a empresa não terá nada a perder”, afirma o tributarista.

O possível efeito imediato da decisão do STF sobre todos os Estados é o que preocupa a advogada Fernanda Sá, do escritório Machado Meyer. “A decisão na ADC tem eficácia geral e vinculante”, diz. Ela explica que o crédito de ICMS é embutido no preço e, se ele não puder ser aproveitado, se torna custo. Ainda segundo ela, esses créditos impactam o caixa das empresas. “Contabilmente, é como se a empresa estivesse perdendo um ativo em termos de valor.”



Por Claudia Safatle

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

A política fiscal pós-pandemia

“Precisamos parar com mitos, panaceias, simplismos”, defende o economista José Roberto Afonso

30/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

No debate sobre política fiscal pós-pandemia surge alternativa à lei do teto do gasto público. Trata-se de uma proposta de substituição do teto por limites para o crescimento da dívida pública, defendida pelo economista e especialista em contas públicas Jose Roberto Afonso, em seminário virtual patrocinado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) e pelo Tribunal de Contas da União, na terça-feira. Tal mudança alinharia o Brasil ao que está ocorrendo em vários outros países, no mundo pós covid-19, a exemplo da Nova Zelândia.

“Gasto só pode ser âncora para estabilidade supondo que a receita está garantida e será crescente. Com recessão, inflação baixa e a receita indo ladeira abaixo, essa variável perde eficácia”, segundo Afonso. Nesse caso, defende, “a âncora tem que ser a dívida, por teoria e pela experiência internacional. É só ver a literatura, inclusive a recente, reforça isso ainda mais”, diz ele. Afonso cita textos de Vitor Gaspar, diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), que trata da meta para a dívida, e de Olivier Blanchard e Leandro Zettelmeyer, que advogam uma política fiscal para a União Europeia mais baseada em padrões (“fiscal standards”) que em regras (“fiscal rules”), e em prescrições qualitativas. Este é o chamado Novo Consenso Fiscal, concebido após a pandemia.

Novo consenso é ter menos regras e mais padrões

“O mais importante, agora, é construir um regime fiscal, que significa ponderar as diferentes peças. Conforme a realidade e o tempo, você mexe em uma ou em outra”, diz Afonso. Não é prudente, segundo ele, colocar todos os ovos em uma só cesta. A hora, agora, é de consolidar as regras e instituições fiscais. Isso é matéria muito mais para o Congresso do que para Executivo. “Essa é uma empreitada para se discutir, para se debater”, sugere ele.

“Precisamos parar com mitos, panaceias, simplismos. A matéria fiscal é complexa, muda ao longo do tempo, muda conforme a situação econômica. Se o mundo muda, e mudou radicalmente, precisamos também mudar as regras”, adianta.

Para o economista, é preciso separar as regras do jogo da opção de jogo. Isso, em um campo de futebol, significa que cada time entra com 11 jogadores, a bola é redonda e tem uma trave de cada lado. Essas são as regras. A estratégia do jogo, por exemplo, poderá ser jogar mais no ataque ou na defesa.

Neste momento de recessão, “o jogo da política fiscal é ser expansionista”. Gastar mais com saúde, com proteção social, aumentar a carga tributária é a política fiscal predominante mundo afora, sublinha o economista. “A realidade atual exige isso, temos uma pandemia, uma recessão e uma sociedade que não aceita mais tanta pobreza e desigualdade”, salienta. Há cinco anos atrás, quando foi aprovada a lei do teto do gasto público, que limitou a variação da despesa a cada ano à inflação do período anterior, ou seja, congelou o gasto em termos reais, “não era essa a opção política. Ali estava se pagando a conta da grande crise financeira de 2008/2009”.

Uma das queixas da profusão de regras criadas no país para conter a despesa e, conseqüentemente, a trajetória ascendente da dívida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) é que elas ficaram confusas, por vezes contraditórias e incompletas. “É um bom momento para consolidar, revisar, debater e, sobretudo, harmonizá-las”, diz. Afonso sugere consolidar toda a legislação em uma lei complementar. E o primeiro passo para isso seria desconstitucionalizar as normas fiscais. “Nenhum país do mundo tem tanta regra de finanças públicas no texto constitucional, e isso não garantiu estabilidade fiscal ao Brasil.”

É evidente que nem todos os economistas pensam dessa forma. Mesmo não tendo lá grandes simpatias pela lei do teto, que precisa ser aperfeiçoada, há os que advogam o controle direto do gasto público, pois a dívida interna é consequência do aumento da despesa. Instituída em 2016, a lei do teto foi inicialmente bastante frouxa, segundo os critérios do governo Michel Temer. A reforma da Previdência, de 2019, porém não interrompeu o crescimento dos benefícios acima da inflação. O mais correto, dada a realidade das contas públicas, seria flexibilizar a regra do teto para que o gasto possa crescer ao menos pela variação do PIB.

Há quem veja nesse debate uma peça para enganar as pessoas, “Isso é invencionice para pegar otários”, diz um ex-ministro da Fazenda. O fato é que a despesa bateu no teto e ninguém quer rever os gastos. Há, ainda, os que esmiuçam as contas do

Orçamento recém-aprovado para este ano e encontram despesas superestimadas e não entendem como é que não se aloca recurso para o IBGE fazer o Censo!

Outra argumentação é a de que estabelecer limite para a dívida interna é dar mais poder ao Legislativo para que ele possa infernizar a vida do Executivo. Foi assim com o Congresso americano e o então presidente Obama quando o país perdeu o rating AAA (triplo A) que era atribuído à sua dívida pública.

Para não ser uma medida que represente apenas “tirar o sofá da sala”, uma fonte especialista em administração da dívida deu uma reformulada na proposta de Afonso de maneira que a dívida seja um gatilho para ações mais duras. Um exemplo hipotético: se a dívida atingir 93% do PIB, dispara-se o gatilho que congela os salários do funcionalismo por cinco anos. Hoje a dívida corresponde a 90% do PIB.

O problema é se a troca de teto do gasto por limite para a dívida for entendida apenas como uma troca de termômetro de quem não está querendo fazer ajuste algum. A experiência de abrir os cofres públicos como medida para estimular a atividade econômica em 2014 foi traumática. O crescimento até pode surpreender por um par de meses, mas depois cai e vem a recessão.

Está passando da hora de o país acordar para o que está acontecendo. O Brasil está mudando de categoria e se tornando um país irrelevante para o investimento estrangeiro. Sem disciplina fiscal, o Brasil deixa de ser uma economia interessante e sai do radar do resto do mundo.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

'Não tenho esse horror ao Lula. Ele sabe compor', diz FHC

VALOR INVESTE

Reforma que cria CBS deve ter impacto neutro no IPCA, diz SPE

Estudo descarta risco de pressão inflacionária após vigência de nova contribuição

Por **Fabio Graner** — De Brasília

30/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Adolfo Sachsida: “Essa mudança tributária não gera inflação, que é um aumento generalizado e persistente de preços”
— Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia acaba de concluir estudo no qual calcula que a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) deve ter impacto praticamente neutro no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo nota técnica obtida pelo **Valor**. A CBS é o tributo que o governo está propondo para substituir o PIS e a Cofins. A intenção da equipe econômica é que a reforma tributária comece por ela.

“Os resultados encontrados, para o primeiro exercício, mostraram que a mudança agregada de preços relativos de todos os bens e serviços que compõem o IPCA será praticamente nula [-0,04 ponto porcentual]. Neste exercício, considera-se que o repasse em todos os elos da cadeia produtiva na transição do PIS e da Cofins para a CBS será total. Explicando melhor, supõe-se que toda a variação deste imposto nos insumos e no produto final será repassada para os preços de todos os bens e serviços”, explica a nota.

O subsecretário de Macroeconomia da SPE, Fausto Vieira, explicou que não foram consideradas “elasticidades” de preço, ou seja, as reações à demanda e oferta dos produtos ao longo das cadeias produtivas nessa metodologia. Segundo ele, os impactos calculados têm um horizonte de curto e médio prazo, mas o modelo matemático utilizado não estabelece um período específico.

O texto também simula cenários no qual os ganhos tributários de alguns setores não são imediatamente repassados para os preços, enquanto o aumento de carga em outros setores é transferido ao consumidor. Nessas hipóteses, os impactos estimados no IPCA seriam altas de 0,4 (repasso parcial) e 1 ponto porcentual (repasso total).

“Este cenário [de 1 pp] pode ser considerado como um ‘cenário de estresse’ para o risco da CBS no IPCA. O resultado mostra que agregando somente os subitens com variação de preços positiva e substituindo os subitens com deflação por manutenção de preços, a alteração agregada de preços será de 0,99% no IPCA. É possível considerar o cenário com as hipóteses contrárias, levando em conta somente os repasses negativos, o impacto no IPCA será de -1,04%”, diz a secretaria. Vieira reforça que essas outras simulações representam cenários considerados “improváveis”.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, enfatiza o resultado do estudo de que a reforma será neutra para o IPCA e que as mudanças de preços relativos (variação de preço de um bem em relação a outro) que ela deve gerar entre os setores não ensejam um processo inflacionário. “Essa mudança tributária não gera inflação, que é um aumento generalizado e persistente de preços”, disse.

Ele salientou a importância de se fazer a reforma do PIS/Cofins, que, em sua visão, trará mais crescimento econômico por meio de ganhos de produtividade e de maior eficiência na alocação de recursos. Segundo Sachsida, as empresas precisam ser eficientes não por terem vantagens tributárias, mas por sua própria capacidade.

Fausto Vieira reforça que, mesmo que a reforma tivesse um impacto de alta nos índices de preços, isso não deve ser confundido com processo inflacionário, pois seria uma questão pontual e que não se espalharia, especialmente no ambiente

atual do Brasil de elevada ociosidade produtiva e com um Banco Central com credibilidade.

Na quarta-feira, o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Bernard Appy, alertou para o risco de que a reforma da CBS, embora positiva para o crescimento por mexer em tributos hoje disfuncionais, traz riscos de problemas de curto prazo ao alterar preços relativos, pois não faz processo de transição longo, como a PEC 45 (que unifica tributos federais, estaduais e municipais). O impacto na inflação seria um deles.

A assessora especial para reforma tributária do Ministério da Economia, Vanessa Canado, avaliou que a questão de uma transição da reforma da CBS é algo que precisa ser discutido pela sociedade. “Tem prós e contras, um pró [de transição maior] talvez seja ter mais tempo para acomodar mudanças de preços relativos, e um contra é conviver com tributos ruins por mais tempo”, afirmou.

Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Ibre/FGV, Manoel Pires defende a reforma tributária como algo para melhorar a economia. Sobre possíveis impactos em preços, ele explica: “O que se pode dizer é que isso vai produzir uma mudança de preços relativos que vai impactar temporariamente as medidas de preços, os índices inflacionários”, afirmou, lembrando que questões contábeis, como peso do setor de serviços (que terá aumento de carga) no IPCA, também podem afetar o indicador.

Uma forma de mitigar os potenciais impactos em preços seria trabalhar com mais alíquotas na CBS, em vez de apenas uma, como na proposta original do governo. “Essa reforma já poderia ter avançado há seis anos se tivesse alíquotas variadas. Não fizemos e hoje temos esse problema [do julgamento do ICMS na base do PIS/Cofins, maior risco fiscal da União hoje]”, disse o diretor da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali.

Conteúdo Publicitário

'Não tenho esse horror ao Lula. Ele sabe compor', diz FHC

VALOR INVESTE

Sob pressão, Paulo Guedes remaneja equipe econômica

À solta, o Centrão destruirá a atual política sem colocar nada no lugar, abrindo uma fase de incerteza total

30/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A agenda econômica do governo está paralisada há tempos, e parte dela que sobrevive, como a reforma administrativa, perdeu potência imediata, ou corre risco de não seguir adiante, como a tributária. A cada tropeço dos planos do ministro Paulo Guedes, há defecções em sua equipe e trocas no alto escalão. O ministro fez outra agora, oficialmente para melhorar as relações com o Congresso, depois do vexame da aprovação orçamentária, em que a equipe econômica não se saiu bem e o Centrão conseguiu boa parte do que desejava, ampliando seu poder sobre o Orçamento federal e sua tutela sobre um Executivo acuado.

O espaço de ação de Guedes, já severamente limitado pelas convicções nada liberais e corporativas do presidente Jair Bolsonaro, diminuiu bastante. As trocas de equipe como as de agora, que preservam a competência técnica, estão se tornando irrelevantes. A substituição na secretaria especial da Fazenda de Waldery Rodrigues, braço direito do ministro, pelo igualmente fiscalista Bruno Funchal, que deixou a Secretaria do Tesouro, retira da linha de frente um titular “chamuscado” pela suposta intransigência sobre propostas do Congresso para ampliar gastos sem respeitar as regras fiscais. Seu sucessor provavelmente fará a mesma coisa, apenas com mais tato, mas as demandas continuarão chegando e exigindo as idênticas negativas.

O próprio Guedes queimou várias pontes no Congresso e no governo, tendo diante de si não apenas um Centrão viciado em verbas como uma “ala política” pouco afeita à austeridade fiscal, que fala diretamente aos ouvidos do presidente. Guedes e equipe cometeram erros na negociação do Orçamento, aprovado com inacreditáveis cortes nas despesas obrigatórias para dar espaço a um recordista volume de emendas parlamentares. Isto nunca havia acontecido antes - a tanto está disposto o Centrão, com a condescendência de Bolsonaro, que quer se reeleger e escapar de impeachment.

O episódio do orçamento, que colocou o Centrão dentro do Planalto, foi uma derrota para o governo, um revés para Guedes e um desastre para a nação. Foi necessária a atuação do STF para obrigar o governo a realizar o Censo, já atrasado, porque seu orçamento encolheu de R\$ 2 bilhões para R\$ 50 milhões para garantir emendas de deputados. É também um divisor de águas - o teto quase foi rompido, sobrevive com escoras e daqui para a frente a perspectiva é de que as investidas sobre os cofres públicos só piorem.

As promessas hiperbólicas de Paulo Guedes não se concretizaram. O R\$ 1 trilhão com privatizações não veio, nem o outro trilhão com a venda de imóveis e terrenos da União. O presidente, com seu jeito ríspido de ser, vetou em público que as principais estatais fossem vendidas e ordenou que a reforma administrativa não valesse para os atuais funcionários, jogando seus efeitos para décadas à frente.

A aliança de sobrevivência de Bolsonaro com o Centrão começa a enterrar a ilusão de que, com alguma maioria no Congresso, o governo poderia, enfim, deslanchar as reformas. Mas elas estão andando de lado, e apesar do presidente da Câmara, Arthur Lira, ter prometido levar a reforma tributária à aprovação, ela é a mais incerta. Guedes quer aprová-la em quatro fatias, começando pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), como se houvesse todo o tempo do mundo para isso. Possivelmente no quarto trimestre do ano o calendário eleitoral se imporá e a agenda do Congresso vai se adequar, evitando temas polêmicos, como são quase todas as reformas.

Parte das energias do Congresso estarão voltadas para a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a pandemia, na qual o governo tem minoria, e que será uma vitrine do descaso inacreditável da União com o combate à covid-19, que matou mais de 400 mil pessoas até ontem.

Guedes, por seu lado, terá de enfrentar a ofensiva da base governista sobre a Economia, para desmembrá-lo em mais duas pastas, Trabalho e Planejamento. Se o centrão atingir esse objetivo, o ministro verá redobrada a artilharia de “fogo amigo” contra seu “fiscalismo”, sem que possa contar com o apoio do presidente Bolsonaro.

Paulo Guedes, por outro lado, ainda é no governo o representante de alguma racionalidade na política econômica e de alguma seriedade no manejo do dinheiro público. À solta, o Centrão destruirá a atual política sem colocar nada no lugar, abrindo uma fase de incerteza total.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 30/04/2021	Caderno: Economia



STF deve afastar ‘terrorismo’ da Fazenda Nacional ao julgar ‘tese do século’

Paula Las Heras e Eduardo Lustosa*

30 de abril de 2021 | 08h00

Paula Las Heras e Eduardo Lustosa. FOTOS: DIVULGAÇÃO

Previsto inicialmente para esta quinta-feira (29), o julgamento sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, é tema de grande interesse e impacto econômico. Não à toa, a argumentação vem sendo chamada de “tese do século”, e a sessão deve ser acompanhada Brasil afora.

Trata-se de uma decisão de quatro anos atrás do próprio STF, quando os ministros definiram que o valor relativo ao ICMS embutido no preço das mercadorias não constitui receita do contribuinte. Não deve, assim, integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS, sob pena de se incorrer em inconstitucionalidade.

À época, prevaleceu o entendimento de que só pode ser considerado receita aquilo que passa a integrar definitivamente o patrimônio da empresa ou do contribuinte, o que não ocorre com o ICMS – que é integralmente repassado aos estados ou ao Distrito Federal.

A União opôs embargos de declaração com a pretensão de esclarecer que parcela do ICMS deve ser excluída da base de cálculo das contribuições: o ICMS destacado na nota fiscal ou o imposto efetivamente recolhido pelo contribuinte?

Além disso, os embargos de declaração tem como objetivo modular os efeitos da decisão proferida no referido Recurso Extraordinário n.º 574.706. É importante ressaltar que, como a regra geral é a retroatividade dos efeitos, a modulação deve ser considerada

apenas nos casos excepcionalíssimos de manutenção da segurança jurídica ou excepcional interesse social.

Espera-se que o STF, como guardião da Constituição, não restabeleça a arrecadação indevida, fruto de uma norma declarada, afinal, inconstitucional. A “tese do século” traz à discussão uma questão incontornável: como ter segurança jurídica em um país em que se permite a criação de tributos contrários à sua lei máxima, e sem qualquer penalidade a quem gerou uma arrecadação injusta?

Não seria este um estímulo para que o Estado feche suas contas com recursos também indevidamente arrecadados, sem que ninguém seja responsabilizado por isso? São perguntas que a sociedade deve se fazer.

O desejado é que o STF se afaste de motivações políticas e dos argumentos terroristas da Fazenda Nacional neste julgamento, e confirme o direito dos contribuintes de reaverem valores de tributos que há anos foram recolhidos indevidamente. É espúrio o argumento de que o PIS e a COFINS deveriam incidir sobre receita não pertencente a eles (o ICMS).

***Paula Las Heras e Eduardo Lustosa são especialistas em Direito Tributário e sócios do LLH Advogados**



Plano de líder do governo de fatiar reforma tributária cria desconforto no Congresso

Ricardo Barros anunciou um fatiamento em quatro partes para iniciar a análise do projeto, mas líderes da Câmara e do Senado alegam que não foram consultados sobre a possibilidade

Adriana Fernandes e Camila Turtelli, O Estado de S. Paulo

30 de abril de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O líder do governo na **Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR)**, anunciou ontem, no plenário, **um acordo para votar a reforma tributária em quatro etapas**, começando com o projeto do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, que cria a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** – fusão do **PIS/Cofins**.

A decisão, no entanto, não tinha ainda sido acertada em reunião com os líderes da Câmara, o que acabou causando uma saia-justa com os deputados e com o **Senado**. Barros teve que publicar uma mensagem mais tarde, nas suas redes sociais, informando que a decisão dependia ainda de consultas ao relator da reforma, deputado **Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB)**, ao autor da **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45** de reforma na Câmara, deputado **Baleia Rossi (MDB-SP)**, e aos demais líderes.

Segundo apurou o **Estadão**, no Senado, a fala de Barros também causou desconforto porque foi criada uma Comissão Mista de **reforma tributária** para buscar uma convergência entre as propostas que tramitam no **Congresso**. A PEC 45, que tramita na Câmara, prevê a fusão de **IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual)** e **ISS (municipal)**. Já a proposta que está com os senadores, **PEC 110**,

une IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

As propostas

Entenda as diferenças nos textos da reforma tributária do governo, da Câmara e do Senado

	GOVERNO	SENADO	CÂMARA
Unificação	Única parte que foi entregue pela equipe econômica ao Congresso, propõe unir PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)	Fusão de IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal)	Fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal)
Alíquotas	Para a CBS, substituta do PIS/Cofins, governo propôs alíquota de 12% (a alíquota paga por entidades financeiras –incluindo bancos, planos de saúde e seguradoras– foi estipulada em 5,8%)	Definidas por cada Estado e município	Definição pelo Comitê gestor do Imposto sobre Bens e Mercadorias (IBS)
Imposto seletivo com alíquotas diferenciadas	Ainda não enviou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que pediu um imposto diferenciado ("imposto sobre pecado") para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde (cigarro, bebida alcoólica e açucarados)	Bebidas alcoólicas e não alcoólicas, fumo, veículos, comunicações, energia elétrica, petróleo e gás natural	Fumo e bebidas alcoólicas

	desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde (cigarro, bebida alcoólica e açucarados)		
Incentivos e desonerações	Na parte da proposta que foi enviada ao Congresso, o governo manteve a desoneração de produtos da cesta básica	Imposto zero para remédios e alimentos. Outros incentivos definidos pelos Estados e municípios	Não prevê incentivos e desonerações
Transição até novo modelo	Seis meses para a CBS	15 anos	10 anos, além de 50 anos para compensar eventuais impactos a Estados e municípios

As outras fases da proposta do governo

Fase 2

Mudança do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que será transformado num tributo seletivo, e revisão da incidência da Cide, que tende a acabar, inclusive sobre combustíveis

Fase 3

Reformulação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e Jurídica (IRPJ). O Ministério da Economia ainda não definiu o que será feito. Estão em estudo propostas como corrigir a tabela do IR (aumentando o limite de isenção), limitar as deduções de saúde e educação, reduzir a alíquota mais alta (de 27,5% para 25%) e criar uma alíquota maior para os ricos. Para as empresas, a ideia é reduzir o imposto atual, de 34%. Deve também ser incluída a retomada da tributação de lucros e dividendos distribuídos aos cotistas e acionistas de empresas

Fase 4

Desoneração do custo da folha de salário das empresas. Os encargos devem cair de 20% para 10% sobre os salários, com a redução da parcela do FGTS e de contribuições ao Sistema S. As empresas também estarão isentas de encargos sobre os salários de empregados que ganham um salário mínimo. Para compensar a perda na arrecadação, o governo quer criar um tributo sobre transações financeiras, com alíquota de 0,2% na entrada e saída de recursos da conta

Para um líder que não quis se identificar, o anúncio de Barros foi “deselegante e um atropelo”. O mercado financeiro, porém, ficou animado e viu uma chance de ser aprovada parte de uma reforma ampla. A expectativa entre os investidores é que na primeira fase, junto com a **CBS**, sejam aprovadas também mudanças no **Imposto de Renda** das empresas, com a volta da taxaço dos lucros e dividendos para as pessoas físicas e a reformulação da tributação dos fundos de investimentos.

“Vamos começar pela simplificação tributária e depois vamos avançar na direção de organizarmos um sistema tributário mais fácil para o contribuinte, portanto mais simples, que custe menos para o contribuinte poder pagar corretamente os seus impostos – hoje nós temos um exército de funcionários nas empresas só cuidando de cumprir as tributárias – e também com uma tributação mais justa”, disse Barros, no plenário.

Ultimato

Na segunda-feira, o presidente da Câmara, **Arthur Lira** deu um ultimato para o relator Aguinaldo Ribeiro apresentar o seu relatório. Aguinaldo até agora não se manifestou publicamente, mas nos bastidores resistia em apresentar o texto sem saber o rumo da reforma na Câmara e quais os planos de Lira. Uma reunião deve acontecer entre os dois.

Uma das lideranças que não esconderam o incômodo sobre a reforma em etapas foi o vice-presidente da Câmara, **Marcelo Ramos (PL-AM)**. “Nem o governo sabe, imagina eu...”, disse Ramos, quando questionado sobre as demais fases da reforma. Para ele, há risco de aumento da carga tributária.

Para o deputado **Isnaldo Bulhões (AL)**, líder do **MDB** na Câmara, não se pode adiantar qualquer decisão antes de discutir com os “atores” que estão envolvidos há muito tempo na reforma: “Não dá para definir outro trâmite sem consultá-los”, afirmou.

Em reunião com líderes esta semana, Lira defendeu o fatiamento da reforma, mas ficou de debater com seus técnicos e bancadas sobre o assunto e voltar a conversar depois. Um dos incômodos dos que não querem dividir a reforma em etapas é que na última fase está prevista a criação de um imposto sobre transações, uma nova **CPMF**, para reduzir os encargos cobrados das empresas sobre os salários dos funcionários. A criação de um novo imposto, sempre defendida por Guedes, desagrada muitos parlamentares e não tem viabilidade política.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 30/04/2021	Caderno: Economia



É preciso rever o mito de que a transação tributária não é vantajosa para grandes contribuintes

Maria Rita Ferragut e Anna Paula Mariani*

30 de abril de 2021 | 06h30

Maria Rita Ferragut e Anna Paula Mariani. FOTOS: DIVULGAÇÃO

A litigiosidade tributária no Brasil atualmente está imersa em grandes números – equivale a – os 80 milhões de casos pendentes no judiciário somam um valor equivalente a 73% do PIB em 2018, que foi de trilhões de reais. Somado à crise econômica reforçada pela pandemia que tristemente assola nosso país, estamos convictos de que a transação tributária não poderia ter chegado em melhor hora. Tanto é assim que, meses após a entrada em vigor da lei da transação tributária (Lei nº 13.988/2020), os números demonstram o estrondoso sucesso do programa.

Segundo a Procuradoria Geral da Fazenda, em fevereiro deste ano foram realizados quase 270 mil acordos de transação, com regularização de mais de 819 mil inscrições na dívida ativa da União e 81,9 bilhões de reais transacionados. Destes, 1,7 bilhão de reais já foi recolhido aos cofres públicos até dezembro de 2020. E mesmo que nem todo o valor transacionado seja pago, bem como que progressos precisem ser implementados, sobretudo na transação individual e do contencioso, o fato é que até aqui a balança pende para o lado positivo.

Na transação individual, aplicável a débitos superiores a 15 milhões de reais, analisa-se a capacidade de pagamento do devedor e a recuperabilidade do crédito, com possibilidade de redução do débito com limite de 50% do crédito transacionado, parcelamento que normalmente varia entre 60 e 84 meses, diferimento ou moratória e flexibilização de regras e aceitação e liberação de garantias. Nas transações já realizadas, foram aceitos como garantia precatórios, imóveis, recebíveis, direitos sobre

propriedade intelectual e até mesmo créditos de PIS/COFINS reconhecidos em decisões judiciais transitadas em julgado. Hipóteses que, fora do âmbito da transação, dificilmente seriam aceitos.

Diante desse quadro, por que então prega-se que a transação não interessa às empresas com boa saúde financeira? Por que muito se fala sobre a inaplicabilidade de descontos elevados, mas não nas demais vantagens advindas do acordo? É nesse contexto que chamamos a atenção para algumas vantagens da transação para o grande contribuinte.

Como primeiro ponto trazemos a redução do contencioso, cuja manutenção é custosa sob inúmeras perspectivas, refletindo inclusive na regularidade fiscal da empresa. A possibilidade de pagamento parcelado da dívida em até 60 ou 84 meses deve também ser considerado como contraponto ao encerramento prematuro de litígios com possibilidade de serem julgados a favor do contribuinte, sobretudo quando considerada a possibilidade de substituição de garantias. Nesse caso, ainda que o contribuinte não faça jus à redução da dívida, a possível substituição de seguros, fianças e eventualmente depósitos judiciais é vantagem que não deveria ser subestimada.

Outra vantagem refere-se a situações de responsabilidade tributária. O artigo 11 da lei que estamos discutindo aqui prevê a possibilidade de concessão de descontos nas multas, juros de mora e encargos legais para créditos tributários classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, sendo que a situação econômica do devedor perpassa sua condição individual e acarreta a taxaço do débito como irrecuperável ou de difícil recuperação. Nestas circunstâncias, o crédito recebe essa característica e fica “carimbado”, permitindo a extensão dos benefícios previstos na lei da transação a terceiros solventes que desejem negociar uma forma de pagamento mais benéfica para a quitação dos valores.

É um novo olhar para a transação, que pode render excelentes possibilidades a terceiros que, de alguma forma, encontram-se vinculados a débitos originários de devedores insolventes. Um exemplo é o benefício para responsáveis solidários e para grupos econômicos, uma vez que é possível transacionar débitos cobrados em execuções fiscais

redirecionadas, com o aproveitamento de benefícios a princípio aplicáveis aos devedores em recuperação judicial, falidos ou sem patrimônio.

Por fim, a transação também é vantajosa àqueles que desejem fazer negócios com devedores detentores de dívidas irrecuperáveis ou de difícil recuperação, como é o caso das empresas em recuperação judicial. Com o mercado de aquisições aquecido, potenciais adquirentes poderão considerar a possibilidade de transação dos débitos atrelados à empresa devedora quando o negócio envolver a venda integral da sociedade, tornando o negócio mais atrativo e evitando-se graves consequências advindas da sucessão tributária para o adquirente, tal qual ocorreria na incorporação. Trata-se de planejamento antecedente ou concomitante às aquisições, e que interessa à Fazenda Nacional, ao devedor e ao potencial adquirente.

Portanto, mesmo que tenhamos que evoluir na regulamentação e na implementação da transação, é inegável que a transação tributária federal já provou a que veio, cumprindo diretrizes da política pública voltada à superação da crise econômico-financeira e implementando a cooperação entre as partes, a recuperabilidade dos créditos tributários e a redução do contencioso.

Em tempos de profunda transformação, o mito da inaplicabilidade da transação para os grandes contribuintes precisa ser revisto.

***Maria Rita Ferragut e Anna Paula Mariani são, respectivamente, sócia e associada de tributário do Trench Rossi Watanabe**